ÁGUEDA APARECIDA DA CRUZ BORGES

NAS VEIAS DO JORNAL: A TERRA

Os Sentidos sobre a Carta Pastoral de D. Pedro Casaldáliga na Imprensa (1971)

Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Estudos da Linguagem

2000

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIDADE BC
N.º CHAMADA:
T/UNICAMP
B644n
V. Ex.
TOMBO BC/ 43795
PROC. 16-392/01
C [ ] D [X]
PREÇO R$ 11,00
DATA 14/02/01
N.º CPD

CM-00153367-1

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

Borges, Águeda Aparecida da Cruz

B644n Nas veias do jornal: a terra. Os sentidos sobre a Carta Pastoral de D. Pedro Casaldáliga na imprensa (1971) / Águeda Aparecida da Cruz Borges. - - Campinas, SP: [s.n.], 2000.

Orientador: Mónica Graciela Zoppi-Fontana

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

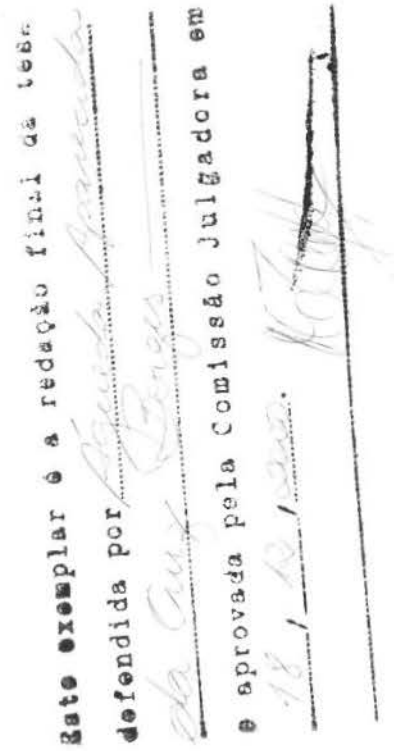
1. Análise do discurso. 2. Imprensa. 3. Memória. 4. Posse da terra – Amazônia. 5. Teologia da libertação. I. Zoppi-Fontana, Mónica Graciela. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

ÁGUEDA APARECIDA DA CRUZ BORGES

NAS VEIAS DO JORNAL: A TERRA

Os Sentidos sobre a Carta Pastoral de D. Pedro Casaldáliga na Imprensa (1971)



Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas UNICAMP como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Lingüística.

Orientadora: Profª. Drª. Mónica Graciela Zoppi-Fontana

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Estudos da Linguagem

2000

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

RESUMO

A partir da repercussão e polêmica criadas na imprensa pela publicação da Carta Pastoral: "*Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social*", do Bispo D. Pedro Casaldáliga, da Prelazia de São Félix do Araguaia, MT, no ano de 1971, este trabalho traz como tema: o conflito da terra tal como representado no jornal.

Considerando a Carta Pastoral como *acontecimento discursivo* (Pêcheux, 1983), que agitou as filiações de memória que produzem os diversos sentidos que significam a região amazônica do Brasil, recorremos a Pêcheux (*op. cit.*), para dizer que trabalhar com o acontecimento na memória discursiva é estar observando retomadas e/ou injunções.

Para a organização dos recortes selecionados nos jornais, utilizamos a palavra de ordem dos movimentos populares da década de 70: TERRA PARA QUEM NELA TRABALHA.

Podemos dizer que o enunciado em pauta funciona, na história dos conflitos pela terra, se apoiando nos efeitos de evidência que significam no discurso: **terra, homem e trabalho**. Dessa maneira, mostramos com as análises como ele funda as interpretações que perpassam os discursos que interferem nos conflitos pela terra.

Como se define TERRA; como é preenchido o espaço significativo aberto pelo pronome relativo interrogativo QUEM; como se caracterizam as atividades nomeadas pelo verbo TRABALHAR, são analisados enquanto designações, espaço de significação aberto, como nó semântico, em que uma palavra deslizando em outra vai constituindo metaforicamente os sentidos na série de substituições.

Palavras-chave: Análise do Discurso, imprensa, memória, posse da terra – Amazônia, Teologia da Libertação.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

ÁGUEDA APARECIDA DA CRUZ BORGES

Banca Examinadora

Profª. Drª. Mónica Graciela Zoppi-Fontana – Orientadora

Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães

Profª. Drª. Maria Onice Payer

Profª. Drª. Suzy Maria Lagazzi – Suplente

Ao querido *Ivo* e aos nossos filhos:

Vitor, Luna, Igor e Jana.

Sumário

Apresentação 11

Capítulo I 17

A CARTA PASTORAL / A IGREJA / O BISPO: 17
ATUALIDADE E MEMÓRIA 17

Capítulo II 21

II.1. REFERENCIAL TEÓRICO 21
II.2. *CORPUS* 30
II.3. PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS: PROCESSOS DE DESIGNAÇÃO 34

Capítulo III 39

NAS VEIAS DO JORNAL: A TERRA 39

Capítulo IV 55

TERRA PARA QUEM NELA TRABALHA: 55
UM ENUNCIADO FUNDADOR 55

Capítulo V 63

TERRA: NO LIMIAR DOS SENTIDOS 63
V.1. TERRA / PÁTRIA / MORAL 64
V.2. TERRA/PÁTRIA/TERRITÓRIO 68
V.3. TERRA/AMAZÔNIA/VAZIO GEOGRÁFICO 72
V.4. TERRA/ÁREA/MERCADORIA 75
V.5. TERRA/POLICIAMENTO DO TERRITÓRIO 76
V.6. TERRA/LATIFÚNDIO IMPRODUTIVO 80
V.7. TERRA/PROPRIEDADE 82
V.8. TERRA /ESTADO DE DIREITO/DEMOCRACIA 86
V.9. TERRA EM TODOS OS SENTIDOS 87

Capítulo VI 93

HOMEM: A MATÉRIA VIVA RE-NASCE 93
NO DISCURSO JORNALÍSTICO 93

Capítulo VII 115

TRABALHO: DESLOCAMENTO DE LIBERDADE PARA A PRISÃO, NO DISCURSO 115

Considerações Finais 125

Résumé 129

Bibliografia 131

Agradecimentos

Vã tentativa de explicar a instabilidade do desejo, de recobrir com a alegada coerência do discurso científico o que na verdade não é mais do que nossa errática circulação pelas diferentes regiões de sentido, nas quais nos constituímos como sujeitos de discursos, que necessariamente acreditamos ser os nossos...

Mónica Zoppi-Fontana, 1997

As palavras não são suficientes, seria preciso recolher os silêncios, os gestos, as lágrimas, os sorrisos, as imagens... o coração para agradecer a todos que de algum modo contribuíram para a realização deste trabalho.

O meu caminho esteve pleno de corações, motivo da minha persistência, da minha fé em Deus e eu o agradeço.

Agradeço, em especial, à Profª. Drª. Mónica Graciela Zoppi-Fontana, pela orientação fundamentalmente importante. Obrigada também pela amizade, pela paciência.

Ao Prof. Eduardo Guimarães, porque ultrapassou os limites do ser coordenador deste Programa de Mestrado e foi mais um amigo.

À Profª Maria Onice Payer pelo carinho, pelas sugestões tão preciosas na banca de qualificação.

A todos os professores do Mestrado, pelos conhecimentos que me proporcionaram sobre os estudos lingüísticos, pelo esforço do deslocamento até Cáceres, para essa aventura de ensinar (se me permitem).

Ao Prof. Dr. Eric Fernandez Hernandez, Co-orientador deste Mestrado, e à Profª. Deise, amigos que me auxiliaram no uso de uma Segunda língua, para as

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

leituras e para a elaboração da prova de proficiência em Língua Estrangeira.

Ao querido companheiro Ivo, aos nossos filhos: Vitor, Luna, Igor e Jana, pois sem eles meu caminho teria sido apenas um desvio. Obrigada pelo amor, e por viverem junto comigo as alegrias e as angústias na constituição deste trabalho.

À Elizete, Judite, Lucimar, Wellington, pela grande amizade.

A minha avó (*in memorian*) e a minha mãe, mulheres corajosas que me ensinaram a liberdade.

Por fim, agradeço ao D. Pedro Casaldáliga, pois aprendi com ele que *os valentes são os que vencem o muito ou o pouco medo que têm.*

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Apresentação

Muitos estudiosos que desejam entender as relações entre os homens orientam seus estudos para a desigualdade entre esses seres humanos ditos "iguais", pois o que religiosamente, juridicamente se escuta, já naturaliza, e fazendo parte do senso comum é que "somos todos iguais perante Deus e perante a lei", É nesta máxima, sob o domínio do Discurso Religioso e Discurso Jurídico, que a "igualdade" ganha sustentação. Como atravessar o discurso da "igualdade"?

Na lida com a vida vamos aderindo, muitas vezes sem saber o motivo ou qual a memória que nos mobiliza, a inúmeros gestos de agir, dizer, significar, quase sempre imersos na ilusão de expressar sentidos 'escolhidos'.

Quando, no período da graduação no Curso de Letras, nos foi apresentada a teoria da Análise de Discurso, pela profª Drª Mónica G. Zoppi-Fontana, fiquei encantada e ao mesmo tempo intrigada. Eram muitas as perguntas para quem acreditava ter total controle, sobre o fazer/dizer/significar. E, além disso, concebia a linguagem enquanto transparente.

Sob a base teórica da Análise do Discurso, propusemos elaborar o trabalho de monografia e vimos dando continuidade a ele. Não porque permanecemos na ilusão de buscar origens, ou soluções, para o tema deste trabalho, que é a "questão da posse/apropriação da terra, principalmente na Amazônia Legal nos anos de 1970". O que nos impulsionou foi a necessidade de retomar essa questão com o propósito de elucidar as práticas discursivas de um ciclo de vida (Águeda/Araguaia/Amazônia/Pedro/Terra), sob gestos de análise, de leitura, de interpretação que exorcizam a memória daquele tempo.

A "nossa própria história" conta que a década de 70 ficou marcada pelo mandonismo, carrancismo, militarismo e muitos outros "ismos" provindos da reprodução das formas de dominação, cujas raízes se perdem no tempo do Brasil Colônia.

A região, chamada nos projetos do Estado de *Amazônia Legal,* sofreu todo o enfrentamento de uma das vanguardas da poderosa aliança política costurada pela ditadura, desde o seu início, a qual através dos incentivos fiscais, colocou num mesmo projeto nacional, os militares, os grandes proprietários de terra e o grande capital. Essa aliança selou o destino político do país e definiu os limites e possibilidades da ação daqueles que dela ficaram excluídos. Os autores dessa aliança e os que foram por ela beneficiados acreditavam que o Brasil e particularmente a Amazônia eram uma terra de ninguém, *um vazio político-geográfico a ser ocupado pela prepotência e pela vaca*[1].

A concentração da terra, a miséria extrema, a riqueza em demasia são características marcantes da realidade brasileira atual. Não é de se admirar toda a luta que vem se travando em prol da Reforma Agrária, de uma política agrícola que resida na distribuição eqüitativa da terra e impeça a expulsão do homem do campo.

A propriedade da terra é assunto de debate, ainda, como o foi desde o "descobrimento". Disse Orlandi (1990) que *Terra a Vista!*, título de um de seus livros, foi a primeira fala sobre o Brasil e que, de certa forma, já marca a história da apropriação.

Essa luta nasceu, sobretudo, a partir da colonização do país pelos portugueses. Orlandi (*idem*, 125) diz que *o objeto de disputa, desde o início, era a terra, disputa esta, representada sob a forma de colonização.*

Pensando-se a época colonial, ainda com base na autora, e ampliando-se assim o sentido dessa mesma disputa, podemos tomá-la como aquela que

[1] Nas denúncias feitas pelo bispo D. Pedro na CP menciona-se *a política da pata do boi*, como mecanismo de ocupação e apropriação da terra; o mesmo processo é referido como *ocupação pela prepotência e pela vaca*

coloca a questão do povoamento e do latifúndio: o povoamento definindo a população e o latifúndio a posse e o modo de administração da terra.

Do ponto de vista do governo, trata-se assim da reorganização geral do território brasileiro - progresso da nação – possibilidades de transformação social e democratização do país.

Como podemos perceber a terra acabou se transformando nessa questão que continua resistente, embora em meio a fracassos econômicos de tantas empresas latifundiárias, da integração capitalista e das multinacionais.

Segundo um representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, (MST), em um dos encontros preparatórios para a 3ª Semana Social Brasileira, o Brasil tem uma das estruturas fundiárias mais perversas, só é pior o Paraguai, acrescentou ainda dados da FAO (ONU): são 600 milhões de hectares concentrados pelo latifúndio. Dos habitantes brasileiros, 1% detém 46% das terras. Existem, hoje, no nosso país, aproximadamente quatro milhões de Sem Terra.

Alternando conflitos de toda natureza, o território brasileiro foi sendo definido arbitrariamente, primeiro com a formação das sesmarias; até que em meados do século XIX a estrutura de propriedade ganhou uma formulação jurídica básica com a chamada independência. Algum tempo mais tarde para evitar a "fuga de braços", ou seja, com a também chamada abolição da escravatura, surgiu a Lei de Terras, que definiu um princípio: legalmente, o acesso a terra passaria a se dar por doação da Coroa ou por processos de compra e venda. Depois foi o Estatuto da Terra que gerou o texto de Reforma Agrária.

Enfocamos, neste trabalho, a região amazônica como palco dos conflitos pela posse da terra, principalmente na década de 70, quando o Governo Federal através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), *autarquia responsável pela aplicação dos recursos oriundos dos incentivos fiscais, em projetos de desenvolvimento da região, lançou o Programa de Integração da*

---

pelo sociólogo José de Souza Martins; a nomeação *vazio geográfico* utilizada para referir à Amazônia Legal é

Amazônia (PIN), que tinha como objetivo a ocupação dos ***espaços vazios da Amazônia****, com a transferência de* ***excedentes populacionais*** *do Nordeste.* Além dos que deslocaram do Nordeste, brasileiros dos mais diversos lugares do país, foram para ali em busca de terra para trabalhar.

> *"Vim atrás de* ***terra pra plantá****. Terra de posseiro tem de ser perto de rio ou córgo. (...) Vim amansá* ***esses gerais****, pra fazenda dispois se dizê dona".* (Domingão, In: MACRUZ, Fernanda. *Folclore de peões e posseiros em luta pela sobrevivência.* Escola de Folclore, SP, 1983).

O registro deste enunciado é com o intuito de fazer soar a voz do posseiro, pois o que geralmente acontece é se ouvir o dizer sobre ele, ou por ele, como teremos oportunidade de averiguar neste texto.

A Igreja Católica elaborava, simultaneamente, o *Plano Pastoral para a Amazônia* (PPA), naquele espaço filiada à Teologia da Libertação e já estabelecida em Prelazia, sob a coordenação do já referido Bispo D. Pedro Casaldáliga, que a descreve na Carta Pastoral:

> *"Esta Prelazia de São Félix do Araguaia, bem no coração do Brasil, abrange uns 150.000Km2, dentro da Amazônia Legal, no nordeste do Mato Grosso, e com a Ilha do Bananal em Goiás. Está encravada entre os rios Araguaia e Xingu e lhe faz como espinha dorsal, de sul a norte, a serra do Roncador".*

Segundo uma reportagem veiculada na *Revista Veja*, nº 167, de 17-11-1971, o Plano, acima mencionado, é um dos maiores e mais ousados Planos de evangelização e promoção humana já elaborados pela Igreja no Brasil, desde que os primeiros sacerdotes aqui desembarcaram com os colonizadores portugueses.

O próprio Papa Paulo VI, atendendo aos apelos dos bispos brasileiros, para incentivar o Plano Pastoral, enviou uma mensagem aos católicos do Brasil,

---

encontrada nos enunciados que compõem *o corpus*, como veremos adiante.

sintetizada numa frase própria do discurso religioso, colada ao poder divino, que se tornou slogan, na época: *Cristo aponta para a Amazônia*.

Essas colocações iniciais servem ao propósito de contextualizar o leitor e também são para fazer entender o percurso que traçamos para iluminar os nossos gestos de análise ao tomarmos alguns recortes de jornais que publicaram a Carta Pastoral: "*Uma Igreja na Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social*", do Bispo D. Pedro Casaldáliga, da Prelazia de São Félix do Araguaia-MT, que foi divulgada em 09 de novembro de 1971, após sua sagração, e denunciava as injustiças sofridas pelos posseiros, índios, peões, provocadas pelas grandes empresas que estavam, na época, se estabelecendo na região, através de incentivos fiscais, em projetos aprovados pela SUDAM.

O acontecimento em pauta encontrou enorme repercussão em todo o Brasil e até mesmo internacionalmente.

Compreender o funcionamento da Carta Pastoral como acontecimento discursivo que funda a possibilidade de novos sentidos sobre a questão da terra, da constituição da propriedade no Brasil e apreender esse acontecimento nos efeitos de reformulação e polêmica, que ela provocou na imprensa nos anos 70 são o objetivo do presente trabalho.

Apresentamos no **Capítulo I** um pouco da história que nos envolveu nesse trabalho: o Bispo, a Carta Pastoral...

Em seguida, no **Capítulo II,** abordamos questões teóricas da Análise de Discurso Francesa, à qual nos filiamos para refletir sobre o *corpus* selecionado. Este capítulo está subdividido em **dois itens. No primeiro,** falamos sobre a construção do *corpus* juntamente com alguns comentários que, na época, se fizeram sobre o mesmo; **no segundo,** explicitamos nossos procedimentos em relação aos processos de designação, uma vez que utilizamos desse lugar para realizar as análises.

No **Capítulo III,** mostramos o funcionamento do Discurso Jornalístico através de algumas análises que chamam a atenção para o entendimento sobre essa prática discursiva.

No **Capítulo IV,** desenvolvemos, algumas considerações sobre enunciado fundador, a partir do enunciado TERRA PARA QUEM NELA TRABALHA, sob o qual se organizam as análises das designações de TERRA, no **Capítulo V;** de HOMEM, no **Capítulo VI;** e alguns comentários sobre TRABALHO, no **Capítulo VII.**

Por fim, tecemos as **Considerações Finais** sobre o trabalho e organizamos três blocos contendo as seqüências analisadas, sendo que no bloco 1 encontram-se aquelas favoráveis à Carta Pastoral; no bloco 2, as desfavoráveis e, finalmente, no bloco 3, as seqüências divididas, que produzem um efeito ainda maior de imparcialidade e neutralidade, no discurso jornalístico.

Capítulo I

A Carta Pastoral / a Igreja / o Bispo: atualidade e memória

A Carta Pastoral (de agora em diante CP), além de descrever a Prelazia, região onde se insere a "Igreja de D. Pedro", sua situação geográfica, econômica e social, denuncia, sobretudo, as injustiças sofridas pelos migrantes, posseiros, peões e pelos índios das várias aldeias espalhadas na chamada Amazônia Legal. Ainda mais, chama a atenção para a consciência dos cristãos, também para a dos latifundiários e autoridades: *Pediríamos, se nos quisessem ouvir, um simples pronunciamento entre sua fé e seu egoísmo. Apelamos às supremas autoridades federais, para que escutem o clamor abafado do povo; para que subordinem, 'à política da pata do boi, à política do homem'.*

Esta CP foi considerada um marco na história da Igreja do Brasil, pela coragem da denúncia na tomada de posição de um lugar político, numa dada conjuntura de repressão e violência, como foi o período da Ditadura Militar.

Além da repercussão e polêmica criadas com a publicação da CP, nos jornais, ela funcionou, dentro da Prelazia de São Félix do Araguaia e região, como material de formação de agentes de pastoral e dos fiéis dessa Igreja Católica. Entendendo esses fiéis como as pessoas menos favorecidas, que viam na Igreja a salvação, num tempo em que o latifúndio tomava conta da região.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

O conteúdo da CP era veiculado em folhetos, no *Jornal Alvorada*, único veículo de comunicação escrita, daquele tempo, ao qual as pessoas do Vale do Araguaia, principalmente da zona rural, tinham acesso.

Nas reuniões, conselho da Igreja, como ainda acontece, esse assunto era privilegiado e se pautava no enunciado TERRA PARA QUEM NELA TRABALHA, o qual serviu de alicerce às discussões organizadas pelos líderes de movimentos populares, do mesmo período, na luta pela terra, e em 1986, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) utilizou-o nos manuais e cartazes da entidade que então circularam.

Os grupos contrários a essa prática religiosa combatiam o modo de agir dessa Igreja. Houve muita perseguição, tentativa de assassinato ao Bispo, mortes de posseiros, peões... No período da "Guerrilha do Araguaia", plena Ditadura Militar, o Bispo D. Pedro foi preso, juntamente com vários agentes de pastoral e padres que sofreram torturas terríveis.

Em resposta a uma entrevista realizada pela revista *Eco Tour*, 5ª edição, Cuiabá, MT: 2000, sobre a Guerrilha do Araguaia, D. Pedro diz:

> *Eu não sou guerrilheiro. Só sou guerrilheiro da poesia e do evangelho. Nós não tivemos nenhum contato direto com os guerrilheiros, mas por causa da Guerrilha, apanhamos muito, porque a repressão fez questão de nos enquadrar na luta. Tivemos quatro operações denominadas Ação Cívica e social do Exército, que se resumia em ações de repressão dentro da área estrita da Prelazia. Para eles nós éramos suspeitos por defender os índios, os peões, por* ***denunciarmos as arbitrariedades dos latifúndios e da polícia.*** *(...) sofri prisão domiciliar e interrogatório, mas quem sofreu foi, sobretudo o próprio povo, que viveu sob aquela tensão, aquele terrorismo. Tudo era motivo para tortura e prisão.*

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Frente aos desmandos e tanta pressão a Igreja se obriga a pensar uma postura oficial em relação à questão da terra, que aqui significa a luta dos posseiros, de pequenos produtores, dos sem terra dominados pelo latifúndio. É criada, então para coordenar os trabalhos relativos às questões de terra , a CPT. O documento que registra a criação da CPT, em 1975, é fundado com o teor da CP de D. Pedro, confiramos no recorte abaixo uma seqüência da resolução final da CPT:

As Igrejas da Amazônia Legal, reunidas em Goiânia em Encontro Pastoral, respondendo a dramática situação, a grande incidência de casos de ***conflitos pela terra*** *e à aspiração do* ***nosso povo sem terra****, decidem:*

> *Assumir o compromisso de empenhar-se no processo global de* ***Reforma Agrária do nosso País,*** *dando cumprimento ao espírito e à letra do Estatuto da terra, articulando-se com todas as instituições e organismos sociais que trabalham por este mesmo objetivo.*
>
> *Criar uma* COMISSÃO DA TERRA *que, na qualidade de organismo oficioso, ligado à Linha Missionária da CNBB, possa realizar com agilidade o objetivo de interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor* ***dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais...***

Para ilustrar a causa que nos moveu a buscar os sentidos sobre a questão da terra, enunciados nos jornais, a partir da CP, trazemos um depoimento de uma filha da região, protagonista da história local, Adauta Luz Batista, que diz o seguinte:

> *Acostumados com a aspereza da vida agreste, desprezados pela esfera dos altos poderes, ludibriados na sua boa fé de gente simples, eles vêem os seus dias, à semelhança das nuvens negras, sempre anunciando um mau tempo. Eles (o índio, o posseiro) são vítimas da ganância alheia, da inconsciência dos*

> *patrões, da exploração dos trêfegos políticos que na região aparecem de eleição em eleição para pedir voto e mais que tudo isto, da sua própria ignorância. É o homem que comete muitas das vezes um crime, porque embargando-se-lhes o direito, resta-lhes a violência. Esses infelizes, sobejos das pragas e da verminose, vivem na penumbra de um futuro incerto.*

Através das análises buscamos apreender o mecanismo de funcionamento da mídia, na produção de uma memória, em relação à CP e a questão da terra verificando os sentidos para "terra" "homem" "trabalho" produzidos na "áspera polêmica" criada pela mesma.

Observamos os processos de apagamento do sentido político da CP, por meio da produção de outros sentidos para esse acontecimento, trabalhados pelos jornais. Procuramos estar atentos ao seu funcionamento como discurso fundador dos sentidos da questão da "terra", retomados pela **CPT** e pelo **MST.**

Capítulo II

II.1. Referencial teórico

É porque a língua é capaz de equívoco

que ela é capaz de política.

Pêcheux & Gadet, 1981

A Análise do Discurso foi desenvolvida por Pêcheux a partir do fim da década de 60 e colaboradores, Fuchs (1975), Courtine (1981 e 1982), Henry (1975), Maldidier (1990), entre outros franceses e, aqui no Brasil, por Orlandi (1983), Payer (1995), Zoppi-Fontana (1997), Indursky (1997), Mariani (1997), dentre outros.

Fundamentados nessa teoria crítica da linguagem a qual vem constituindo, nos trilhos das ciências sociais e humanas, uma disciplina de reinvestigação dessa área do conhecimento que congrega a linguagem, a história, a sociedade e a ideologia, a produção de sentidos e a noção de sujeito é que desenvolvemos nosso trabalho.

As práticas discursivas não podem ser estudadas fora da sociedade, pois os processos que as constituem são histórico-sociais. Elas funcionam como elementos de mediação necessária entre o homem e sua realidade. Dessa maneira, a linguagem se coloca como lugar de conflito, de confronto ideológico e o discurso materializa o contato entre o ideológico e o lingüístico.

Michel Pêcheux, fundador da AD, na construção da teoria, coloca em articulação saberes científicos da lingüística, enquanto teoria ao mesmo tempo dos mecanismos sintáticos e dos processos não subjetivos de enunciação: a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos; o materialismo histórico, enquanto teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendendo-se nesse campo, a teoria das ideologias.

Essas três regiões teóricas são atravessadas pela teoria do sujeito da psicanálise, que foi reformulada por Lacan, através de seu 'retorno a Freud', que trabalha com a idéia da não transparência do sujeito.

Assim, a AD articula a materialidade lingüística, o histórico-social, o político. Sendo que seu campo teórico é atravessado pelo sujeito psicanalítico.

A AD não se coloca como uma extensão da Lingüística, como mais um nível de análise, ela vem para levantar questões e apontar problemas, relacionados ao sentido, que a Semântica, enquanto diretamente ligada à Lingüística e à lógica, não conseguiu resolver. Dessa forma, há uma mudança de terreno teórico e conseqüentemente uma mudança de objeto: o discurso passa a ser objeto da AD, distinguindo-se do objeto da Lingüística que é a língua. Numa relação contraditória e crítica a AD vai conjugar as duas coisas (língua e discurso) no sentido de refletir a relação sujeito/linguagem e história.

Como essa teoria trabalha levando em conta as condições reais de produção da linguagem, considera-se que há lugares para o sujeito dizer, ele se inscreve em posições determinadas ideologicamente numa conjuntura sócio-histórica dada.

Michel Pêcheux (1975) sustenta que são as posições ideológicas que permitem o dizer e que a inscrição do sujeito em tais posições, para significar, não é evidente nem transparente para esse mesmo sujeito. Há sentidos que estão em movimento nas sociedades, historicamente. Sendo assim, o sentido não tem origem e pode mudar de acordo com os diferentes acontecimentos.

No sentido de esclarecer sobre como se dá o funcionamento discursivo a AD procede a dois tipos de desintagmatização: a lingüística e a discursiva.

O trabalho com as famílias parafrásicas, explicitando relações entre o dito e o não-dito, na lida com as relações da intertextualidade, enunciação, tudo ao nível do formulável, passa pela desintagmatização lingüística. Já o que nos possibilita chegar à Formação Discursiva (FD) é a desintagmatização discursiva, que faz a relação dessa FD, que chamamos dominante, com outras FDs que no texto, se entrecruzam.

Por intermédio das FDs é que atingimos as Formações Ideológicas (FI).

A produção do sentido resulta, então, da materialidade lingüística junto às condições de produção.

Necessariamente determinado por sua exterioridade, todo discurso remete a um outro discurso, presente nele por sua ausência necessária.

Há o primado do interdiscurso (a memória do dizer) de tal modo que os sentidos são sempre referidos a outros sentidos e é daí que eles tiram sua identidade. A interpretação do discurso é sempre regida por condições de produção específicas, que aparecem como universais e eternas. É a "ideologia" que produz o efeito de evidência e da unidade, sustentando sobre o já-dito os sentidos institucionalizados admitidos como "naturais". Há uma parte do dizer, inacessível ao sujeito, e que fala em sua fala. Mais ainda: o sujeito toma como suas as palavras da voz anônima produzida pelo Interdiscurso (a memória discursiva ideológica).

> *Conceituar ideologia na AD é dizer que ela não é dissimulação, mas interpretação do sentido (em uma direção) por efeito do pré-construído. Ela não se relaciona à falta, mas ao contrário, ao excesso: é o preenchimento, a saturação, a completude que produz o efeito da evidência porque se assenta sobre o mesmo, o já lá. É o efeito de unicidade do sujeito e da linguagem (Orlandi, 1996)*

O que se pode afirmar, nessa perspectiva, é que não há sujeito isento de

ideologia e nem discurso do sujeito, pois nele os sujeitos se dispersam e o sentido é efeito da memória. O interdiscurso é o que possibilita o dizer, a partir das FDs.

O interdiscurso é o lugar do não dito, e não é diretamente observável, é todo o conjunto de formulações realizadas e já esquecidas que determinam o que dizemos, refere ao campo da exterioridade, da história, da memória. É oposto ao Intradiscurso onde se trabalha o campo lingüístico, a linearidade da cadeia, a formulação , ou seja , aquilo que estamos dizendo num momento dado , em dadas condições.

São as FDs que definem o que pode e deve ser dito a partir de uma posição de sujeito em uma certa conjuntura, definem o dizível a partir de uma dada posição que ele representa, no interior da língua, efeitos das contradições ideológicas.

> *Existem duas noções, que estão na base do mecanismo da argumentação nos processos discursivos e que desempenham um papel importante na articulação da linguagem com a ideologia e o político: a primeira é a noção de antecipação, sustentada pelas formações imaginárias (posições sujeito); a segunda é a noção de esquecimento ligada ao interdiscurso (exterioridade discursiva).* (Orlandi, 1998)

A complexidade da relação do discurso com a FD está em considerar nesse processo discursivo, a contradição, a fragmentação e a heterogeneidade de seu objeto especifico.

Processos discursivos não têm origem no sujeito, uma vez que são determinados pela FD, em que o falante se insere. Entretanto, esse sujeito falante tem a ilusão discursiva não apenas de ser a fonte do sentido (ilusão - esquecimento nº 1), mas também de ter domínio daquilo que se diz, de controlar absolutamente o seu processo de enunciação dominando as estratégias discursivas necessárias para dizer o que pretende (ilusão - esquecimento nº 2).

No caso do discurso Jornalístico, que é o que nos interessa neste trabalho, poderíamos recorrer à noção de antecipação, amparada pelo funcionamento das formações imaginárias, e dizer que a imagem que o sujeito jornalista faz de si mesmo é aquela de que ele possui a informação verdadeira sobre um determinado fato e está autorizado, pela instituição, a dizer o que sabe, ocupando imaginariamente uma posição de imparcialidade.

Em relação à imagem que ele, o jornalista, faz do seu leitor virtual é a de que este não conhece e precisa conhecer a informação, ou se já conhece necessita de complementá-la.

A respeito do sujeito leitor, podemos dizer que o jogo de imagem funciona da seguinte maneira: a imagem que ele faz de si próprio é a de que precisa estar informado, estar a par do que ocorre na sociedade em que se encontra inserido.

Sobre a imagem que o sujeito leitor faz do sujeito jornalista registramos o seguinte: além do jornalista saber dos fatos, estes são verdadeiros, já que a sua função é a de buscá-los nos lugares onde eles acontecem, para assim passá-los à frente.

Salientamos que o trabalho com as formações imaginárias está ligado às FDs, uma vez que os sujeitos envolvidos (jornalista, leitor) são projeções imaginárias de posições na estrutura social, melhor dizendo, são posições constituídas nos processos discursivos, e não indivíduos empíricos.

Pêcheux (1993:82) diz que essas posições são marcadas por propriedades diferenciais determináveis.

Ainda a esse respeito, Orlandi (1987:26) coloca que *prever faz parte da estratégia discursiva, é situar-se no lugar do ouvinte, antecipando representações, a partir do seu lugar de locutor, o que revela a possibilidade de respostas, o escopo do discurso*.

A AD se constitui no intervalo entre a lingüística e as outras ciências, justamente na região que afeta as questões da linguagem (objeto lingüístico) em relação com a sua exterioridade (objeto histórico).

Ao se constituir dessa maneira ela entra em outro campo, e ao mesmo tempo em que coloca questões para a própria lingüística, também coloca problemas para as ciências sociais. Um dos problemas fundamentais que a AD traz para as ciências humanas e sociais está na natureza da concepção de sujeito e de linguagem sobre a qual essas ciências se organizam.

É preciso lembrar, segundo Zoppi-Fontana (1997), que para uma abordagem discursiva que assume os pressupostos teóricos discorridos aqui, a exterioridade da qual estamos falando não é aquela que apontaria uma objetividade empírica fora da linguagem (o contexto ou a situação a que numerosas teorias sobre a enunciação fazem referência). No nosso caso, é uma exterioridade que intervém materialmente na textualidade como interdiscurso, i.e., como uma memória do dizer, que abrange o universo do dizível e que *"fornece a cada sujeito sua realidade enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas"*. (Pêcheux, 1975).

Assim, conforme Zoppi-Fontana (*idem*) *o interdiscurso é o conceito teórico que permite trabalhar na AD com a exterioridade constitutiva do discurso, ou seja, com sua historicidade.*

É, pois, importante estarmos atentos ao modo como se processa a ruptura conceitual analítica da AD em relação ao campo das ciências sociais[2].

Nas palavras de Orlandi (1990), o modo de romper com a forma como as ciências sociais usam seus instrumentos de análise está na própria concepção discursiva de linguagem que não a coloca como instrumento de comunicação de significações que existiriam e que seriam definidas independentemente da linguagem (ou seja: como "informações"). E é isto que Pêcheux (1995) diz quando afirma que *"a linguagem serve para comunicar e para não comunicar"*. Isso explica porque a própria noção de ideologia é outra na AD, assim como a noção de história e também a noção de sujeito.

[2] Pêcheux querendo provocar uma ruptura no campo ideológico das ciências sociais escolhe o discurso e a AD como lugar preciso onde é possível intervir teoricamente (teoria do discurso) e praticamente, constituindo um dispositivo experimental. (P. Henry, 1990)

Importante também é o conceito de heterogeneidade. A heterogeneidade pode ser vista sobre dois aspectos: o primeiro se refere a Heterogeneidade Constitutiva, que é, segundo Authier (1998), o fato de que o sujeito da linguagem é determinado pela relação com a exterioridade, é um sujeito dividido. Esse tipo de heterogeneidade não é apresentável, já que ela é o escopo do Interdiscurso. Assim o inobservável determina o que é possível de ser analisado.

Em relação ao segundo aspecto, está a Heterogeneidade Mostrada que opera sobre o modo da denegação. Ela prima sobre o que há na cadeia lingüística.

É nessa linha de reflexão, pois, que pensamos a questão da heterogeneidade e da diferença: todo discurso atesta sua relação com outros (que ele exclui, ou inclui, ou pressupõe, etc.), e com o interdiscurso (que o determina). Pela heterogeneidade um discurso traz em si sua relação com vários outros, que fazem parte do seu modo de significar.

Conforme Orlandi (1996), podemos dizer, em termos bastante gerais, que a produção da linguagem se faz na articulação de dois grandes processos: o parafrásico e o polissêmico. Isto é, de um lado há um retorno constante a um mesmo dizer sedimentado – a paráfrase – e, de outro, há no texto uma tensão que aponta para o rompimento. Esta é a manifestação da relação entre o homem e o mundo (a natureza, a sociedade, o outro), manifestação da prática e do referente na linguagem. Há um conflito entre o que é garantido e o que tem de se garantir. *Essa é a tensão básica do discurso, tensão entre o texto e o contexto histórico-social: o conflito entre o "mesmo" e o "diferente"* Orlandi (1978), entre a paráfrase e a polissemia.

É na relação entre o dito e o não-dito em certas paráfrases que temos a possibilidade de ver o mecanismo de diferenciação interna das FDs.

Sendo assim a polissemia é a multiplicidade de sentidos e as paráfrases são as formulações diferentes para o mesmo sentido, ou de outra forma como diz Orlandi (idem): *em termos discursivos teríamos na paráfrase a reiteração do mesmo e na polissemia, a produção da diferença.*

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Essa relação se dá com a memória, que por sua vez é constituída pela ideologia, que coloca em jogo a relação entre a situação e os locutores e estes com a historicidade, interdiscurso, permitindo a retomada de sentidos pré-existentes.

> *É daí que se dá a necessidade de se pensar o gesto de interpretação como lugar da contradição: é o que permite o dizer do sujeito pela repetição (efeito do já-dito) e pelo deslocamento (historicização). A interpretação se faz assim entre a memória institucional (arquivo) e os é a possibilidade do sentido vir a ser outro, no movimento efeitos da memória (interdiscurso). No domínio do arquivo a repetição congela, estabiliza, no domínio do interdiscurso a repetição contraditória entre o mesmo e o diferente.* (Orlandi, *ibidem*)

Isso tudo sustenta a importância de se pensar a língua enquanto capaz de jogo e a discursividade como inscrição desses efeitos lingüísticos na história. Sobre esse jogo a autora fala que ele afeta a repetição e não produz meramente uma substituição de conteúdo.

Depois de expostos os recortes teóricos, princípios, noções, conceitos de vários trabalhos que teorizam a AD, podemos ir afunilando da seguinte maneira: para analisar o material lingüístico de um discurso é preciso observar, examinar os mecanismos sintáticos e o funcionamento enunciativo em pauta, descrevendo esses mecanismos e procurando estabelecer as redes de paráfrases e suas matrizes de sentido. Após esse exercício é possível buscar a desintagmatização discursiva, visando atingir o processo discursivo e através dele a FD que afeta o sujeito do discurso.

Nesse ponto é imprescindível que retomemos a questão do pré-construído que é elemento constitutivo do interdiscurso, segundo Indursky:

> *É o constructo teórico através do qual a FD, concebida como um domínio de saber fechado, relaciona-se com seu exterior. A FD é*

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

> *constitutivamente invadida por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FDs e se repetem nela. Esse entrelaçamento da FD com seu exterior obriga a descobrir os pontos de confronto polêmico nas fronteiras internas da FD).*

A AD busca, pois, detectar os elementos estruturados para observar o modo de organização do discurso em análise, pois se pensa que *as construções sintáticas são portadoras de uma significação que é preciso salientar* (Pêcheux & Fuchs,1988:20)

No sentido de se realizar a análise da relação discurso-língua, Orlandi (1983:235) propõe que se identifiquem as marcas lingüísticas responsáveis pelas diferentes formas de funcionamento dos discursos. Tais marcas podem derivar de qualquer nível de análise lingüística (fonológico, morfológico, sintático, semântico) ou de unidades de qualquer extensão (fonema, morfema, palavra, sintagma, frase, enunciado, partes do texto, texto).

A autora ainda adverte que as marcas "não funcionam mecanicamente" devendo ser tomadas como pistas[3].

Não é nosso objetivo exaurirmos esta questão, pois vários autores trataram da mesma, porém para encerrar as colocações precedentes buscamos novamente Orlandi (1990: 35): *A relação da AD com o texto não é extrair o sentido, mas apreender a sua historicidade, o que significa colocar-se no interior de uma relação de confronto de sentidos*. Daí podermos conferir que a concepção de sentido estabelece o limite e a intersecção dos objetos da lingüística e da AD, ou seja, a lingüística interessa-se pelos sentidos estabilizados, que mostram a língua como produto sedimentado, enquanto a AD interessa-se pelo trabalho do sentido sobre os sentidos, que mostra a língua como um processo.

Pautada neste quadro referencial teórico nos resta então seguir as observações sobre o *corpus*.

Do modo como já colocamos é no que foi constituído historicamente sobre a terra, na sua relação com o homem e o trabalho, nos registros da CP que foram publicados nos jornais, que desenvolvemos nossas análises.

II.2. *Corpus*

A escolha de um objeto para ser analisado, com fundamentação na AD não é aleatória, os recortes têm que vir com as nossas indagações, fazem parte de um *passado real que pulsa em nós na espessura do nosso corpo*[4], ou seja, é estar num certo tempo presente que mobiliza um certo passado e fala de um lugar da memória que, estruturado pelo esquecimento, funciona, significa por não lembrar.

Trazemos a questão da memória como estruturação da materialidade discursiva, partindo de uma dialética da repetição e da regularização como tratada por Pêcheux (1985):

> *A memória discursiva seria aquilo que face a um texto que surge como acontecimento a ler vem restabelecer os "implícitos" (quer dizer, mais tecnicamente, os pré- construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.*

---

[3] As pistas não são encontradas diretamente. Para atingi-las é preciso teorizar. Além disso, a relação entre as marcas e o que elas significam é (...) indireta. No domínio discursivo não se pode, pois, tratar as marcas ao modo "positivo", como na lingüística. (Orlandi, 1988:54)

[4] GUIMARÃES, *I Encontro de Linguagem História e Cultura*, Cáceres-MT, fev/2000.

O dispositivo complexo da memória, ainda com as palavras de Pêcheux, sempre vai colocar em jogo a passagem do visível para o nomeado, no qual a imagem atua como operador da *memória social*[5], trazendo consigo um programa de leitura, um percurso já escrito discursivamente em outro lugar, ocorrendo assim o efeito de repetição e de reconhecimento discursivo que sempre pode ruir sob o peso de um acontecimento novo, que perturba a memória já estabelecida.

Conforme Orlandi (1999), o objeto discursivo não é dado, ele supõe um trabalho do analista e para chegar a ele é preciso, numa primeira etapa de análise, converter o *corpus* bruto, empírico, neste caso os jornais que publicaram a CP, em um objeto teórico, que critique a impressão de "realidade" do pensamento, ilusão que sobrepõe palavras, idéias e coisas. Em outras palavras, o trabalho, nessa perspectiva, começa pela conformação do *corpus* e se estende em todo o processo de sua construção.

A AD não trabalha com um "modelo de análise" que atenda a todo e qualquer discurso. Os procedimentos metodológicos já passam, desde a delimitação do *corpus*, por um movimento analítico sustentado no aparelho teórico.

> Segundo Courtine (1981:24), *parte-se de um "universo discursivo"*, entendido por Dubois (1969) *como um conjunto potencial de discursos que podem ser objeto de análise, para estabelecer um campo discursivo de referência que se define como um tipo específico de discurso, como por exemplo, o discurso político de um locutor específico, o qual se qualifica como um corpus empírico.* (Indursky, 1997)

Assim, todos os jornais que divulgaram, comentaram, polemizaram, contrariaram a CP, a própria Carta e documentos que foram fundados a partir dela compõem um campo discursivo referencial, sobre o qual, a partir de um gesto

[5] Na memória social está a garantia de um efeito imaginário de continuidade, entre as épocas./Mariani (idem)

analítico constante, que é o que prima na metodologia da AD, farão parte do *corpus* discursivo deste trabalho.

É necessário então estabelecer um campo discursivo e a partir daí, através de análises, selecionar seqüências discursivas que serão organizadas, de acordo com o que objetiva o analista.

Sendo, o *corpus*, na AD, provisório e instável, a partir das análises se organizam os *recortes discursivos*[6] que o compõem.

Como estamos vendo a constituição do *corpus* passa por um processo analítico, pois é pelos procedimentos de análises que podemos dizer o que faz e o que não faz parte dele.

No universo dos jornais que publicaram a CP selecionamos, para constituir o *corpus* a ser analisado, os abaixo elencados:

O Jornal O SÃO PAULO da arquidiocese de São Paulo, que já em 23/10/71, comentava com destaque a Carta, e no dia 20/11/71 falava da repercussão que ela estava provocando.

O JORNAL DO BRASIL do Rio de Janeiro, que no dia 11/11/71, publicou editorial: DENÚNCIA DO BISPO, seguido dos dizeres: "Não há dúvida de que o documento do Bispo de São Félix não pode cair no vazio. Surge num momento, de certo modo propício e fere **um tema** que está na cogitação das autoridades, empenhadas em integrar um **País de proporções continentais,** como é o nosso".

O ESTADO DE SÃO PAULO, defensor e porta-voz dos latifundiários, publicou editorial com o seguinte título: *"A MÁ FÉ E A DEMAGOGIA DESTE BISPO"* (13/11/71) e o JORNAL DA TARDE(15/11/71), também de São Paulo

publicou: "A INJUSTIÇA DO DOCUMENTO SOBRE A AMAZÔNIA". Os dois editoriais defendem os latifundiários, apresentados como **desbravadores.** Esses editoriais foram elogiados pela Associação dos **Empresários Agropecuários da Amazônia** e pelo dono da Fazenda Suiá-Missu, Hemínio Ometto. O jornal "TRIBUNA DA IMPRENSA". (11/11/71), do Rio de Janeiro, transcreve trechos da Carta, dando eco às denúncias do bispo. Ainda o Jornal O GLOBO (16/11/71), A FOLHA DE SÃO PAULO (11/11/71), O DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Ribeirão Preto, SP; O ESTADO DO PARANÁ, PR e FOLHA DO NORTE, PA.

A Nunciatura Apostólica reivindicou cópia do documento que foi traduzido para vários idiomas.

Tamanha repercussão provocou a reação das autoridades.

O Presidente da FUNAI, Gal. Bandeira de Melo e o Ministério do Interior negaram-se a falar sobre a Carta aos jornalistas. Já a SUDAM, através do Cel. Igrejas Lopes, disse que o assunto já era do conhecimento dos organismos de Segurança, e que o "nosso país – é democrático e assegura a qualquer um ter **terra, latifúndios** ou **minifúndios".**(*Jornal do Brasil, 11/11/71*). *O Jornal A Folha do Norte, 11/11/71*, de Belém do Pará reproduz as críticas do Cel. Igrejas, com a seguinte manchete: "BISPO SEM FÉ PARA IGREJAS". O Coronel dizia que o documento era "**subversivo**" e "**caluniador**".

O Presidente do INCRA, José Francisco Cavalcanti, disse que "as denúncias representam uma realidade que deverá ser modificada em breve com as iniciativas já estruturadas de **discriminação de terras**". (*Jornal do Brasil, 12/11/71*)

---

[6] A noção de recorte discursivo foi formulada por Orlandi (1983:128-9; 1984:13-7) para separar o gesto do lingüista, que se segmenta na frase, do gesto do analista de discurso que, ao recortar uma seqüência discursiva, recorta uma porção indissociável de linguagem e situação.

O Senador Correia da Costa, da Arena de Mato Grosso, afirmou que "jamais teve conhecimento de **trabalho escravo** no Mato Grosso... e que em Mato Grosso reina **paz social**". (*Folha de São Paulo,11/11/71*)

O Governador do Estado, José Fragelli, disse que "o Bispo exagerou ao denunciar injustiças". (*Jornal O Globo,16/11/71*).

É preciso lembrar que a "Igreja de D. Pedro" está inserida na Teologia da Libertação e que o político é um dos seus elementos cruciais. Segundo Eni Orlandi, em "*Fé e Opressão*" (1996), *a Teologia da Libertação é a legitimação dos movimentos sociais que apareceram na América Latina, nos anos 60.*

O mais difícil, na construção deste trabalho, foi distanciar dos 16 anos de convívio assíduo junto à Prelazia, mais diretamente com as questões da educação, mas sempre participando nos movimentos populares: no sindicato, no clube de mães, nos conselhos e associações, para ousar a teoria.

Além do medo, da tensão, do esforço, descobri que os sentidos vagueiam em memória descontínua, refletindo filiações passadas, esquecidas e mostrando que é possível de serem contados. Segundo Mariani (1998), *são sentidos predominantes ou silenciados, resultantes do embate de interpretações, e que deixam lacunas entrevistas nos resíduos, e que escapam ao nosso controle.*

Então, sem cair na ilusão de poder resgatar origens, trazemos para compor este trabalho algumas reminiscências, certamente determinadas por razões histórico-pessoais, que vimos percebendo, no processo de elaboração do mesmo.

II.3. Procedimentos analíticos: processos de designação

Como porta de entrada para a condução das análises do *corpus* referido, lançamos mão do modo como funcionam algumas designações sobre a terra, o homem, o trabalho, a partir da seqüência: TERRA PARA QUEM NELA TRABALHA, a qual serviu de esteio para os movimentos populares da década de 70, dispersas na escritura, reescritura[7] que são peças de montagens dos textos jornalísticos na apropriação e discussão da CP.

Nas seqüências discursivas selecionadas verificamos os processos de designação que na mídia parafraseiam a questão da terra, e deslocam seus sentidos para outros lugares, apagando sua força de denúncia. Por exemplo: ao se definir a terra como direito democrático garantido pelo Estado brasileiro por igual e para todos os cidadãos (*corpus*), as designações **latifúndios e minifúndios** apagam as relações de desigualdade e exploração existentes em nossa sociedade.

O interesse é mostrar, nas análises, os movimentos de sentido que vão desenhando, no jornal, as várias designações e o modo como elas se posicionam em Formações Discursivas.

No sentido de compreender o modo como se estabelece a relação entre linguagem e objeto recorreremos primeiramente a Frege (1892), quando o autor publicou um trabalho sobre sentido e referência, no qual reflete a respeito da relação entre objeto/sentido/língua.

---

[7] Guimarães (1999) diz que reescritura são procedimentos pelos quais a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito.

Frege considera que o objeto pode ser representado pela língua a partir de diversos sentidos. Diz o autor que duas expressões podem ter sentidos e referência porque apontam para o mesmo objeto, mas apresentam sentidos diferentes.

São os clássicos exemplos: *estrela da manhã* e *estrela da tarde,* que se referem ao Planeta Vênus, que Frege utiliza para explicar a distinção, pois ainda que sejam lingüisticamente diferentes, os exemplos possuem a mesma referência, porém com sentido distinto.

Isso mostra que, nessa perspectiva, a designação pressupõe uma referência que aponta para um objeto determinado e único no mundo. Nesse caso a referência é uma relação da língua com o objeto.

Se assim entendermos, a concepção da língua vem de um funcionamento perfeito, sem possibilidades para o equívoco.

Caso nos orientássemos pela teoria Fregeana para analisar as designações que deslizam no *corpus* recortado para esse trabalho, os sentidos certamente não seriam os mesmos que encontramos.

Outra visão sobre o assunto vem de Oswald Ducrot (1998:418) que diz que o falante de uma determinada língua sempre acredita que *as coisas foram, são ou serão como ele descreve, instituindo o mundo como seu juiz.*

Nesse sentido, compreendemos que o significado da palavra está voltado para fora, para o exterior, ou seja, o sentido não está na palavra em si, mas no mundo em que ela está inserida. Para ele *a palavra diz respeito a um objeto no exato momento em que o constitui.*

Ainda que Ducrot relacione linguagem X mundo diferentemente de Frege, é com o conceito de sentido desenvolvido por Frege que ele opera para explicar que mais de uma expressão pode designar apenas um ser.

Quando introduz a idéia de *sentido* em suas reflexões vê a possibilidade de pensar a separação do que é interior e exterior ao discurso.

É importante acentuar que por esse raciocínio a distinção entre sentido e referente termina por separar os enunciados em duas categorias de expressão: uma que faz referência aos objetos e outra que os descreve.

De acordo com Guimarães (1995):

> *Mesmo que Ducrot identifique bem os impasses das teorias da referência, não chega a uma solução satisfatória porque não consegue deixar de falar de um objeto que se objetiva pela linguagem pelas diferentes falas, sendo delas distinto.*

Diferentemente de Frege e avançando em relação aos estudos de Ducrot, Guimarães (*op. cit*) formula um conceito para enunciação e sentido, no qual ele coloca que:

> *O objeto é uma exterioridade produzida pela linguagem, mas não se reduz ao que se fala dela, pois é objetivada pelo confronto de discursos. Isso acontece no sentido em que o objeto é constituído por uma relação de discursos. A materialidade é esse confronto.*

O conceito de processo de designação de Guimarães tem a gênese nas reflexões acima. Para ele o referente deve ser considerado como uma exterioridade produzida pela linguagem na enunciação. Sendo assim *não se fixa e nem fixa o sentido do referente como se remetesse a algo único.*

Dessa maneira a questão da designação é discursiva, se dá a partir de relações sociais entre interlocutores, *estabelece uma relação instável entre a linguagem e o objeto, pois o cruzamento de discursos não é estável, é ao contrário exposto à diferença.* (Guimarães, *idem*)

Assumir, como Guimarães, o processo de designação significa

concebê-lo como acontecimento enunciativo a partir do seu funcionamento, nessa relação instável entre linguagem e objeto.

Para o autor (*ibidem*) a enunciação é o acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso.

Conforme Dias (1996) as designações funcionam como estações de cruzamento do sentido, que sinalizam as diferentes posições a partir das quais o sujeito enuncia.

Em "É o Nome que faz Fronteira" (1999), Zoppi-Fontana ao analisar as designações dos camelôs no contexto dos conflitos territoriais que se produzem em torno do espaço público da cidade, caracteriza os processos de designação *como relações semânticas instáveis, produzidas pelo cruzamento de diferentes posições de sujeito, a partir das quais se instala um sentido, apagando outros possíveis/dizíveis*.

Nesse sentido, vamos realizar um trabalho de análise enunciativo-discursiva que, nos entremeios dos enunciados, nos diferentes lugares onde a terra, o homem, o trabalho, são nomeados diferentemente, mostre também aquilo que é silenciado. Considerando, como Guimarães (*ibidem*), que a política do sentido está na língua a partir da constituição de sentidos da enunciação.

Capítulo III

Nas veias do jornal: a terra

A leitura que a imprensa faz dos acontecimentos, mais especificamente, como o discurso jornalístico produz sentido e memória, não é nada ingênua. O ato de noticiar, como descreve Mariani (1999), *não é neutro nem desinteressado: nele se encontram entrecruzando-se os interesses ideológicos e econômicos do jornal, do repórter, dos anunciantes, bem como ainda que indiretamente dos leitores.*

Assim como outras instituições, a imprensa também pertence ao jogo de forças da sociedade. Avaliamos que ela funciona como forma de "atiçar", "pôr fogo" no confronto de posições políticas.

Outro fato a ser considerado em relação ao discurso jornalístico é o de que ele representa um discurso institucional específico que objetiva apagar os quantos enunciadores ele congrega. Seguindo o raciocínio de Mariani (*idem*), *a prática jornalística é heterogênea durante o seu processo de produção, mas resulta em uma enunciação homogeneizada quanto ao produto final.*

A mídia inventa, a todo o momento, novas estratégias para atrair leitores e/ou telespectadores. Organiza, coordena os acontecimentos cotidianos mostrando as diversas possibilidades de apresentá-los.

Além desses fatores, as forças políticas em confronto no momento

histórico em que ocorre um acontecimento vão constituir também os sentidos produzidos pelas/nas notícias. A atuação da imprensa nos dias atuais influencia, nas situações em que ocorre a tomada de decisões políticas. Como diz Mariani (1998), *está cada vez mais em evidência o aspecto do entrelaçamento entre os eventos políticos e a notícia.*

É assim que cada jornal vai construindo uma versão do mundo específica e diferente: a imagem da CP, por exemplo, vai mudando conforme ela é falada nos jornais.

> *Não podemos desconsiderar o modo como um leitor interpreta a notícia, um leitor atento percebe, logo de início, ao ler o jornal, o quanto cada modo de construção textual da notícia também influi na produção de sentidos. O que tal leitor, mesmo sendo mais atento, pode não se dar conta é que o entendimento do processo de construção dos sentidos não pode ser esgotado somente através de uma análise do tipo gramatical, presente em cada jornal, pois não se trata ali apenas de uma mera organização de frases e palavras, estruturadas sob regras, que esconderiam o 'verdadeiro' sentido nas entrelinhas do texto.* (Mariani,1999).

De acordo com Orlandi (1996), quando se lê, considera-se não somente o que está dito, mas também aquilo que não está dito e que também está significando.

> *E o que não está dito pode ser de várias naturezas: o que não está dito, mas que, de certa forma, sustenta o que está dito; aquilo a que o que está dito se opõe...Ou seja, podemos dizer que há relações de sentidos que se estabelecem entre o que o texto diz e o que ele não diz, mas poderia dizer, e entre o que ele diz e o que os outros dizem.*

Essas relações de sentido atestam o funcionamento do interdiscurso e, no caso dos jornais analisados, a intertextualidade, i.e., a relação de um texto com outros textos.

Então, as notícias publicadas demonstram na sua constituição textual traços histórico-sociais, que fazem parte dos processos de significação.

O que expusemos até então se presta a quebrar com a imagem, cultivada durante séculos, de que o discurso jornalístico é isento de pré-julgamento, imparcialidade, neutralidade, objetividade de informação.

Segundo Junkes (1994), é na utilização da notícia que se manifestam os processos menos democráticos de formação de opinião, visto os jornais serem conduzidos pelas classes dominantes em conflito, em que cada qual carrega grupos em disputa pelo poder.

A autora acrescenta que a notícia assim como os livros didáticos, principalmente os doados pelo governo, são informações transformadas em mercadorias pelo fato de serem manipulados pelo poder político-econômico que os sustenta.

Em uma entrevista para a *Revista Imprensa*, nº 128 de 1998, O jornalista Paulo Henrique Amorim fala do que ele considera uma grande ameaça à liberdade e qualidade de informação no Brasil: "*a concentração de atividades ligadas à comunicação está nas mãos de uns poucos grupos. A legislação está cada vez mais permissiva quanto a isso*". Adverte ainda: "*Você pensa que existem 800 órgãos de imprensa e na verdade, são um ou dois empregadores*".

Além do mais, conforme Mariani (*op.cit*) a "objetividade" dos fatos, ou seja, sua visibilidade evidente, resulta inevitavelmente de um gesto interpretativo que se dá a partir de um imaginário já construído. Sendo assim, os jornais ao relatar os acontecimentos já estão exercendo uma determinação nos sentidos.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Podemos então dizer que o discurso jornalístico está submetido ao jogo das relações de poder vigentes e que o que existe é uma ilusão da neutralidade, imparcialidade, informatividade.

Ainda que a notícia provoque nos leitores as mais diversas reações, resultantes de cada gesto interpretativo, já marcado por um interdiscurso, o jornal atua na institucionalização social dos sentidos, buscando promover consensos em torno do que seria a verdade de um evento. A própria materialidade impressa do jornal: a estrutura lingüística, a linearidade textual, e exigência das regras extraídas dos manuais de redação, fazem com que se sustente a aparente neutralidade do discurso jornalístico.

Entendemos que essa representação da neutralidade termina por produzir a ilusão de que o sentido está apenas na relação leitor/texto, apagando aquilo que concebemos enquanto sentido. Na perspectiva enunciativa desenvolvida por Guimarães (*op. cit.*), *os sentidos são efeitos da memória e do presente do acontecimento: posições de sujeito, cruzamento de discursos no acontecimento.*

A respeito da suposta posição de imparcialidade jornalística, reconhecemos que ela se mantém pela própria história da instituição[8], que ao negar o sujeito narrador, a partir de suas regras e constituição sob o discurso jurídico, atribui ao leitor/ouvinte, a responsabilidade por qualquer que seja a interferência no sentido, que posto no jornal, supõe-se ser o único, verdadeiro e transparente.

O jornal assume um caráter didático em que as explicações têm, muitas vezes, a forma de causa/conseqüência. Também a operação de definição faz parte dessa pedagogia institucional como modo de didatizar as informações. Nesse

[8] Sobre o processo de formação da imprensa, ver Mariani (1999). A instituição jornalística "esquece" que foi obrigada a fundar-se com uma interpretação do mundo juridicamente assegurada.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

sentido ele organiza a estabilização de determinados sentidos e apaga outros *possíveis/dizíveis.*

No caso específico do discurso jornalístico sobre a CP, ora confrontamos posições de explicação a respeito da mesma (esse certo didatismo), ora se apaga qualquer possibilidade que seja do leitor polemizar, questionar, pois os fatos vêm como afirmações absolutas, definições precisas como apresentamos nos recortes elencados abaixo, o primeiro determina a hora da integração na Amazônia e quem deve fazer parte do processo:

> **(A)** ***O documento*** *do Bispo surge num* ***momento propício*** *e fere um tema que está nas cogitações das autoridades empenhadas em integrar um país de proporções continentais como o nosso.* ***Esta é a hora****, portanto, de o governo examinar a denúncia de um Bispo que vive na Amazônia e se sente no dever moral de contribuir para um regime de justiça social que é* ***não apenas*** *uma causa do governo,* ***mas de todos*** *os brasileiros.(Jornal do Brasil, 11-11-1971)*

Nesse caso o jornal afirma, define quando Estado e Igreja devem estar juntos na integração do **país = Amazônia**: ***Momento propício, esta é a hora***. Dá explicações sobre o evento, a causa que moveu o bispo a fazer a denúncia e ainda, pelo funcionamento de ***não apenas*** e, ***mas***, enquanto operadores na argumentação, omite a opinião em relação a quem deve participar da integração, ou seja, atribui ***a todos os brasileiros*** a ação de integrar a Amazônia, eliminando dessa forma a responsabilidade do governo, que é o proponente do Programa de Integração, através da SUDAM. Constrói-se nesse dizer uma orientação, uma direção de leitura *sobre* o acontecimento.

> *Os jornais lidam com o relato de eventos inesperados, possíveis e/ou imprevisíveis. Em seu funcionamento ele insere o inesperado (aquilo para o que ainda não há memória) ou possível/previsível (fatos para os quais se pode dizer algo*

> *porque guardam semelhanças com algo ocorrido anteriormente) em uma ordem, ou seja, organizando filiações de sentidos possíveis para o acontecimento, não apenas em termos de uma memória, mas também no que diz respeito aos desdobramentos futuros. Para tanto, os jornais nomeiam, produzem um encadeamento de explicações sobre aquilo que se fala.* (Mariani, *op. cit.*)

Esse processo de encadeamento cria a ilusão de uma relação significativa entre causas e conseqüências para os fatos ocorridos. Encontra-se nesse funcionamento um dos aspectos de persuasão que envolve o leitor.

O que acontece é que, pelo discurso jornalístico, vão se cruzando vários discursos como é o caso do religioso, neste caso específico, o católico da Teologia da Libertação, ou o político como é possível notar na fala do Ministro do Interior, que não comenta as denúncias da CP porque:

> **(B)** "*Ela é* ***mais*** *da área da SUDAM". (Jornal do Brasil, 11/11/71*)

É interessante perceber que ao utilizar o advérbio de intensidade ***mais*** o Ministro deixa subentendido que o assunto é também de interesse do Ministério do interior. Mesmo que este não queira admitir, isso fica posto no discurso.

Ou como segue:

> **(C)** *O Presidente da FUNAI, Gal Bandeira de Melo, afirmou ontem que não pretende abrir debates com as missões religiosas e negou-se,* ***terminantemente****, a prestar declarações a respeito do documento divulgado pelo bispo de São Félix do Araguaia, D. Pedro Casaldáliga,* ***que ele diz*** *criticar "o abandono em que se encontram os índios Carajás", e* ***só falou do trabalho da FUNAI****. (Jornal A Tribuna da Imprensa, RJ, 12/11/1971)*

Situação conveniente para o Presidente que prefere:

> **(D)** *Ao invés de falar a respeito das denúncias feitas na CP, O Gal. preferiu proferir uma palestra,* **bastante didática**, *ilustrada com projeção de slides para* ***explicar a ação da FUNAI.***
>
> *"A FUNAI preparou 70 técnicos de indigenismo para cuidar dos 123 postos (...) o posto indígena é a unidade básica da FUNAI..."* ***explica o ministro.*** *(Jornal O Estado de São Paulo, 12/11/71)*
>
> **(E)** *Bandeira de Melo* ***só expôs uma idéia geral da política indigenista do país.*** *Não respondeu a perguntas relativas às denúncias do Bispo de São Félix do Araguaia,* ***que considerou*** *"violenta". (Jornal da Tarde, São Paulo, 11/1171).*

Aí se confunde o pedagógico e o político, que atravessam o jornal explicando, quantificando, dando esse certo didatismo à linguagem jornalística. [3]

Além disso, observamos que ao relatar que o Presidente da FUNAI nega-se a falar sobre a CP, o jornal interpreta essa negação pelo funcionamento do advérbio de intensidade: ***terminantemente* (C),** que determina o modo da negação e assim mostra que a neutralidade jornalística é mesmo aparente. E também do advérbio ***bastante*** determinado pelo adjetivo ***didática***, que estabelece o modo da palestra, e por que não, a posição do jornal, ao intensificar a qualificação da mesma: palestra ***bastante didática* (D)**. Avalizando, dessa forma, os discursos tanto do Ministro do Interior quanto do Presidente da FUNAI.

---

[3] N. Lage afirma que entre "a linguagem jornalística e a linguagem didática" há diferenças, pois a primeira é por definição referencial, enquanto que na segunda predomina a metalinguagem, isto é, a explicação ou definição de um item, léxico por outro. De acordo com Mariani (*ibidem*:65) e contrariamente ao autor as análises realizadas para o discurso jornalístico, demonstram que ele funciona de modo a além de informar, persuadir, inculcar o leitor.

Como podemos observar os advérbios funcionam como operadores de argumentação e indicam a posição do sujeito que enuncia. Sobre esse funcionamento ver Guimarães & Orlandi (1988).

Algo que nos chama a atenção nos exemplos recortados é a forma como o jornal coloca que o Presidente não falará sobre a CP. Ao mesmo tempo em que restringe o discurso do *outro* pelo sentido derivado do advérbio ***só***: ***só falou do trabalho da FUNAI* (C). *Só expôs uma idéia geral da política indigenista no país***, expressa uma marca explícita de heterogeneidade, em que a presença do discurso do Presidente, entre aspas, abre um espaço no interior do discurso jornalístico e acentua sua posição em relação à CP: ***Que ele* diz *criticar*** "o abandono em que se encontram os índios Carajás". **(C)**, e ***que considerou*** "violenta".(**E**).

Esse paradoxo nos move a buscar fundamentação em Authier (1981:127). Com base na autora, podemos dizer que as aspas constituem um uso autonímico que apresenta um duplo movimento: ao mesmo tempo em que mostram um corpo estranho, indicam que o sujeito dele discorda. Elas, as aspas, segundo a autora funcionam para assinalar uma recusa, uma rejeição ao que está sendo incorporado, por seu intermédio o sujeito do discurso questiona a veracidade, a adequação ou a pertinência do discurso do *outro*.

No que toca aos exemplos que trouxemos é importante lembrar que a polêmica aí criada configura-se no discurso do General Bandeira que, ao negar-se a comentar sobre a CP, inscreve-se numa posição desfavorável a ela.

Dessa forma, o jornal constrói uma imagem de si mesmo como de quem se mantém numa posição imparcial em relação ao fato. Essa imagem se sustenta no funcionamento do discurso direto que, segundo Mariani (1998), tem por característica provocar uma ruptura sintática: **que ele diz criticar, que considerou.** Nos recortes que selecionamos para exemplificar, fica nitidamente delimitado na cadeia discursiva, o objeto: **Criticar o quê**? "*o abandono em que se*

encontram os índios Carajás". **Considerou o quê**? "*Violenta*", que é extraído da cadeia enunciativa normal e remetido a outro lugar. Então o jornal dá eco a vozes diferentes e se distancia.

A noção de heterogeneidade refere o 'enunciável' e não apenas o 'gramatical'. Além disso, refere à produção no sujeito da ilusão necessária e constitutiva do seu modo de enunciação. Produz no dizível, um recorte importante.

O que podemos perceber é que o jornal faz ouvir "tantas vozes" com perspectivas ou pontos de vista que podem ser identificados, ou não, com o leitor interlocutor.

Na verdade, o jornalista projeta a imagem de um observador imparcial, produzindo um efeito de distanciamento sobre o que fala. E como não se 'envolve' com a questão cria o espaço para emitir opinião, explicar, formar juízos de valor.

Se antes a imprensa posicionava-se como veículo neutro e imparcial, hoje, como diz Mariani (*ibidem*) ela tanto pode lançar direções de sentido a partir do relato de determinado fato como pode perceber tendência de opinião e dar-lhe visibilidade.

Tudo o que expusemos até aqui não quer dizer que a imprensa é absolutamente autônoma e responsável pelo modo como produz as notícias e para entendermos melhor essa questão é necessário conhecer o caráter institucional da *prática discursiva jornalística*.[4]

Conforme Mariani (*op.cit*), a produção de sentidos se realiza a partir de um jogo de influências em que atuam impressões dos jornalistas, uma vez que eles também são sujeitos históricos, dos leitores e da linha política dominante do jornal,

---

[4] Lembremos que, de acordo com Pêcheux (1988), a noção de prática discursiva permite criticar o idealismo da concepção de prática de sujeitos, que seriam totalmente responsáveis (e portanto responsabilizáveis) por seus atos e palavras. 'Todo sujeito, diz ele, é constitutivamente colocado como autor e responsável por seus atos em cada prática em que se inscreve isso pela determinação (...) do complexo de formações discursivas (FD) no qual ele é interpelado em 'sujeito - responsável'.

O editorial abaixo transcrito permite uma série de análises, quanto a posição do jornal, produção discursiva, autoridade do dizer. Por isso, porque dá uma visão geral do assunto vigorado neste trabalho, vamos analisar algumas marcas referentes ao discurso relatado indireto, que nele se apresentam e são características fundamentais do jornal:

> (F) *A divulgação da Carta Pastoral do novo Bispo de São Félix do Araguaia,* ***Dom Pedro Casaldáliga****, levantou* ***como era de se esperar****, uma áspera polêmica.* De um lado situaram-se ***os que*** a aplaudiram como corajosa e oportuna e, do outro, ***os que*** chegaram a incriminá-la de injusta e subversiva. *A leitura do documento em questão, escrito por quem viveu durante anos no Centro-Oeste brasileiro e acabou amando, sincera e profundamente, o nosso povo e a nossa terra,* ***nos deixou a clara impressão*** *de que os fatos denunciados,* ***infelizmente****, correspondem à realidade.* ***O Bispo de São Félix*** *não fica em generalidades. Enumera fatos, analisa situações concretas e critica estruturas.* ***Se alguém*** *quisesse contraditá-lo, precisaria refutar as provas e impugnar os documentos por ele apresentados e não, simplesmente,* ***como alguns fizeram****, mostrar-se irritados e negar a Dom Casaldáliga o direito de pronunciar-se,* ***como ele o faz*** *com rara sensibilidade humana e autêntica preocupação pastoral.* ***Ainda bem*** *que ao lado das críticas infundadas,* ***de quem*** *jamais colocou os pés na região a que se refere a Carta Pastoral,* ***alguns como o Presidente da Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 0o INCRA, tiveram a coragem de reconhecer*** *que o Bispo tem razão e que, até agora, nada ou quase nada foi feito de sério, em favor das populações pastoris, agrárias e indígenas a que se refere Dom Casaldáliga. Estes e outros fatos* ***nos ensejam****, ainda uma vez, a oportunidade de reafirmar que a confusão entre denúncia de injustiça* ***daqueles que*** *entendem*

ser a realidade social brasileira, perfeita e acabada. A acusação de agitadores, não cabe a quantos ainda têm a coragem de apontar-lhe limitações, distorções e melhores caminhos. ***É lastimável que certas áreas oficiais e alguns órgãos de imprensa*** *interessadas na defesa, a qualquer custo, dos interesses do capital, continuem desconhecendo que a denúncia de injustiça contra pessoas ou grupos, constitui,* ***de fato e inegavelmente****, um verdadeiro serviço prestado à Pátria, aos maiores responsáveis pelo seu presente e futuro, como, também, aos próprios indefesos injustiçados e suas famílias. No caso específico da* ***Igreja****, a objetividade exige se reconheça que sua organização capilar vai até onde não chegaram ainda os órgãos do governo e, especialmente, o exercício da justiça trabalhista. Relativamente à Amazônia e ao Centro-Oeste do Brasil, põe exemplo os missionários-Bispos, padres, religiosas e leigos __ mantém contatos desinteressados com as bases, com vastas camadas populares e grupos indígenas, que os funcionários públicos estão longe de ter.* (Jornal O São Paulo - 20/11/71).

Dissemos a partir de **C, D, E** que o discurso direto provoca uma ruptura sintática na cadeia enunciativa. Já o discurso indireto não tem compromisso com a textualidade original do discurso citado, o locutor aí o reformula ao seu modo. Sendo assim ao reformular a fala do outro ele faz a sua versão do acontecimento, como é possível verificar nas marcas em **F**.

Um aspecto que nos chama a atenção é que o locutor do jornal ao relatar o acontecimento, no caso a divulgação e polêmica criadas pela CP, se envolve com o caso e com maior ou menor distanciamento do fato traduz o que os outros dizem sobre ele. É possível perceber que, quando se inscreve numa posição contrária ao que se diz da CP, ele indetermina o sujeito pelas marcas que introduzem uma construção relativa: ***os que***, ***daqueles que***, ***de quem***; ou por pronomes indefinidos: ***alguém***, ***alguns*** isolados de qualquer referência; ou

casos como: ***certas áreas oficiais, alguns órgãos da imprensa*** que embora apareçam indeterminados trazem um referencial. Indursky (1997) diz que a representação indefinida do *outro* permite que o enunciado *deste* seja relatado mesmo que não esteja presente lingüisticamente. Por outro lado, quando o locutor do jornal se identifica com a posição do *outro*, este aparece explicitamente: **O *Bispo, D. Pedro Casaldáliga, A Igreja***.

Mais um caso que merece a nossa observação é o que indetermina o sujeito enunciador através do processo de comparação. Vejamos: ***alguns como o Presidente do Instituto Nacional de Reforma Agrária*** .

Ainda em **F** observamos outras marcas lingüísticas que mostram que o discurso jornalístico assim analisado, por mais que cause o efeito de imparcialidade, deixa inscrita a sua opinião: ***como era de se esperar***, ***nos deixou a clara impressão, que se reconheça***, ***nos ensejam.*** Ou pela adjetivação: críticas **infundadas**, é **lastimável**, **verdadeiro** serviço, contatos **desinteressados**. E ainda pelo funcionamento da modalização através de advérbios: **sincera** e **profundamente**, **infelizmente**, de fato e **inegavelmente**.

O discurso relatado passou a ser mais usado, segundo Mariani (*op. cit.*), a partir da década de 40/50 quando as matérias assinadas e não assinadas começam a se apresentar com uma 'gramática da impessoalidade', na tentativa de levar a uma demarcação das fronteiras entre ditos diferentes e assim produzir um apagamento do locutor do jornal, além de reforçar as idéias de que tanto os fatos quanto os sujeitos falam por si. Nessa perspectiva *as falas autonomamente reproduzidas* sinalizariam *as origens do dizer ou fontes de sentidos sobre os quais o jornal não tem controle ou responsabilidade.*

Isso não impediu que o locutor do jornal se apresentasse, por exemplo, através da expressão: ***Ainda bem***, ou do advérbio: ***infelizmente*** no editorial selecionado.

Mesmo que não soubéssemos que o *Jornal O São Paulo* pertence a Arquidiocese do Estado de São Paulo, pelas marcas apresentadas no discurso, através de um gesto analítico, seria possível detectar a sua inscrição numa FD favorável à denúncia. O recorte adiante mostra inclusive a posição de que a Igreja está acima do Governo e do Jurídico:

No caso específico da Igreja, (...) sua organização capilar vai ***até onde não chegaram ainda*** *os órgãos do governo e especialmente o exercício da justiça trabalhista.* Ao se dizer dessa forma abre se um espaço possível para que cheguem, os órgãos do governo e a justiça trabalhista, onde está a Igreja, mas fica dito que ela está além.

Então, os diversos discursos sobre a CP, por cruzarem na formulação do editorial, na voz do locutor do jornal, podem produzir um efeito de homogeneização quanto ao que se diz. No entanto é bom lembrar que, mesmo quando o discurso do *outro* é relatado, não é assegurada a fidelidade textual, ao que Authier chamou de ficção.

É papel do jornal, enquanto autorizado, institucionalizado para tal, organizar as matérias, os outros discursos de modo a mostrar que pode haver várias opiniões sobre um determinado fato, mas nunca um fato diferente do que foi relatado. Recorro mais uma vez à Mariani Sampaio (*ibidem:* 67), que diz:

> *Em uma palavra a imprensa deve desambigüisar o mundo. Assim, nos jornais se reassegura a continuidade do presente ao se produzirem explicações, ao se estabelecerem causas e conseqüências: desse modo, quando relatam os acontecimentos, os jornais já estão lhes determinando sentidos.*

Em relação a instituição que autoriza o dizer jornalístico, podemos acrescentar que não é porque há normas institucionais organizando esse dizer que a prática discursiva necessite de estar amarrada às normas, pois as instituições

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

com normas, regras, também são conseqüentes de processos de linguagem.

Para Foucault a noção de instituição trata da dimensão de normatização ou disciplinarização constitutiva da ordem de possibilidades de um discurso. É pelo funcionamento do discurso que observamos como se dá a legitimação da instituição.

Esse é um processo que funciona no sentido de tornar a instituição ' evidente' e naturais os discursos que dela 'emanam'.

Pelo que pudemos observar, a partir dos recortes que utilizamos para mostrar um pouco sobre o funcionamento do discurso jornalístico, é que embora tratem do mesmo assunto, ou seja, *a denúncia sobre o latifúndio e a marginalização social* feita na CP, em **A,B,D,E**, os Jornais: *o Estado de São Paulo,SP; Jornal da Tarde, SP;* se inscrevem numa posição desfavorável às denúncias do bispo, enquanto que nos **C,F**: *o Tribuna da Imprensa, RJ; o Jornal O São Paulo*, inscrevem-se numa posição que favorece a denúncia.

Conforme já foi dito neste trabalho, a prática discursiva não é neutra, imparcial, ou transparente. Os sentidos vão se configurando movidos e controlados pela memória discursiva, são mobilizados interdiscusivamente enquanto exterioridade que afeta constitutivamente o sujeito. É aí que se cria a ilusão do sujeito, o qual não tem domínio do seu dizer, pois não é onipotente.

Para contemplar as nossas reflexões trazemos mais um exemplo:

> **(G)** ***Não há dúvida, porém,*** *de que o documento do Bispo de S. Félix do Araguaia, perfilhado, pela CNBB,* ***não pode cair no vazio****. O país está motivado* ***nesta hora*** *para a* ***grande*** *tarefa da integração. O plano da Amazônia fascina a imaginação nacional e desperta* ***justo****... Há três dias o Presidente da República anunciou mais uma medida de impacto, com a iniciativa do PRODOESTE, que cobrirá a última região que faltava para incorporar-se à* ***gigantesca*** *rede de frentes de*

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

> *trabalho em que,* ***com inegável êxito,*** *vem operando* ***o governo federal.*** *(Jornal do Brasil, 11/11/1971).*

Não podemos esquecer que em 1971 os interesses eram dos militares, que na figura do presidente Médici comandavam o país, plena ditadura militar, então, o que quis dizer o jornal com o exagero na colocação de adjetivos: ***grande*** *tarefa da integração,* ***gigantesca*** *rede de frentes de trabalho*? O que não disse com: ***inegável êxito***? ...

A ênfase dada ao Programa do Governo, Plano de Integração da Amazônia (PIA), é exagerada e por mais que se coloque que o **documento do Bispo não pode cair no vazio**, é disso que o jornal faz uso para salientá-lo.

Sabemos que em AD se fala de "a" para não se falar de "b". Também, que não há domínio consciente, nem controle pessoal dos processos discursivos. O que fica no processo de produção de sentido, que é histórico e no qual há um jogo entre história e ideologia são efeitos de sentido. Esse efeito que as condições de produção determinam tem aqui uma direção, a de promover a política do governo: na época o Plano de Integração da Amazônia.

Por aí podemos dizer o Jornal ao dizer que ***não há dúvida que o documento do bispo não pode cair no vazio*** produz mais um mecanismo textual de produção do efeito de imparcialidade.

As considerações feitas neste capítulo permitem avaliar o discurso jornalístico, de acordo com Mariani (*op.cit.*):

> (...) *como monumento histórico-textual, ou seja, como constitutivo e constituído por confrontos históricos nem sempre visíveis nem para os leitores e, às vezes, nem mesmo para a própria imprensa.*

Portanto, o discurso jornalístico tanto se comporta como uma prática social repetidora de certa ideologia quanto, direta ou indiretamente, se deixa

atravessar pelas muitas vozes divergentes também constitutivas da história. É o que observamos nos capítulos seqüentes através de análises sobre as designações que deslizam no *corpus*.

Capítulo IV

Terra para quem nela trabalha: um enunciado fundador

Assim, vamos trabalhar a partir da CP, considerando-a um *acontecimento discursivo*[9], que agitou as filiações de memória que produzem os diversos sentidos que significam a região amazônica do Brasil, ou como Zoppi-Fontana (1997:51) interpreta Pêcheux:

> O *acontecimento discursivo funciona como quebra de rituais enunciativos, como o lugar material onde o real da língua (o lapso, o ato falho, o equívoco, a elipse, a falta, todas as formas de irrupção da lalangue) e o real do discurso (a sua historicidade, a determinação do sentido e do sujeito por FDs inscritas num complexo de formações ideológicas se encontram produzindo uma ruptura, uma interrupção e uma emergência (...) reorganizando as práticas discursivas.*

Trazemos para essa reflexão a questão da memória como estruturação da materialidade discursiva, partindo de uma dialética da repetição e da regularização como tratada por Pêcheux (1985), isto é:

> *a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os*

> *"implícitos", quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.*

O dispositivo complexo da memória sempre vai colocar em jogo a passagem do visível para o nomeado, no qual a linguagem, tanto verbal quanto não verbal, atua como operador da *memória social,*[10] trazendo consigo um programa de leitura, um percurso já escrito discursivamente em outro lugar, ocorrendo assim o efeito de repetição e de reconhecimento. Nesse ponto, Pêcheux (trad. 1999:52) diz que esta regularização discursiva sempre pode ruir sob o peso de um acontecimento discursivo novo, que perturba a memória já estabelecida.

É necessário ainda dizer que trabalhar com o acontecimento na memória discursiva é estar observando retomadas e/ou injunções nada pacíficas, uma vez que se trata de conflitos pela regularização e hegemonia de sentidos. Os sentidos que constituem a memória são muitos e dependem do modo como no acontecimento funcionam o histórico e o lingüístico.

Segundo Guimarães (1993), a enunciação tem, ao mesmo tempo, o caráter de acontecimento e o de relação com a língua, é dessa forma, um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso. Sendo assim, o processo de designação é um acontecimento enunciativo que se dá a partir do seu funcionamento, na relação entre língua e objeto, que conforme o autor não é uma relação estável.

Pensando os processos de designação como Guimarães, e a CP como acontecimento discursivo que provocou um grande debate, "uma áspera polêmica, continuamos nossa observação, agora, depositando nosso olhar sobre as diversas designações atribuídas à CP nas matérias jornalísticas":

---

[9] *Como o ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória.* (Pêcheux, 1983).

Na posição favorável à CP inscrevem as designações: **o livro; denúncia; vigoroso livro; documento limpo, preciso e imparcial; relatório**. Na posição desfavorável à CP inscrevem as designações: **panfleto, disparate, expressão demagógica, documento subversivo e caluniador**.

Certamente, a partir de uma análise enunciativo-discursiva cada uma dessas designações remeteria a um determinado sentido produzido para a CP. O senso comum coloca esses sentidos como literais. Segundo Orlandi (1983), a literalidade é resíduo do poder: ao se colocar as coisas como literais a idéia do múltiplo, do diferente é encoberta.

O fato de a CP ser designada de tantas maneiras, pelos jornais, produz no analista um estranhamento, pois as designações apontam para posições de sujeito diferentes. Barthes (1978) afirmou que é preciso desconfiar de tudo que pareça evidente, daquilo que se apresenta como senso comum, pois só assim faremos uma crítica social fundada no filosófico, no histórico, no político e, acrescentamos, no discursivo. Dessa forma, poderemos 'desconstruir' o acontecimento.

Como já dissemos vamos analisar a polêmica provocada pela publicação da CP, observando a repercussão que ela produziu na época. Para a organização dos recortes a serem analisados utilizamos a palavra de ordem dos movimentos populares da década de 70, "TERRA PARA QUEM NELA TRABALHA".

Este enunciado serviu de esteio à luta que se travou, naquele período, pela posse da terra. Em cartazes, faixas e na boca do povo veiculava, circulava o desejo dos que vinham em busca de um lugar próprio para trabalhar, para viver.

Vamos considerar esse enunciado como parte de um *discurso fundador* (Orlandi: 1993). Enquanto fundador, esse discurso abre um espaço de paráfrases

---

[10] Mariani (1998:34) afirma que processo histórico é *resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos, sendo que como resultado do processo, ocorre a predominância de uma de tais interpretações.*

possíveis, a partir das quais são produzidas as designações que significam TERRA, HOMEM e TRABALHO no *corpus*.

Enunciados como os dos discursos fundadores são segundo Orlandi (1993) aqueles que vão nos inventando um passado inequívoco e empurrando um futuro pela frente, e que nos dão a sensação de estarmos dentro de uma história de mundo conhecido: *diga ao povo que fico, quem for brasileiro siga-me, libertas quae sera tamen, independência ou morte, em se plantando tudo dá...* e acrescentamos: *terra para quem nela trabalha.*

São espaços de identidade histórica: é a memória temporalizada, que se apresenta como institucional, legítima.

Conforme Pêcheux (1991) não há ritual sem falhas, por isso é possível a ruptura. Instauração de uma nova ordem de sentidos. O que caracteriza TERRA PARA QUEM NELA TRABALHA como enunciado fundador[11] é que ele cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra, um momento importante de significação.

Ele é reatualizado, por exemplo, nessa nova fase da luta pela terra, quando se tem um movimento organizado oficialmente.

Encontramos alguns antecedentes históricos sobre o MST na página **http://www.sanet.com.br/~semterra/** o relato coloca que:

> *O Movimento é a continuidade das lutas camponesas, em um novo momento, que durante a colônia (até o final de 1800), os* ***índios e os negros*** *protagonizavam essa luta,* ***defendendo territórios invadidos*** *pelos* ***bandeirantes e colonizadores****, ou unindo a luta pela liberdade* ***com a terra própria na construção dos quilombos****. No final do século, surgiram*

[11] Zoppi-Fontana (1997) analisando como *acontecimento discursivo* o dia 10 de dezembro de 1983, quando o Presidente eleito da República Argentina, Dr. Raúl Alfonsín, toma posse, inscrevendo aí o dia de volta à democracia, ao cumprimentar a multidão da sacada do Cabildo, na Plaza de Mayo, faz reviver a cena fundadora que este evento convoca: 25 de maio de 1810, que faz parte do imaginário da história oficial Argentina e provoca, num só grito, o enunciado: *El Pueblo quiere saber de qué se trata,* que a autora interpreta como o que fundou discursivamente o funcionamento da *delegação de voz:* inaugurou enunciativamente os mecanismos de representação imaginária pelos quais povo e governo se definem na sua relação "dialógica".

movimentos ***camponeses messiânicos****, que tinham como liderança um líder carismático. São exemplos desses movimentos: Canudos, com Antônio Conselheiro; Contestado, com Monge José Maria; Cangaço, com Lampião e diversas lutas regionalizadas.*

Nas décadas de 30 e 40 ocorreram ***conflitos violentos****, em diversas regiões, com* ***posseiros defendendo suas áreas*** *até mesmo individualmente, com armas nas mãos.*

Entre 1950 e 1964, o ***movimento camponês*** *organizou-se enquanto classe, surgindo daí as* ***Ligas Camponesas****, a* ***União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTABs)*** *e o* ***Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master)****. Esses movimentos foram esmagados pela* ***ditadura militar****, em1964 e seus líderes foram assassinados, presos ou exilados.* ***O latifúndio derrotou*** *a possibilidade da reforma agrária. Mas entre 1970 e 1980, no bojo da luta pela redemocratização surge uma nova forma de pressão dos* ***camponeses****: as ocupações são organizadas por dezenas, até centenas de famílias.*

Lembramos mais uma vez que é na década de 70 que analisamos a re-significação dessa luta a partir das denúncias registradas na CP, e do enunciado TERRA PARA QUEM NELA TRABALHA, o qual se manteve como base do Movimento até 1984 quando este foi fundado oficialmente durante o **1º Encontro Nacional dos Sem Terra**, que inclusive atribuiu o nome atual (MST) e deu articulação própria ao Movimento.

É também importante lembrar que a conjuntura nacional foi, nesse período, marcada pela abertura política (anistia), as greves do ABC, O Trabalho das pastorais sociais, destacamos aqui a CPT.

Verificamos que dependendo das condições de produção mudam-se as designações tanto do movimento quanto do HOMEM que atua no movimento. Voltaremos a essa questão quando analisarmos as designações.

O enunciado em pauta pode sinalizar ainda o manifesto do dia do trabalhador, 1º de maio de 1979, que despertou **O Grito da Terra,** movimento que vem marcando a organização pela reforma agrária, e que vai criando a possibilidade da ruptura nas relações de dominação, tal como estão estabelecidas. A partir dessa reflexão desloca os sentidos de **terra para trabalhar** para **terra para possuir,** pois legalizada esta passa a ser propriedade. São essas vertentes diferenciadas, que desenham a complicada relação entre TERRA, HOMEM, TRABALHO, que produzem na reformulação do enunciado fundador, agora do ponto de vista do jurídico, um deslizamento do direito de trabalhar para direito de propriedade, sustentado no pré-construído de terra produtiva.

Sendo assim esse enunciado ganha espessura na história da apropriação da terra e ao ganhar tal espessura fica formulado "na nossa história". De acordo com cada momento histórico, dada cada condição de produção, ele vai re-significando. Ele sustenta o sentido que surge e se sustenta nele[12].

Podemos dizer que TERRA PARA QUEM NELA TRABALHA funciona na história dos conflitos pela terra se apoiando nos efeitos de evidência que significam no imaginário as noções de terra, homem e trabalho. No entanto, do ponto de vista da enunciação, é necessário observar as situações específicas configuradas pelo próprio processo enunciativo nas suas relações interdiscursivas, a partir das quais esse enunciado significa (Guimarães, op.cit.). Dessa maneira, pretendemos mostrar com as análises, como ele funda as interpretações que perpassam os discursos que interferem nos conflitos pela terra.

---

[12] Eni Orlandi diz que o efeito do reconhecimento e o diferente intervêm no já dado, no já dito. A autora analisa o enunciado: *em se plantando tudo dá.* (1993)

Como se define **terra**; como é preenchido o espaço significativo aberto pelo pronome relativo interrogativo **quem**; como se caracterizam as atividades nomeadas pelo verbo **trabalhar.** As designações e suas reformulações são observadas como espaço de significação aberto, como nó semântico, no qual uma palavra deslizando em outra, vai constituindo metaforicamente os sentidos nas substituições.

Pêcheux (*idem*), trabalhando sobre a concepção de metáfora de Lacan, diz que *a fórmula da metáfora é uma palavra por outra, ela se localiza no ponto preciso em que o sentido se produz no non-sens,* afirma que uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria próprio, pela sua literalidade. Segundo o autor, o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formação de sinônimos) das quais certa formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório: as palavras, expressões e proposições recebem seus sentidos da FD a qual pertencem.

> *Sob o mesmo da materialidade da palavra abre-se o jogo da metáfora como outra possibilidade de articulação discursiva. Uma espécie de repetição vertical, em que a memória volta-se em si mesma, esvaziando-se, esgarçando-se em paráfrases.* (Pêcheux, 1983)

É a partir do funcionamento dos *efeitos metafóricos* (Pêcheux,1969) produzidos nos discursos analisados, que vamos trabalhar as várias designações dispersas no *corpus*.

Conforme Pêcheux (ibidem), "*A memória discursiva é constituída por faltas e lacunas, ela não é linear, é um espaço de desdobramentos, réplicas,*

polêmicas e contra discursos". O que há de fato é uma ilusão de completude do texto relacionada aos processos ideológicos, que como diz Orlandi (1996), produzem o efeito de evidência do sentido. Porém, é a incompletude da linguagem, conforme a autora, que possibilita o dizer de outros sentidos.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Capítulo V

TERRA: no limiar dos sentidos

AMAZÔNIALEGALILEGAL[13]

Legal,
a Amazônia Legal.
O tal
capital,
nacional,
estrangeiro.

Ilegal,
o tal de primeiro,
o índio mateiro,
matreiro,
que nunca deu bola nem bolo ao Cabral...;
o tal de posseiro,
que malvive mal,
na zona
Ama-zôn(i)a
Legal,

Ilegal...

[13] Os poemas que compõem as epígrafes são de autoria de D. Pedro Casaldáliga.

V.1. TERRA / Pátria / moral

Mesmo que se tente não há como estabelecer um sentido definitivo para as palavras, e é isso que caracteriza o processo de significação. Como vimos analisando, o texto jornalístico é um lugar que nos possibilita perceber como os sentidos podem ser outros.

Num processo constante de análise observamos, neste capítulo, o funcionamento das designações e dos efeitos metafóricos na constituição dos sentidos de TERRA, propondo recortes nos quais esses diversos sentidos se organizam.

No recorte abaixo TERRA é apresentada enquanto Pátria, sob o olhar territorial, geográfico, geopolítico, mas dando ênfase a uma relação da Pátria com a moral. Do modo como aparece na seqüência **5**, por exemplo, **desmoralizar a nossa Pátria**, é ir contra os princípios morais, assegurados no discurso dos que estavam no poder, ou seja, os militares. Lembramos, para fundamentar a nossa análise, o slogan: *Brasil ame-o ou deixe-o*, que circulou nos anos da ditadura militar e que de certa forma combina com a análise.

> **5.** Segundo uma notícia provinda de nossa sucursal no RJ e a qual demos a devida publicidade na edição (...), corre impresso certo documento intitulado *Uma Igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social* cujo autor conhecido é exatamente um bispo, titular da prelazia de São Félix do Araguaia. A julgar pelos extratos que pudemos ler trata-se daquele comunitarismo eclesial de tipo medievalista que Tauney já dissecou no seu clássico ensaio sobre as origens do capitalismo moderno, coisa que devidamente traduzida à luz da dinâmica social contemporânea, quer dizer

que se trata do produto de uma inteligência servida de acuidade como de escrúpulos de quem tem por objetivo **desmoralizar a nossa Pátria** (*O Estado de São Paulo* – 13-11-71).

6. O Conselho Administrativo da Associação de Empresários Agropecuários da Amazônia vêm agradecer a esse órgão a publicação do editorial, de 13-11-71, sob o titulo; "*A má fé e a demagogia desse bispo*" (...) sabemos que uma das funções da imprensa é bem informar. Entretanto, **sabemos também que a imprensa honesta tem a obrigação e a responsabilidade de comentar os fatos e orientar os seus leitores**. O seu editorial estabelece a verdadeira dimensão do bispo de S.F.A., **cujo único fim** é a **agitação social** e a **desmoralização de nossa Pátria** (*O Estado de São Paulo*, Carta de leitores, 15-11-71).

7. A defesa obtida de um dos nossos associados se estende por comunhão de idéias e propósitos a todos os demais e também àqueles empresários animados pelos mesmos propósitos de **progresso com justiça social e integração pacífica de nossos vazios geográficos.** (*O Estado de São Paulo* – Carta de leitores, 15-11-71).

Aprofundando um pouco mais na nossa interpretação, percebemos que marcas do discurso da CP são utilizadas para enunciar em seu desfavor. Vejamos por exemplo em **7** acima, no desejo dos empresários... **Progresso com justiça social e integração pacífica dos nossos vazios geográficos** que é paráfrase do recorte a seguir extraído da CP:

(...) a igreja se propõe participar efetivamente do processo de

desenvolvimento da Amazônia, procurando ser fermento de paz e justiça social... (O São Paulo, 20-11-71).

Assim *os sentidos são relação a* (Canguilhen: 1994) eles não brotam da língua. Não estão nas palavras. Não são uma questão lexical, são, sim, uma questão semântica. No movimento do processo semântico desencadeado pela reformulação do discurso do *outro* é possível detectar que há confrontos entre empresários, latifundiários e Igreja embora o texto pareça o mesmo.

O que podemos também perceber nas seqüências **6** e **7** é a composição morfológica do verbo **desmoralizar**, que por efeito de pré-construído[14] possibilita a interpretação de que **Pátria** é o lugar da moral.

Analisamos que **desmoralizar a Pátria 5**, **desmoralização de nossa Pátria** em **6**, fazem parte de um discurso sobre a moral nacional e assim sendo podem ser compreendidos no processo de significação que produz efeito generalizador: todos querem uma Pátria moralizada.

Essa moral, pelo nosso entendimento, está atada à questão da ordem e do progresso, considerando o deslocamento dos sentidos de ordem para **pacífico** do discurso dos empresários (**progresso com justiça social e integração pacífica de nossos vazios geográficos** em **7)**, e para os sentidos de **paz**, do discurso religioso (**desenvolvimento da Amazônia procurando ser fermento de paz com justiça social**, do recorte paráfrase).

Nos valores morais sociais, nacionais plantados no positivismo, está imbricada a imagem de que a paz pressupõe a ordem, e que se há ordem há progresso.

Na perspectiva empresarial, **progresso** compreende produtividade, ou seja, **progresso com integração pacífica**... Nas condições de produção daquela época implica em camuflar o confronto com os migrantes que deslocavam para os **nossos vazios geográficos**. É desse modo *que*, segundo Orlandi (1997):

---

[14] Pêcheux (1975:164) define efeito de pré-construído como o sempre já lá da interpelação ideológica que fornece-impõe a "realidade" e seu "sentido" sob a forma da universalidade ("O mundo das coisas"). São as evidências que sustentam o dizer do sujeito e que lhe fornece um espaço de identificação a partir do qual se produz a significação, "sua" significação.

o positivismo pode pensar o progresso, excluindo o que ele quer evitar a qualquer preço: os movimentos de multidão, a anarquia, o socialismo (à esquerda); ao mesmo tempo que supondo que a ordem emana do social e que só um chefe pode fazer valer essa ordem - se desfaz (à direita) das teorias liberais do progresso que se opuham à idéia de ditadura.

Na perspectiva da Igreja, **progresso** desliza para **desenvolvimento,** que compreendemos como prosperidade. A palavra **fermento** contempla os sentidos de desenvolvimento e prosperidade no discurso religioso, nesse caso filiado à Teologia da Libertação, que se opõe às formas de progresso impostas pelo governo militar, embora o discurso religioso possua também raízes no positivismo.

Pensando dessa forma interpretamos que a discursivização em favor da moral patriota se estabelece como um jeito de interpelar o leitor, chamando-o para essa discursividade desfavorável à denúncia contra o latifúndio e a marginalização social. O discurso positivista, conforme Orlandi (*idem*) *passa para o senso comum, se des-historiciza e se incorpora na prática cotidiana.*

Refletimos essa questão ligada aos interesses dos empresários, latifundiários que agiam com a assistência da SUDAM e anunciavam o progresso dos **nossos vazios geográficos**.

Aproveitamos para salientar que há efeitos de determinação no jornal, que jogam com a unicidade e concretude (saturação) que é próprio da determinação: ***cujo único fim*** *é a agitação social e a desmoralização da nossa Pátria, em* **6**. A interpretação que "retoma", fecha os sentidos, circunscreve a polissemia que nesse mesmo gesto se estabelece para a CP.

Assim como a moral, o progresso é uma exigência do povo brasileiro, constituída historicamente, e fundada no discurso positivista. Compreendemos esse *progresso* atravessado pela *máxima "Ordem e Progresso"* do modo como já apontamos.

Então dizer que **Progresso com justiça social e integração pacífica de nossos vazios geográficos,** em **7,** mobiliza sentidos que edificados na base do positivismo tocam o desejo do povo brasileiro e apagam outros sentidos que têm a ver com o direito, o político, a história.

Sustentamos nas análises realizadas que os empresários e latifundiários retomam do discurso da CP e produzem efeitos de sentido contrários a ela.

V.2. TERRA/Pátria/território

A partir deste item entendemos que o *Jornal O São Paulo,* ao dar destaque ao amor que devemos à Pátria, produz um efeito resposta ao *Jornal O Estado de São Paulo,* de onde foram recortadas as seqüências do item anterior, como forma de demonstrar que a denúncia possui fundamentos e que não é intuito do Bispo desmoralizar a Pátria.

É importante observarmos, conforme Mendes (*apud*, Orlandi, 1997), que o amor é que faz a harmonia entre ordem e progresso complementando assim as necessidades do brasileiro. Fazemos essa colocação para lembrar a relação costumeira que se faz sobre os sentidos de TERRA/Pátria/mãe, que significam pelo amor e fidelidade prestados à Pátria, os quais retomamos no/pelo hino nacional, mais adiante.

Vamos percebendo por esse caminho que a materialidade do símbolo possui uma força emergente de sentidos e que nela/por ela produz-se sujeitos marcados pela necessidade social de "ter uma Pátria", "pertencer a um país", interpretado em PÁTRIA/mãe ou pela paráfrase FILHOS DA PÁTRIA, os quais querem **o seu engrandecimento,** em **4**.

Nas seqüências abaixo, TERRA se apresenta também com os sentidos

de Pátria-território, remetendo ao *campo discursivo* (Maingueneau, 1990) geográfico/geopolítico. Esses sentidos convergem para o sentido de natureza, através da metáfora da TERRA/mãe e dessa forma para o caráter afetivo, emotivo dado a esta.

Passemos à observação das seqüências:

> **1.** (...) Tanto a sinceridade com que foram tratados os vários problemas, quanto à gravidade dos fatos que denuncia e documenta, somados ao **amor do país** e ao **homem brasileiro** mereceram para CP, a repercussão que vem tendo (*Jornal O São Paulo*, 20-11-71)
>
> **2.** A leitura do documento em questão, escrito por quem viveu anos no **centro-oeste brasileiro** e acabou amando sincera e profundamente, o **nosso povo e a nossa terra**, nos deixou a clara impressão de que os fatos denunciados, infelizmente correspondem à realidade (*Jornal O São Paulo*, 20-11-71)
>
> **3.** É lastimável que certas áreas oficiais e alguns órgãos da imprensa, interessados na defesa, a qualquer custo, do capital, continuem desconhecendo que a denúncia de injustiças contra **pessoas ou grupos** constitui, de fato e inegavelmente, um verdadeiro serviço prestado **à Pátria.** (*Jornal O São Paulo*, 20-11-71)
>
> **4.** Que é que serve mais ao **Brasil**: tomar consciência de seus problemas, tentar resolvê-los ou continuar se falando "**Brasil Grande**" quando o próprio presidente da república declarou com ênfase que "a economia do **país** vai bem, mas o **povo** vai mal?" "A euforia da alienação é sempre ilusória e bem mais perigosa que a tomada de consciência dos problemas. Esta sim é realmente estimulante do progresso. Este é o melhor

> caminho para o engrandecimento do **Brasil**, que **todos** amamos e desejamos sempre mais fiel à histórica vocação de democracia cristã." disse D. Pedro. (*Jornal O São Paulo*, 20-11-71)

Superficialmente podemos notar que as seqüências discursivas elencadas acima fazem referência ao Brasil, ao homem brasileiro, ao amor que devemos à **Pátria** a qual **todos** desejamos progresso, engrandecimento... Esse modo de observar os enunciados, aparentemente não coloca nenhuma questão. Uma vez que, em se tratando da **nossa terra**, os nascidos dela/nela são os brasileiros que têm como dever amá-la e defendê-la coletivamente. Conhecemos comumente a velha metáfora "a Pátria é mãe, nós somos filhos", É o funcionamento dessa metáfora que possibilita significar a relação dos brasileiros com sua Pátria como um serviço (**um verdadeiro serviço prestado à Pátria,** em **3**), como uma relação de amor (**o engrandecimento do Brasil, que todos amamos**, em **4**).

Nesse caso, o que é possível entender é que os sentidos colocados para TERRA convergem para um determinado lugar constituído historicamente, que mobiliza a evidência do "senso comum" do que seja **Pátria** e que sendo Pátria, é **nossa**. É aqui que buscamos no Hino Nacional a inauguração desse lugar de significação, onde a relação brasileiro-Pátria é metaforizada como uma filiação mãe-filhos:

> *Terra adorada, entre outras mil, és tu, Brasil,*
> *Oh! Pátria amada, dos filhos deste solo, és mãe gentil.*
> *Pátria amada, Brasil.*

Esse efeito de sentido produz a evidência de que, de fato, o Brasil é **nosso**/de **todos** nós, o que permite produzir a evidência de igualdade, ou seja, enquanto filhos da Pátria-mãe, **todos** a amamos e servimos por igual.

Por outro lado, se entendermos, como nos levam os recortes a pensar, os sentidos de TERRA como mãe/pátria, a interpretação de que a terra é **nossa** "cai por terra" e o que fica posto é o contrário – nós, os filhos, somos dela, dessa maneira, perdemos o comando e o que nos resta é amá-la e servi-la. O que se apresenta é uma inversão das relações, sendo assim, também dos papéis e das obrigações perante a Pátria. Como fica posto no Hino Nacional: *Verás que um filho teu não foge à luta.*

São **todos**, que querem o progresso e o engrandecimento da **Pátria**. Esse modo de dizer apaga a diferença existente entre os brasileiros a partir de sua identificação com o sujeito de direito definido pelo discurso jurídico a partir do funcionamento discursivo das noções de **Pátria, país, Brasil**.

Essa igualdade consiste na condição comum de habitantes de um espaço geográfico limitado, de um mesmo território constituído em estado nacional.

As designações que trabalham os sentidos de TERRA como: **país, Brasil, "Brasil Grande"**, nomeiam esse território comum. No mesmo sentido, mas referindo a um território já recortado, funciona a designação **centro-oeste brasileiro.**

Antes de passarmos para outra análise chamamos a atenção para a designação **"Brasil Grande"**. Se *as aspas indicam o encontro entre discursos e estabelecem fronteiras entre suas FDs*, então é necessário compreender por que dentre as designações selecionadas das seqüências apenas esta vem entre aspas. Authier (1981: 127) afirma:

> *As aspas constituem um uso autonímico que apresenta um duplo movimento: ao mesmo tempo em que mostram um corpo estranho, indicam que o sujeito do discurso não está em concordância com ele, e por isso deve mantê-lo à distância, mesmo que sintaticamente tenha sido integrada ao próprio discurso, as aspas funcionam para assinalar a recusa do que está sendo incorporado.*

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Primeiramente é importante acentuar que a seqüência foi recortada do *Jornal O São Paulo*, que por sua vez recorta a CP, até aqui nenhuma perturbação, porém como já apresentamos, no *corpus*, este jornal pertence à arquidiocese do Estado de São Paulo, a qual se filiava à linha progressista da Igreja Católica, ou seja, à Teologia da Libertação, por outro viés a designação **"Brasil Grande"** marca historicamente, o discurso do governo militar em relação ao *Plano de Integração da Amazônia*. É possível entender porque enunciam de posições antagônicas, ou seja, as aspas são vestígios de heterogeneidade marcada no jornal, i.e., uma manifestação de recusa do discurso de Integração da Amazônia/ **"Brasil Grande"**, mais especificamente, uma relação antagônica da ala progressista da Igreja Católica -Teologia da Libertação - e do governo militar.

Essas colocações servem também para justificar a causa por que entendemos os sentidos de amor à Pátria, enfatizados no *Jornal O São Paulo,* como uma réplica aos colocados pelo *Jornal O Estado de São Paulo*, mostrando assim inscrições em FDs antagônicas.

A seguir, analisamos outros sentidos para TERRA, nos jornais que publicaram a CP.

V.3. TERRA/Amazônia/vazio geográfico

Interessante observar o modo, como na seqüência **7**, TERRA é reescriturada[15] **como nossos vazios geográficos.** A designação **vazios** remete a um espaço sem limites juridicamente demarcados, sem população estável, sem dono. Como vemos o nome **vazios** já define uma maneira de interpretação. **Vazios**

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

aparece como um nome determinado pelo pronome possessivo **nosso** e pelo adjetivo **geográfico**, ou seja, por uma dupla determinação: por um lado o pronome possessivo remete a um *nós* geral=*nós* brasileiros, onde se apagam as diferenças de direito a terra, além de apagar a presença dos índios. Por outro lado, tem o adjetivo que identifica território, a extensão de terra do ponto de vista geográfico, e assim outros sentidos são apagados.

Devemos ainda levar em consideração que o pronome possessivo **nossos** pode também indicar que há alguém específico que possui os **vazios,** i.e., se observarmos a seqüência apenas como recorte de uma carta de leitores, subentendemos que um sujeito que enuncia desse lugar se coloca como dono(s), pois ao enunciar **nossos** configuram-se outros sujeitos que não estão na formulação lingüística, mas aparecem em função da "des-construção" analítica.

Ao observarmos a carta do leitor verificamos que ela é assinada por José Aparecido Ribeiro, vice-presidente e diretor geral do Conselho de Administração da Associação de Empresários Agropecuários da Amazônia, pelo qual escreve. Então **nossos** pode ser o **José Aparecido,** pode ser **os membros do Conselho** e pode produzir o efeito de universalização: ser os **brasileiros.**

Em síntese, **vazios,** que sobre um primeiro olhar se nos mostraram como espaço sem limites juridicamente demarcados, sem população, sem dono, pelas marcas determinativas tomam discursivamente um novo sentido, o daquele que delimita.

> **8.** Que diz efetivamente o prelado? Que injustiça **só** tem um nome na **Amazônia** e que esse nome é **latifúndio**. Convém saber que o microcosmos da sua experiência sociológica é a prelazia de São Félix do Araguaia, a qual se estende por 150 mil km2 (...) quem lá fora lesse o panfleto do bispo, poderia

[15] Reescriturar é efeito da exposição do dizer à materialidade do real. Exposição própria ao acontecimento, efeito do presente sobre a memória. (Guimarães, *Escritos* Nº 2, Nudecri, 1999)

> imaginar que nessa **vasta superfície** se amontoasse uma **multidão densa e laboriosa** mas impedida de lograr condigna existência pela insensibilidade de meia dúzia dessas figuras demonológicas da era teológica da morte de Deus que se chamam latifundiários. (*Jornal O Estado de São Paulo-13-11-71*).

É possível observar a partir da seqüência **8** que a designação **nossos vazios geográficos**, parafraseada pela designação **vasta superfície,** produz como efeito de sentido, primeiro, a evidência de que a região é deserta, vazia, desocupada, pronta para exploração, para ser desbravada.

A designação **vasta** indica ampla, o tamanho da Amazônia, que se sabe, é mesmo imenso, tanto que no modo como é enunciado na seqüência sugere que por ser, a Amazônia, uma **vasta superfície** poderia causar a idéia, para quem não a conhecesse, de que **ali se amontoasse uma multidão laboriosa**. É raro não saber que na Amazônia concentra-se o maior número de nações indígenas do país e que não é uma multidão; e que possuem uma outra concepção de trabalho. Além deles foram muitos os migrantes que deslocaram, principalmente naquela época, buscando a terra para trabalhar. Isso faz com que entendamos que a expressão **multidão laboriosa**, tenha aí uma conotação irônica, que parte de quem conhece o real, mas pretende encobertá-lo.

Chamamos a atenção para a determinação produzida pelo adjetivo **laboriosa**, que aponta para um sentido de produtividade, pois como estamos analisando, para os latifundiários, **os empreendimentos humanos têm que ser muitos para render**. E, nesse ponto, trazemos a seqüência **9** (V.4.) como contra-argumento: **encontra-se apenas um escasso contingente humano de 50 pessoas quase todas migrantes nordestinos, recentemente lá chegados em busca de trabalho.** Desse modo, a seqüência justifica a ironia interpretada na determinação, além de ressaltar o apagamento dos ocupantes legítimos da terra, ou seja, dos índios e também dos posseiros, que são silenciados sobre o poder das designações: **vasta superfície e nossos vazios geográficos**.

V.4. TERRA/área/mercadoria

Passemos à análise de mais um item a partir das seqüências que se seguem:

> **9.** (...) em **toda aquela área, maior que muitos países europeus e vários estados brasileiros**, encontra-se **apenas** um escasso contingente humano de 50 pessoas quase todas migrantes nordestinos, recentemente lá chegados em busca de trabalho. (O Estado de São Paulo, 13/11/71)

TERRA continua significando Amazônia que por sua vez é designada/ reescriturada por: **toda aquela área maior que muitos países europeus e vários estados brasileiros.**

Dando continuidade às nossas observações, notamos uma nova designação que desloca TERRA para **área.** As análises até agora realizadas mostram uma tendência em afunilar o espaço territorial: o que inicialmente se apresentou como **porção de território nacional,** passou a ser **região** e agora se nos apresenta como **área.** Esta trajetória em torno da TERRA deixa-a ainda no lugar da geografia permeado pelo político, no entanto é necessário que estejamos atentos sobre ao que nos remetem os itens lexicais: **superfície, área, área maior que...** Há um deslocamento para o campo discursivo da geometria, especificamente da agrimensura.

Por esta via, TERRA é enunciada como espaço mensurável. Uma **superfície**, uma **área,** pode ser medida, pode ter uma forma delimitada, sendo o campo dos conhecimentos da agrimensura que permite o cálculo. Enquanto

espaço mensurável, TERRA toma forma de mercadoria, sendo possível lhe atribuir um valor. É possível pensar esse funcionamento pela lógica do capital: o tamanho (incomensurável) da Amazônia faz sentido para os latifundiários e empresários, pois sua dimensão territorial passa a ser objeto de compra e venda, de exploração.

Ainda em relação à seqüência **9**, examinamos que a designação **área** vem antecedida pela determinação **toda aquela**. Esse tipo de determinação, segundo Indursky (1997), se dá pela saturação de um nome na instância do intradiscurso que visa delimitar uma posição antagônica a um processo discursivo pré-construído. Temos conhecimento de que a Amazônia é o maior estado do Brasil, nesse caso, saturado por **toda aquela área,** contemplada por **maior que,** determinação que, posposta à **área,** provoca uma contradição: numa **vasta superfície, em 8, em toda aquela área maior que, em 9,** poderia se amontoar uma multidão de trabalhadores, no entanto encontra-se **apenas** um escasso contingente humano de 50 pessoas.

A expressão **maior que**, na comparação, é que provoca a contradição; é a oposição na seqüência, do adjetivo superlativo **maior** (usado na comparação) e o advérbio **apenas**, que funciona como operador argumentativo, orientando a argumentação para uma conclusão contrária.

V.5. TERRA/policiamento do território

Observemos agora as seguintes seqüências do recorte abaixo:

> **10.** A **delegacia regional** é o órgão administrativo da FUNAI que coordena e executa as tarefas de assistência e proteção ao índio em **determinadas áreas** *(Estado de São*

Paulo, 12-11-71)

> **11.** (...) **posto indígena** é a unidade básica da FUNAI e o verdadeiro executor da política indigenista brasileira. São 123 postos, 8 reservas (...) para cuidar das **delegacias, postos, reservas e parques** a FUNAI preparou 70 técnicos de indigenismo, que fizeram curso específico na Universidade de Brasília. *(Estado de São Paulo,* 12-11-71)

> **12.** As **reservas indígenas** se destinam a abrigar os grupos das compulsões inevitáveis resultantes do contato com as frentes regionais de penetração, garimpeiros, madeireiros, seringueiros e castanheiros, segundo o General Bandeira. *(Estado de São Paulo,* 12-11-71)

Nas seqüências (10), (11), (12) acima, é pertinente observar o efeito controlador das designações, através do léxico tomado do discurso policial: **delegacias/postos** acompanhadas do verbo de comando **executar**. No mesmo campo de significação está a determinação das **áreas** como espaços fechados, circunscritos. Fecha-se e limita-se um povo dentro de um território e "toma-se conta dele" naquele lugar, definido e nomeado pela FUNAI como **delegacias/postos,** isto sob uma vertente, essa que indica um território fechado e controlado.

Se pensarmos de um outro lugar, ou seja, do discurso ecológico, as designações **reservas** e **parques** tomam um novo sentido, a outra vertente, o de lugar de preservação, de exposição de gêneros, espécies raras, etc, portanto, território preservado, aberto para apreciação.

E os sentidos não cessam por aí, eles se movimentam e deslizam-se em outros. Na perspectiva do discurso ecológico, vamos interpretar **reservas, parques** como o espaço em que o índio é preservado como peça rara, em extinção, serve de amostra, como diz um ditado popular: "*enfeite pra gringo ver*", nesse caso, o índio e o artesanato feito por ele ficam no mesmo plano, ou seja, dá-se nesse lugar um processo de coisificação, o índio é tratado como objeto .

Os sentidos não se fecham, não são evidentes e podem ser outros. Segundo Orlandi (1996) *o gesto de interpretação se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A interpretação, segue* a autora, *é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é' materializada' pela história.*

Esse gesto de interpretação não é aleatório. Orlandi (*idem*) diz que o espaço de interpretação é o espaço possível, da falha, do efeito metafórico, do equívoco, em suma do trabalho da história e do significante, em outras palavras, do trabalho do sujeito, pois ao significar ele (o sujeito) se significa. A história aí tem um papel fundamental.

Outro fator a ser observado é a presença de marcas que demonstram que o índio tem necessidade de ser assistido, protegido. Isso vai nos confirmando que os discursos funcionam, de fato, heterogeneamente, ou seja, um discurso traz em si sua relação com vários outros, que fazem parte do seu modo de significar. A generosidade aparente colocada nas seqüências **10 assistência e proteção ao índio**, **11 cuidar das delegacias**, **12 abrigar os grupos** é estruturante, constitutiva do lugar subalterno destinado ao índio. Essa discursividade (e os sentidos produzidos nela) permite desviar a argumentação do confronto principal. Isso possibilita que o conflito pela posse da terra não fique no primeiro plano, fique no recuo, num argumento de defesa e não na agressividade do ataque.

O assistencialismo constrói um lugar enunciativo a partir do qual se pode falar pelos índios, fazer por eles, resolver por eles, sucumbindo-lhes a enunciação e qualquer manifestação de resistência. Deduzimos que este acontecimento se dá pelo fato de que em nossa sociedade o índio é tutorado pelo Estado, por ser considerado menor, ou seja, não pode se responsabilizar pelos próprios atos. Sendo assim, ao índio, é reservado um espaço de terra monitorada, controlada: **reserva, parque**. Designações estas produzidas de um lugar de enunciação assistencialista que mobiliza os efeitos de naturalização de um discurso ecológico

protecionista atravessado pelos sentidos de controle produzidos pelo discurso de organização administrativa da FUNAI.

Puxando mais o fio da meada linguageira, observemos o seguinte recorte, com o propósito de desatar mais um nó dessa "história":

> **13.** Com certeza que **nem tudo** são rosas quando se trata de empreendimentos humanos levados a efeito **numa região quase ignota.** (*O Estado de São Paulo*-12-11-71)

Na seqüência **13**, somos nós quem não podemos ignorar o **nem tudo e quase ignota;** primeiro, porque tanto o **nem** quanto o **quase** funcionam restritivamente para selecionar uma parte do todo, ou seja, **tudo** não é tudo e **ignota** não é totalmente ignota. Portanto, há obstáculos para os empreendedores e há alguém que já conhece essa região. Vemos que na indeterminação da designação **ignota** se produz uma tentativa de escamoteamento dos que **estão** na região, e que na seqüência aparecem como **empreendimentos**.

Se **nem tudo** são rosas é porque o **empreendimento** humano não vai bem, entendemos aqui empreendimento enquanto força de trabalho. Algumas coisas são espinhos na invernada pela terra. Tendo em vista que a região Amazônica é habitada por **povos indígenas** e que tanto **terra** quanto **trabalho,** para eles, significa diferente, ainda que, para os que ocupam a terra (**escasso contingente humano**), esta tem também outra significação, compreendemos que a relação empreendedor **X** empreendimento é outra geradora de conflito no que tange a propriedade da terra.

Observemos a seqüência abaixo:

> **14.** O presidente da FUNAI, Gal. Bandeira de Melo, afirmou que não pretende abrir debates com missões religiosas e negou-se a prestar

declarações a respeito do documento (...) no qual "aquele eclesiástico" critica **o abandono** em que se encontram as **aldeias Karajá.** (*Jornal O Globo, 16/11/71*)

Aldeias Karajá, na seqüência anterior, desloca os sentidos de policiamento e do discurso ecológico, trabalhados no discurso da FUNAI, **reserva, delegacia, posto, parque,** para um outro espaço discursivo, onde o lugar dos índios não aparece apagado. Esse deslocamento é produzido através da designação **aldeia**, determinada pelo nome próprio **Karajá**. E mais, na última parte da seqüência, pelo funcionamento do efeito de pré-construído - **critica o abandono** - é trazido para o dito a afirmação presente no interdiscurso de que os índios estão abandonados. É importante notar que o deslocamento das designações só é possível porque há na seqüência um deslocamento da posição de sujeito: é do lugar do bispo, de letra de CP, que as designações **abandono** e **aldeias Karajá** provêm.

V.6. TERRA/latifúndio improdutivo

Continuando a análise observemos a seqüência:

15. O Bispo D. Pedro Casaldáliga denuncia injustiças e irregularidades dos **latifúndios improdutivos**. **Explica que** a prelazia de SFA está situada em **terras que constituem a esfera de influência da SUDAM** – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. "As **terras foram compradas** ou requeridas ao governo de MT por **gente importante** e a preços irrisórios. Depois **foram vendidas a grandes comerciantes de terras** que posteriormente **as vendem** a

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

> terceiros. (...) Muitas vezes os compradores exigem **a terra "limpa" de posseiros**, originando-se os "despejos" à força de armas." "Prospera-se o coronelismo que exerce seu poder hereditário, formando oligarquias, domínio absoluto. O voto é comprado e os votantes são transportados em massa. **Nas fazendas** o clima é de feudalismo e de escravidão, sendo comum ouvir-se o dizer de um peão: "*a gente pode entrar nas fazendas como gente. Saí só fugido, como se fosse um assassino*". **O livro descreve** ainda a situação dos remanescentes das tribos indígenas e faz uma série de críticas à atuação dos órgãos federais. (*Jornal O Estado do Paraná, 12-11-71*)

Essa matéria apresenta marcas de heterogeneidade mostrada (Authier-Revuz, 1998), através do funcionamento do discurso relatado, especificamente do discurso direto e indireto, pelos quais se traz a voz e a letra da C.P: **o bispo denuncia...Explica que a prelazia...O livro descreve...**

O resto da seqüência é apresentado entre aspas e traz ainda a voz de outro enunciador, no caso a voz do peão, também marcada no fio do discurso pelo uso das aspas. Como já dissemos, o uso de aspas corresponde *a uma marca de alteridade no interior da enunciação e pode indicar a fronteira entre uma FD e outra(s)*. (Authier-Révuz, 1998)

No pequeno recorte citado da CP de 123 páginas, esta matéria dá uma amostra completa, em síntese, daquilo que é o ponto central da Carta de D.Pedro. A questão do conflito de terra e como este é constituído.

Os sentidos atribuídos à TERRA vão se dispersando e construindo um outro lugar que dessa vez não é PÁTRIA, não é MORAL, não são os atribuídos pela FUNAI: **reserva, parque...** também não se referem especificamente à AMAZÔNIA. Esses sentidos outros são produzidos a partir da constituição da

denúncia sobre o **latifúndio improdutivo** numa **área** de influência do governo, através da SUDAM, no jogo implicado na compra e venda de terras que são valorizadas pela "descoberta da Amazônia", principalmente pela abertura da Rodovia Transamazônica. Assim, encontramos representada no jornal uma outra posição de sujeito: aquela que se identificando com o lugar da CP nomeia a TERRA como **latifúndio improdutivo**, o **parque ou reserva**, como **aldeias Karajás,** as tarefas de assistência e proteção ao índio como **abandono**.

É interessante observar todo o processo pelo qual a terra se converte em capital, que é realizado pelo movimento das determinações: **terra "limpa" de posseiros**, **terras que constituem a esfera de influência da SUDAM**, e pelas predicações: **terras foram compradas**, **terras foram vendidas** e ainda a reescritura de terras por fazendas.

V.7. TERRA/propriedade

Passemos ao exame das seguintes seqüências:

> **16.** O Governador concorda com a existência de algumas injustiças "não generalizadas" e acha que a solução pode estar no **Ministério do Trabalho**, que deveria manter uma rigorosa fiscalização, e dar assistência também aos trabalhadores que estão em **pequenas áreas**. (*Jornal O Globo, 16/11/71*)

> **17.** O governador de MT, José Fragelli, considera que "existe exagero" nas denúncias formuladas pelo bispo de São Felix do Araguaia quanto ao tratamento injusto a que estariam

submetidos os **trabalhadores nas grandes propriedades** rurais do estado. (*Jornal O Globo, 16/11/71*)

18. Não se deve considerar casos isolados como posição assumida pelas companhias agropecuárias. Elas não têm nada a ver com possíveis injustiças, pois quem investe bilhões **num negócio** não vai se preocupar em roubar alguns cruzeiros de **empregados**. (*Jornal O Globo, 16/11/71)*

19. O governador afirma que _a região é **realmente selvagem**, não tem nenhuma infra-estrutura, é um **far-west**. Mas **os homens são duros como é dura a terra**, por isso **sobrevivem** ali". (*Jornal O Globo, 16/11/71*)

20. Os empreendimentos na região têm que ser muito grandes para render. "Nunca houve condições de **sobrevivência** para o pequeno proprietário que produzia, mas não podia vender porque não tinha nem por onde. Não se pode falar em esmagamento, porque eles sempre foram esmagados pelas **condições da própria região"**. (*O Estado de São Paulo da Sucursal do Rio de Janeiro, 12-11-71*))

A partir das seqüências elencadas acima, analisemos outras designações para TERRA: **pequenas áreas, grandes propriedades, negócio e região realmente selvagem/sem infra-estrutura/um far-west.**

Em **16**, o governador, ao se referir à terra diz que pode estar no Ministério do **Trabalho** a solução para o problema, isto é, deveria ser dada **assistência também aos que estão em pequenas áreas.**

São várias as marcas lingüísticas que dão pistas para observarmos os efeitos de sentido aqui produzidos. Inicialmente prestemos atenção as formas verbais usadas: **pode estar**, **deveria dar**, que deixam em dúvida a realização

das ações pretendidas. Esse modo de dizer faz parte de um discurso pouco categórico que dificulta a possibilidade de a solução acontecer. Além do mais o verbo **achar**, cujo sujeito sintático é **o Governador**, deixa transparecer incertezas.

Outra marca possível de ser analisada diz respeito ao verbo **estar**, em **16, aos que estão em pequenas áreas**. Ora, **estar** nos leva no imediato a imaginar algo passageiro, os que estão não possuem as pequenas áreas, estão sujeitos a sair, desocupar, então indica permanência curta ou transitória.

Outras pistas importantes para a análise são oferecidas pelo funcionamento da argumentação nos enunciados através dos conectores e operadores argumentativos[16] neles presentes.

Na seqüência **16,** o operador argumentativo **também**, em **dar a assistência também aos que estão em pequenas áreas,** subentende, que já se presta assistência a outros e que não são os que "estão". Estes, os outros que já recebem assistência, são excluídos no dizer, mas ainda significados pelo efeito de pré-construído.

As seqüências seguintes vão explicitando a nossa análise. Os que sofreriam as injustiças **nas grandes propriedades rurais do Estado** são os que **estão,** os **trabalhadores,** em **17**, e os **empregados**, em **18**.

Então, a seqüência **18**, estabelece a partir do que ocorre nas seqüências **16** e **17** uma relação de **negócio**, que é entendida na/pela interpretação de que existe um jogo entre **o ser** e **o estar**, isto é, os trabalhadores que estão na terra, **estão em pequenas áreas** e não valem **alguns cruzeiros para quem investe em bilhões**. Nesta colocação, o negócio está intimamente ligado à terra e o investidor conta com a assistência do Estado que aparece como dono – dono dos projetos e **empreendimentos** nas **grandes propriedades**.

[16] Cf. Guimarães (1987); Ducrot (1984).

Nesse confronto posto entre **pequenas áreas** e **grandes propriedades** implanta-se a questão da diferença no tipo de interesse sobre a terra, mesmo que essa faça parte de uma **região realmente selvagem**, **sem infra-estrutura**, metaforizada como **far-west**, é **terra dura,** em **19**.

O restante da seqüência nos encaminha para um outro lugar, quando através da citação em discurso indireto da voz do governador se coloca a dureza do homem que sobrevive ali, na metáfora **Os homens são duros como é dura a terra**, motivo pelo qual conseguem **sobreviver** nela. O conector discursivo **por isso** é que norteia para essa análise, já que implica na explicitação de uma causa: são duros, por causa disso sobrevivem na terra dura. Sendo assim não se pode falar em injustiças ou esmagamento, pois as companhias agropecuárias, os grandes empreendedores não têm nada a ver com **possíveis injustiças**: a culpa é da dureza da terra ou, como é dito na seqüência **20**, das **condições da própria região**, condições essas mostradas na seqüência anterior **19**: **região realmente selvagem, far-west**, **dura**, onde os empreendimentos têm que ser grandes para render, onde o pequeno proprietário produzia, mas não podia vender, porque **não tinha como nem por onde**. A força do conector **mas** que coordena as duas afirmações: produzir, **mas** não poder vender, funciona no sentido de abafar a primeira afirmação, contrariar a produção dos que estão nas pequenas áreas.

Aí se impõe o olhar do capital (produtividade) que implica na relação de produção, compra e venda, inclusive da força de trabalho.

Isto para lembrar que ainda que tenhamos, no *corpus* selecionado para as análises, encontrado múltiplos sentidos para TERRA, dispersos nas paráfrases produzidas nos jornais, eles nos conduzem a estabelecer algumas evidências, principalmente no que se refere à questão da propriedade na nossa sociedade; ou seja, numa sociedade de Estado.

Nos enunciados analisados, vemos como o Estado está diretamente vinculado ao poder jurídico, que por sua vez se funda na divergência de interesses

entre os que **são da terra** e os que **estão na terra,** que resulta num conflito permanente compreendido no deslize dos sentidos de TERRA, ou seja, entre os que querem a terra para trabalhar e os que querem ser os donos, proprietários da terra e a querem enquanto capital = negócio, o que vem contemplar a análise que realizamos da TERRA enquanto latifúndio improdutivo.

É interessante trazer o que Orlandi analisou sobre os textos de lei sobre a Reforma Agrária. Ela analisa que embora a Reforma Agrária seja proposta em nome dos que não têm a terra, é dirigida para os que a têm: *ela é, na realidade uma forma de administrar os conflitos,* e nós acrescentamos, uma forma de controlar a mobilização, a organização, que são características fortes da resistência à política dirigida para as questões da terra.

V.8. TERRA /estado de direito/democracia

Ampliando as nossas reflexões, tomaremos mais uma seqüência discursiva, integrante do *corpus*, considerando as designações que nela aparecem: **latifúndios, minifúndios.**

> **21.** O nosso país é **democrático** e por isso assegura a qualquer um ter suas terras, **latifúndios ou minifúndios** (*Folha do Norte Pará*, 11/11/71)

Os sentidos que brotam, a partir da seqüência **21,** propõem a democratização do espaço territorial e isso se legitima pelo jurídico. É a própria definição de democracia que está em jogo. A referência a ela não esclarece o que

é "justa distribuição" e "igual oportunidade para todos" do modo como consta no Estatuto da Terra.

Os processos que na mídia parafraseiam TERRA vão deslocando seus sentidos. Ao definir TERRA como direito - **democrático** - garantido pelo Estado brasileiro por igual e para todos - e **qualquer um** - dos cidadãos, esta seqüência permite interpretar TERRA, como se fosse para todos os brasileiros - **suas terras**. As designações **latifúndios** e **minifúndios** apagam as relações de desigualdade e exploração, de proprietário/não proprietário, de patrão/empregado, isto é, todas as relações de contradição de classe que bem conhecemos.

O Estado, "enquanto a mais poderosa organização das estruturas sociais contemporâneas regula, através de seu aparato legal, o poder que possa vir a ser exercido por e em outras instituições" (Gerth e Nills, 1964, apud Lagazzi, 1988).

O jurídico em seu discurso liberal: "*Todos os homens são iguais perante a lei*" produz, segundo Orlandi (1995), o apagamento das diferenças constitutivas dos lugares distintos, reduz o interlocutor ao silêncio, confirmando o que registramos, na apresentação deste trabalho. Nesta máxima se fundamenta o direito e a justiça, levando-nos a acreditar na imparcialidade da lei, no fim dos privilégios dos poucos que possuem a terra *guardada em seus documentos legais.*

O que se apresenta é um deslocamento na nomeação dos atores, que participaram/participam da constituição dessa história de confrontos, colocando como sendo equivalentes (democraticamente iguais) latifundiários e pequenos proprietários.

V.9. TERRA em todos os sentidos

Como é possível perceber, os jornais, quando relatam os acontecimentos já estão lhes determinando sentidos, sendo assim não são imparciais e a neutralidade é aparente. Segundo Mariani (1998), na produção do discurso jornalístico fica apagado para o sujeito-leitor o processo de construção da notícia. A produção de sentidos, que se processa a partir de um trabalho no plano da língua, seja no plano das operações sintáticas, seja pelo conjunto da memória mobilizada lexicalmente, não é perceptível para o sujeito envolvido historicamente. Assim essa prática discursiva impõe a imagem de uma leitura literal realizada com os sentidos transparentes capazes de captar os fatos em sua "essência". Oblitera-se, portanto, que o que está em jogo é uma inevitável leitura interpretativa.

Atentos à questão exposta, vamos analisar a próxima seqüência, que concentra os sentidos de TERRA dispersos nas diversas paráfrases rastreadas nos recortes de jornais, até agora trabalhados.

> **22.** Enquanto nessa **porção de território nacional** têm-se localizado a maior parte dos **empreendimentos agropecuários** (...) **a população primeira desbravadora** da **região** se acha no esquecimento mais completo, ocupando **áreas** das quais freqüentemente é expulsa, pois na hora menos pensada aparece o assim chamado "tubarão" **dono** das **terras** que quer fazer valer o seu **título** de **propriedade**. (*Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, SP, 11/11/71)

Vamos conferir a partir da primeira designação: **porção de território nacional** que é reescriturada como o local onde se realizam **os empreendimentos agropecuários**; nesse lugar são implementados os projetos do Governo através da SUDAM. Um outro fator que nos chama a atenção nessa designação é a adjetivação atribuída ao território/**território nacional**. Como já observamos em outra parte do trabalho, essa característica absorve os sentidos de **País/Pátria/Brasil/"Brasil Grande"**. Por essa via de raciocínio essa **porção de território nacional**, a priori "vazio"/**nossos vazios geográficos**, começa a ser

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

ocupada, **desbravada.** No entanto, não podemos esquecer que grande parte dos povos indígenas habitava **naquela região ignota**, conforme vimos em **13**: **"Com certeza que nem tudo são rosas quando se trata de empreendimentos humanos levados a efeito numa região ignota".** Então podemos deduzir que há uma incoerência ao se dizer que essa é uma **região ignota**, onde estariam o índio e o migrante nesse dizer?

É pertinente recordar que o presidente Médici, nesse ano de 1971, chegou a anunciar uma mudança na direção de que fosse realizada a Reforma Agrária. Nos seus discursos pronunciava a palavra de ordem: **"homens sem terra com a terra sem homens"**, fazendo alusão à Amazônia. Já conferimos em nossa reflexão que a Amazônia não era deserta, que naquela região está a maioria dos povos indígenas, que restaram na história, além do mais a Amazônia configurou-se historicamente como a região que alimentou a esperança de milhares de migrantes que ali **chegaram em busca de terra para trabalhar** afetados pela promessa do Projeto de Integração, proposto pelo Governo Federal.

Podemos perceber que há um apagamento do índio e dos ocupantes temporários da terra, no dizer do presidente: **terra sem homens**; e quando na seqüência aparece a designação **região ignota.**

Desfiando mais um "fio dessa meada" encontramos a designação **região**. TERRA passa a ser denominada "**região**", a da Amazônia compreendida desde o Pará até o Mato Grosso, que sabemos que historicamente foi/é alvo de migrantes vindos de todas as regiões do país, em busca da *bandeira verde*, de terra para trabalhar. **Região** geográfica, portanto, onde as pessoas buscam a vida e o governo as controla.

Na linearidade da seqüência, **porção de território nacional** e reescriturada através de uma nova designação: **área**.

Com o objetivo de entender, no funcionamento da linguagem, esses tantos sentidos, busco no campo lexical um lugar onde se insira a palavra **área**, e é no campo das unidades de medida que ela está inserida (are= unidade de medida agrária equivalente a 100m2, no dicionário Aurélio), implicando, como já vimos, na possibilidade de medição, de fazer de TERRA uma superfície mensurável, o que permite lhe atribuir valor, isto é, que se possa lhe atribuir preço. TERRA, pelo funcionamento dessa designação, é transformada em mercadoria.

Há um movimento crescente de restrição dos sentidos produzidos pelas designações, que vai cada vez delimitando mais a extensão de terreno nomeada. Os limites de **área** se acentuam e diminuem em relação à **região**, e esta -**região**- em relação à **porção de território nacional**. Como já vimos, também, é a designação **área** que permite o jogo semântico entre **ser da terra** (possuir) e **estar na terra** (ocupar). Os que ocupam uma determinada área estão sujeitos a desocupá-la. No discurso sobre a questão de ocupação da terra, os posseiros que a ocupam são freqüentemente expulsos, não têm segurança, são ocupantes temporários[17].

No caso do recorte em pauta, é importante observarmos que o conector argumentativo **enquanto** nos dirige para o entendimento de que ao mesmo tempo em que o governo impõe os projetos para a Amazônia, os primeiros desbravadores que ocupam **áreas** dessa **região** são condicionados a desocupá-las.

O fio desse novelo ainda não está de todo desatado, pois na seqüência deparamos com uma designação que nos surpreende. TERRA é nesse ponto **terra** e vem acompanhada do dono, **o tubarão**, o que nos leva a interpretar que, de fato, houve um processo de transformação da terra em **negócio**, em mercadoria: ela é submetida a compra e venda e adquire dono. Assim, ao adquirir a terra **aparece o tubarão, o dono das terras, que quer fazer valer o seu título de propriedade**.

[17] Zoppi-Fontana (1999) analisa o funcionamento da designação **desocupando**, apontando para esse mesmo jogo entre ocupar-desocupar.

O pronome relativo **que,** que introduz a relativa adjetiva, orienta para o que significa toda a força da propriedade enquanto poder sobre a terra. É **dono quem tem o título,** como aparece na seqüência: o **tubarão.**

Para visualizar os vários sentidos de TERRA analisados, propomos uma pirâmide invertida. (vide Figura 1)

Conforme Orlandi (1990), o poder é transitivo, isto é, as relações de poder em uma sociedade como a nossa, são necessariamente transitivas de causatividade porque representam o sistema de hierarquia.

Sendo assim, a nossa pirâmide retoma a forma original (vide figura 2). Na sociedade brasileira, os que têm o poder econômico/político/ jurídico ficam no topo numa relação de comando.

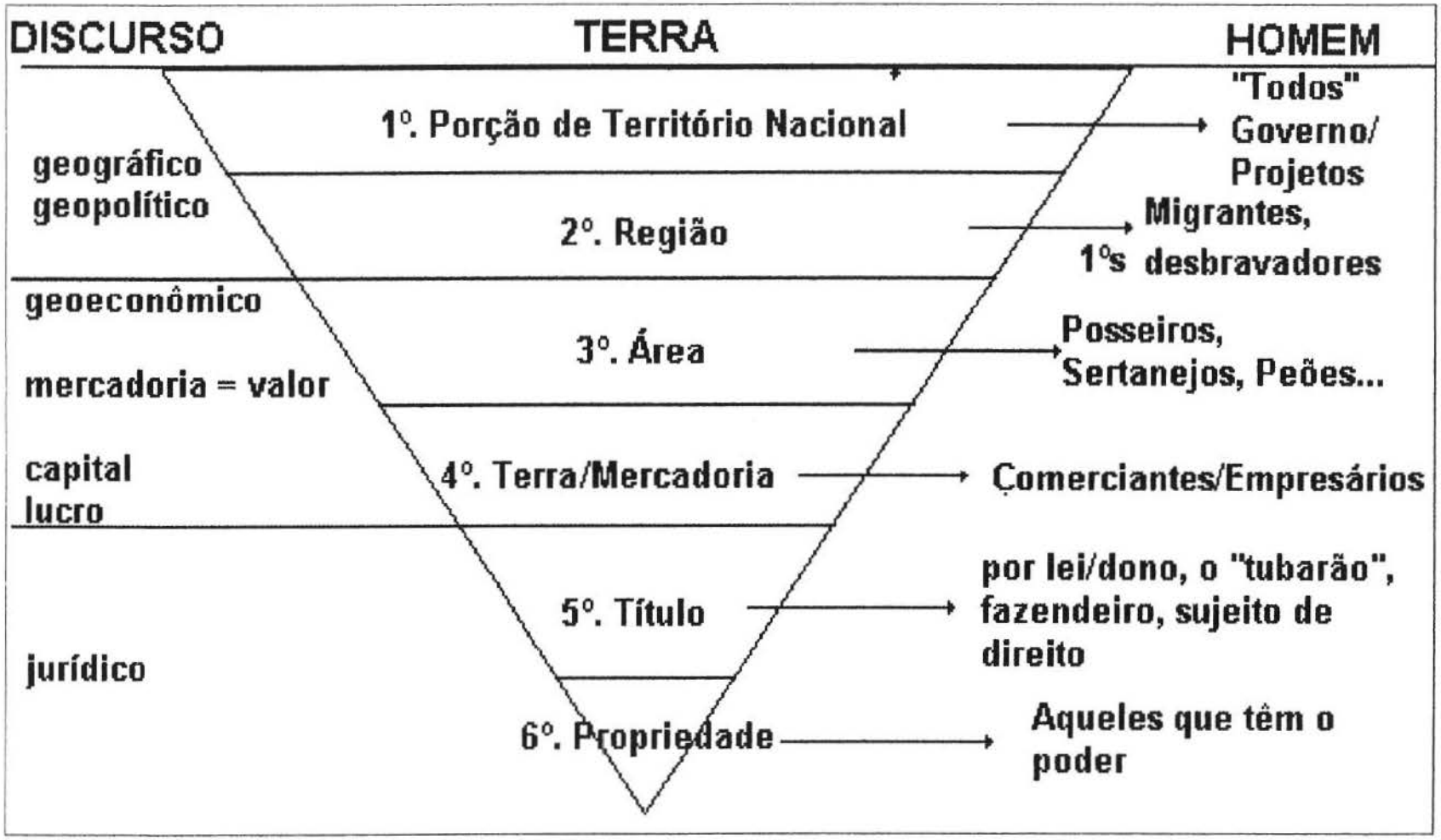

DISCURSO
TERRA
HOMEM
1°. Porção de Território Nacional
"Todos"
Governo/
Projetos
geográfico
geopolítico
2°. Região
Migrantes,
1°s desbravadores
geoeconômico
3°. Área
Posseiros,
Sertanejos, Peões...
mercadoria = valor
capital
lucro
4°. Terra/Mercadoria
Comerciantes/Empresários
5°. Título
por lei/dono, o "tubarão",
fazendeiro, sujeito de
direito
jurídico
6°. Propriedade
Aqueles que têm o
poder

FIGURA 1

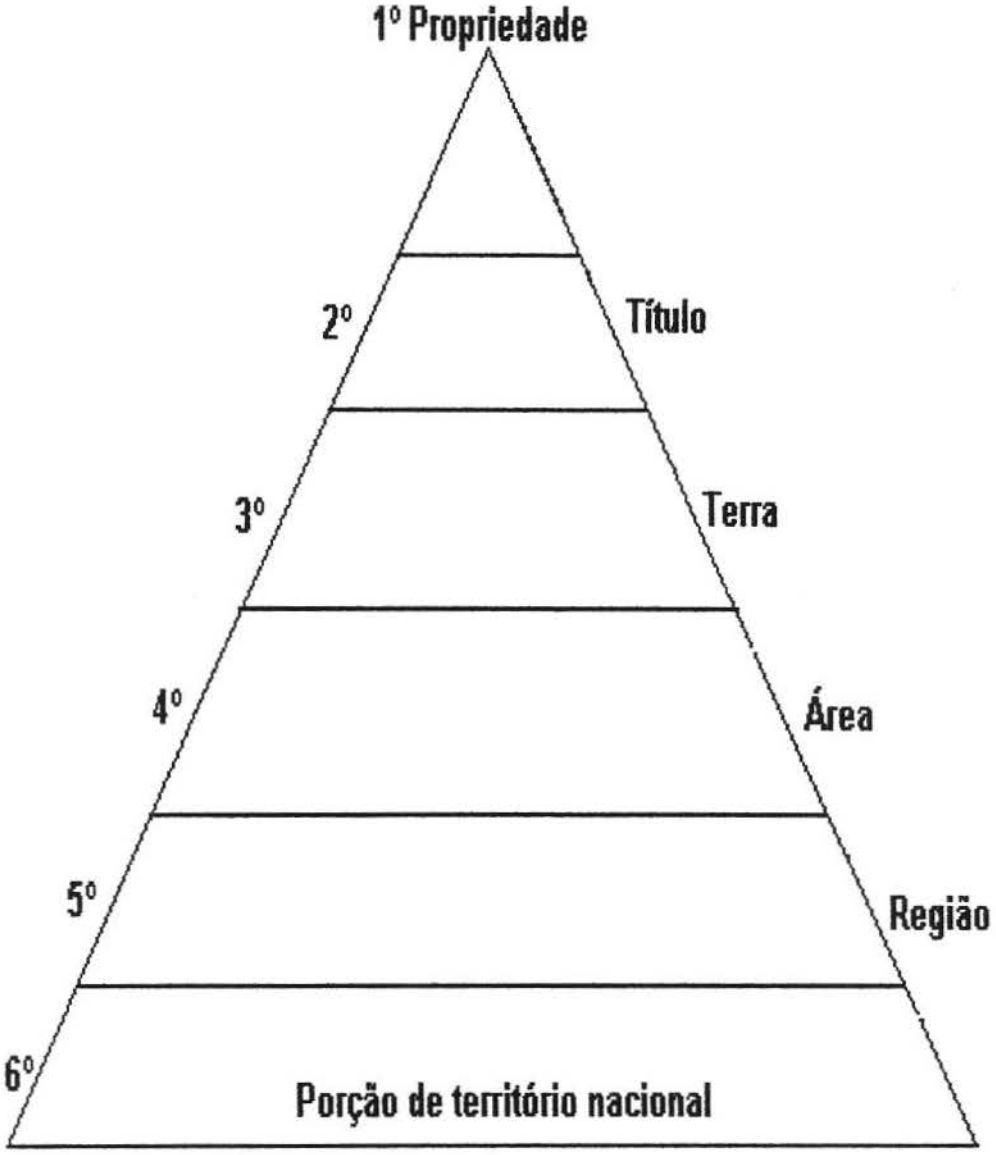

1º Propriedade
2º
Título
3º
Terra
4º
Área
5º
Região
6º
Porção de território nacional

FIGURA 2

Capítulo VI

HOMEM: a matéria viva re-nasce no discurso jornalístico

Caminho que a gente é,
Caminho que a gente faz.
(...) ou por ser fraco, calando,
ou por ser outro, zombando,
ou por ser livre, emigrando.

Pensar o homem, na sua relação com a terra, é pensar também quais são os sentidos produzidos nele e sobre ele, considerando a determinação histórica dos processos de produção de sentidos sobre a CP, na imprensa.

Constituir discursivamente, neste trabalho, o homem brasileiro, não implica, pois falar da "identidade" brasileira, mas de como se reescreve HOMEM no/pelo discurso jornalístico, ao tomar nele, a CP como *acontecimento discursivo*.

Orlandi (*op. cit.*) procurou relatar a trama das falas que se deram, sobre o homem brasileiro, nos séculos XVI, XVII e VIII, no Brasil, não como produtos da época, mas como práticas construtivas da cultura da época e do que hoje chamamos "memória nacional". Ainda com as palavras da autora (*idem*):

> *A nossa postura, aqui, não é estacionar no discurso que "define" o brasileiro e parar assim na sua definição (é "x" ou "y"), mas*

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

> *pensar esse discurso que define o brasileiro como um "sintoma", como um discurso que é constitutivo dos processos de significação que constituem o imaginário pelo qual se rege a nossa sociedade, ou seja, como ela nos significa, Procuramos, assim atingir o modo de produção disso que funciona como "evidências" em nosso sentimento de brasilidade, isso que se dá como "ideologia".*

No decorrer da análise em que vimos tentando compreender a retomada da CP nos diferentes jornais, percebemos o efeito de entrelaçamento dos sentidos de TERRA e HOMEM que neles se materializa.

Cabe ressaltar que o discurso jornalístico não representa um dado empiricamente observável, não designa os jornais, propriamente ditos, pois *discurso é um objeto teórico construído pelo analista a partir dos seus propósitos, e que orienta a análise do material (texto)* que, conforme Mariani (1999), *é um exemplar de discurso.*

Nesse ponto, retomamos o que coloca Paul Henry (*apud* Orlandi, 1990):

> *(...) não há fato ou acontecimento que não faça sentido, que não espere interpretação, que não peça que lhe encontrem causas e conseqüências. É isto que constitui, para nós, a história; esse fazer sentido, mesmo que se possa divergir desse sentido em cada caso.*

No nosso caso, retomamos o item V.1. TERRA/Pátria/mãe, do capítulo anterior, e a partir das seqüências **1** a **4**, analisamos o funcionamento das designações que reescrevem HOMEM :

> **1.** Tanto a sinceridade com que foram tratados os vários problemas, quanto a gravidade dos fatos que denuncia e documenta, **somados ao amor do país** e ao homem brasileiro

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

mereceram para a CP, a repercussão que vem tendo. (*Jornal O São Paulo-20-11-71*)

2. A leitura do documento em questão, escrito por quem viveu anos no centro-oeste brasileiro e acabou **amando sincera e profundamente, o nosso povo e a nossa terra**, nos deixou a clara impressão de que os fatos denunciados, infelizmente correspondem à realidade. (*Jornal O São Paulo-20-11-71*)

3. É lastimável que certas áreas oficiais e alguns órgãos da imprensa, interessados na defesa, a qualquer custo, do capital, continuem desconhecendo que a denúncia de injustiças contra pessoas ou grupos constitui, de fato e inegavelmente, **um verdadeiro serviço prestado à Pátria**. (*Jornal O São Paulo - 20-11-71*)

4. Que é que serve mais ao Brasil: tomar consciência de seus problemas, tentar resolvê-los ou continuar falando em "Brasil Grande" quando o próprio presidente da república declarou com ênfase que "a economia do País vai bem mas o povo vai mal?" - "A euforia da alienação é sempre ilusória e bem mais perigosa que a tomada de consciência dos problemas. Esta sim é realmente estimulante do progresso. **Este é o melhor caminho para o engrandecimento do Brasil, que todos amamos e desejamos sempre mais fiel à histórica vocação de democracia cristã**"- disse D. Pedro. (*Jornal O São Paulo - 20-11-71*)

Uma vez sendo a TERRA o Brasil, a Pátria, esta reclama para homem o adjetivo pátrio, natural das relações de/na linguagem: homem do Brasil/**homem brasileiro**, como é possível observar na seqüência **1**. Mas quem será, de fato esse **homem brasileiro**? Verificamos que ele vai se configurando pela orientação oferecida no questionamento que inicia a seqüência **4**: **Que é que serve mais ao**

Brasil ?

Orlandi (1990) diz que o amor a Deus, pelo qual o poder assegura a submissão do homem medieval, é substituído nas sociedades capitalistas, pelo amor à Pátria, dever do cidadão. Nas quatro seqüências acima, certificamos o que é teorizado pela autora: (...) **somados ao amor do país,** em **1,** (...) **amando sincera e profundamente a nossa terra,** em **2,** (...) **verdadeiro serviço prestado à Pátria,** em **3.**

Todo o argumento apresentado nas seqüências indica pela sua formulação, o que determina o engrandecimento do país **(...)Este é o melhor caminho para o engrandecimento do Brasil, que todos amamos e desejamos sempre mais fiel à histórica vocação de democracia cristã,** em **4**.

Como podemos ver HOMEM brasileiro vai sendo predicado como quem deve amar e servir à Pátria, na produção de sentidos deslizados *no corpus*. Ele é produto de um deslocamento de vários discursos, aqui particularmente remontamos ao discurso do civismo, perante à Patria que, pela nossa análise, está colado aos sentidos enunciados, radicalmente, no hino nacional:

> *"Verás que um filho teu não foge à luta.*
> *Nem teme quem te adora a própria morte*
> *Terra adorada!"*

Mobilizamos novamente os dizeres do hino nacional, porque compreendemos o processo de significação configurado pelos modalizadores adverbiais da seqüência em análise: **amando sincera e profundamente, de fato e inegavelmente,** e pela determinação efetuada pelo adjetivo: **verdadeiro** serviço, como que formulados a partir do mesmo lugar enunciativo do hino.

Não estamos, com isso, dizendo que os sentidos de amor, serviço, fidelidade à Pátria possuem origem no hino nacional, e produzam sentidos da mesma maneira que ele, mesmo porque estaríamos contrariando a possibilidade de "migração dos sentidos".

Segundo Orlandi (*op. cit*), *os sentidos, desde a sua origem, se formulam heterogeneamente, desenvolvendo efeitos de sentido que partem em*

várias e distintas direções. No caso, que estamos analisando, o que acontece é que tanto o discurso do jornal, o qual favorece a CP, reproduzindo e confirmando o seu dizer em relação ao sujeito brasileiro que serve ao Brasil, quanto o sujeito brasileiro enunciado no hino, inclinam para a mesma inscrição discursiva, ou seja, o discurso moralista e servil no Brasil, que termina por ser dominante ideologicamente e que significa, fazendo parte do funcionamento imaginário da sociedade brasileira.

Além disso, é importante notar que **amando profundamente a nossa terra,** em 2, desloca para **verdadeiro serviço prestado à Pátria,** em **3**, amar funciona nessa direção como serviço, compreendido em dever para com a Pátria.

Então, a partir do recorte: TERRA/Pátria/território podemos conferir que ser HOMEM **brasileiro**, mesmo quando designado diferentemente, é também **amar**/servir à Pátria. Segundo Payer, por ocasião do trabalho de qualificação (08-07-99), há nesses sentidos ecos do discurso nacionalista de 1930. Remete para a raiz do nacionalismo que é o que possibilita a existência do Estado Nacional.

Gostaríamos de relembrar que a AD explicita o funcionamento do discurso em suas determinações históricas, pela ideologia. Quanto à ideologia, é ainda em relação ao poder que ela é considerada na perspectiva discursiva, no que diz Orlandi (op.cit), e sendo assim podemos entender a ideologia como interpretação do sentido (em uma direção).

A elaboração de um discurso pode, conforme Orlandi (*idem*), ter resultados diversos, pois os sentidos se apresentam e deslocam tomando "cores locais" na história de suas formulações até chegarem à dissolução da origem e distinção.

Dando seqüência às nossas observações, fundamentados por esse lugar privilegiado para analisar, trazemos as seqüências referentes ao item TERRA/Pátria/moral, para verificar o modo como aí se enuncia HOMEM:

> **5.** Segundo uma notícia provinda de **nossa sucursal no Rio de Janeiro** e a qual demos a devida publicidade na edição (...) corre

impresso um certo documento intitulado: *Uma Igreja da Amazônia em conflito com .o latifúndio e a marginalização social* , cujo autor conhecido é exatamente um bispo, titular da Prelazia de São Félix do Araguaia. A julgar pelos extratos que pudemos ler trata-se daquele comunitarismo eclesial de tipo medievalista que Taunay já dissecou no seu clássico ensaio sobre as origens do capitalismo moderno, coisa que devidamente traduzida à luz da dinâmica social contemporânea, quer dizer que se trata do produto de uma inteligência servida de acuidade como de escrúpulos **de quem tem por objetivo desmoralizar a Pátria.** *(O Estado de São Paulo-15-11-71).*

6. O Conselho Administrativo da Associação de Empresários Agropecuários da Amazônia vem agradecer a esse órgão a publicação do editorial de 13-11-71, sob o título *A má fé e demagogia desse bispo* (...) sabemos que uma das funções da imprensa é bem informar. Entretanto, sabemos que a imprensa honesta tem a obrigação e a responsabilidade de comentar os fatos e orientar os seus leitores. O seu editorial estabelece **a verdadeira dimensão do bispo de S.F.A., cujo único fim é a agitação social e a desmoralização de nossa Pátria**. (*O Estado de São Paulo ,Carta de leitores,15-11-71*)

7. A defesa obtida de **um dos nossos associados** se estende por comunhão de e propósitos a **todos os demais** e também **àqueles empresários animados pelos mesmos propósitos de progresso social e integração pacífica de nossos vazios geográficos.** *(O Estado de São Paulo, Carta de Leitores, 15-11-71*)

Diferentemente do que observamos no recorte TERRA/Pátria/mãe, identificamos, nas seqüências **5**, **6** e **7**, as designações de HOMEM por **instituições,** de um lado, em confronto com um homem determinado: **"cujo autor conhecido é exatamente o bispo, titular da prelazia de São Félix do Araguaia"**,

de outro lado.

Vejamos os funcionamentos referentes às instituições: **nossa sucursal do RJ, demos a devida publicidade, pudemos ler,** em **5.**

Subentende-se que o "nós" implícito no enunciado refere-se aos próprios donos do jornal, que se apropriam desse lugar, do jornal, para manifestar sua opinião a respeito da CP.

O Conselho Administrativo da Associação de Empresários Agropecuários da Amazônia / Sabemos, em **6**. O "nós" aqui são todos que compõem o conselho.

Um dos nossos associados, **Todos os demais.** E também àqueles **empresários animados** pelos mesmos propósitos, em **7**.

O que poderíamos dizer, a princípio, é que os grupos organizados em cada seqüência se estabelecem, no nosso ponto de vista, inscritos numa mesma FD que se identifica com uma posição desfavorável à CP. Sendo assim, HOMEM no discurso das instituições: **Sucursal do O Estado de São Paulo, no Rio de Janeiro; O Conselho Administrativo da Associação de Empresários Agropecuários da Amazônia** confronta com **o bispo**, e nessa posição institucional responde, polemizando, às denúncias feitas por ele na CP.

Interessante atentar para o fato de que, para dizer que **o bispo** tem como propósito **desmoralizar a Pátria** não se diz de um lugar individual, não se assume a responsabilidade de dizer enquanto sujeito, mas enquanto uma instituição que congrega mais de um indivíduo, que por ser assim, não são nomeados. No entanto, são identificados pelo lugar de onde enunciam.

A oposição se dá marcada nas predicações de finalidade, presentes nas seqüências em análise: **cujo único fim é a agitação social e a desmoralização da Pátria** em **6** e **animados pelos mesmos propósitos de progresso social e integração pacífica de nossos vazios geográficos,** em **7**.

Essa divisão do "homem brasileiro" se dá nessa perspectiva, entre os que desmoralizam a Pátria[18] e os que querem o progresso e integração pacífica. Tanto o discurso da moral quanto o discurso do progresso estão atrelados ao discurso positivista e isso nós já conferimos no Cap.V.

Nos dois itens que analisamos: TERRA/Pátria/território e TERRA/Pátria/ moral, observamos um movimento de sentidos em relação a TERRA e HOMEM, ou melhor um deslizamento de sentidos que ao "responder": **quem é que serve mais ao Brasil** , vai o provendo de um imaginário positivista na sua relação com a "realidade nacional", tanto no aspecto religioso, quanto no político.

Segundo Orlandi (*idem*), *o sentimento patriótico se combina com o modo como, no imaginário positivista, o científico se articula com o político, produzindo o sentimento de cidadania sustentado pela idéia positivista de "fraternidade".*

"Fraternidade" é um substantivo que funciona evocando sentidos do discurso religioso, que permite fazermos a ligação do que é enunciado, em **4,** (...) **Brasil que todos amamos e desejamos sempre mais fiel à histórica vocação de democracia cristã,** com o sentimento de cidadania que tem fundamento no discurso religioso.

Então, ainda que filiados ao positivismo, os discursos se confrontam por se inscreverem em FDs antagônicas.

De um lado, o pronome **nosso** que inclui os pertencentes à **sucursal do RJ,** depois **A Associação de Empresários... Pelo seu Conselho administrativo** seguindo a todos **os demais associados** que se filiam aos mesmos objetivos, **os mesmos propósitos,** o que os inscreve numa mesma posição, adversa a que se inscreve o **bispo** na/ pela **Igreja** e, mais especificamente, na/pela Teologia da Libertação, que funciona na seqüência a partir da predicação: **a verdadeira**

[18] E aqui é bom rever a análise realizada no item **V.2.** quando buscamos a fundamentação, para a nossa interpretação, no discurso sobre a moral nacional.

dimensão do bispo de São Félix do Araguaia, cujo único fim é a agitação social e desmoralização de nossa Pátria , em **6.**

Vejamos agora o que ocorre na seqüência **8**, retomada do item TERRA /Amazônia /vazio geográfico:

> **8.** Que diz efetivamente **o prelado**? Que injustiça só tem um nome na Amazônia e que esse nome é latifúndio. Convém saber que o microcosmos de sua experiência sociológica é a Prelazia de São Félix do Araguaia, a qual se estende por 150mil km2 (...) quem lá fora lesse o panfleto do bispo, poderia imaginar que nessa vasta superfície se amontoasse **uma multidão densa e laboriosa** mas impedida de lograr condigna existência pela insensibilidade de **meia dúzia dessas figuras demonológicas** da era da morte de Deus que se chamam **latifundiários**. (*O Estado de São Paulo, 13-11 71*)

Na seqüência **8**, foi a forma de tratamento ao bispo que nos chamou a atenção. A partir de uma primeira leitura, interpretar **o prelado** como alguém ligado efetivamente à igreja, não causa nenhuma perturbação. Porém, o uso dessa designação antecedido pelo artigo definido **o**, determina um ser específico, **o prelado** é o bispo D. Pedro Casaldáliga, mudando, dessa forma, o sentido dado .

Se tomarmos a seqüência, em toda a sua extensão, perceberemos, inclusive um tom irônico e negativo de referência ao bispo.

Em outras palavras, no modo como é dito no jornal já se encontra uma devida interpretação, cuja definição é dada ideologicamente.

A partir da designação **o prelado** para o bispo, que no modo como foi enunciada conduz para um lugar desfavorável a ele, vamos observar o que sucede com outras tantas determinações que lhe são atribuídas: (...) **cujo autor** conhecido **é exatamente um bispo**, (...) trata-se **daquele comunitarismo eclesial de tipo medievalista** (...) **coisa que** (...) é **o produto de uma inteligência servida de acuidade**

como de escrúpulos de quem tem por objetivo desmoralizar a nossa Pátria, em **5;** e (...) **a verdadeira dimensão do bispo de São Félix do Araguaia cujo único fim é a agitação social,** em **6.**

O funcionamento da determinação exagerada, cujas marcas aparecem no texto de modo a desviar a atenção da questão mais forte da CP, que é a denúncia em relação ao latifúndio e a marginalização social na Amazônia Legal, direcionando-a para o denunciante.

As determinações fecham o cerco em torno do bispo, desqualificam-no e colocam-no num lugar que corresponde a uma ameaça à Pátria e aos latifundiários.

Segundo Mariani (*op.cit.),* o uso de determinações é um dos aspectos didáticos da imprensa. No caso em que analisamos, elas deslocam os sentidos do que seja um bispo, filiado à Teologia da Libertação, para um outro discurso que o funda como **desmoralizador da Pátria, agitador social**, como apresenta as seqüências, o que não seria tratamento para todos os bispos.

Nessa discursividade os vestígios encontrados marcam uma posição que tenta controlar, desviar as denúncias feitas na CP, proporcionando uma outra direção de leitura sobre o acontecimento.

Dando continuidade à analise das seqüências selecionadas na primeira parte do trabalho passamos a averiguação de HOMEM em relação à TERRA/área/mercadoria, ou seja, à **terra** enquanto objeto de compra e venda.

> **9.** (...) em toda aquela área, maior que muitos países europeus e vários estados brasileiros, **encontra-se** um escasso contingente humano de 50 pessoas quase todas migrantes nordestinos, **recentemente lá chegados em busca de trabalho**. (*O Estado São Paulo, 13-11-71*)

Os sentidos de HOMEM deslizam, na seqüência **9,** como **quem busca trabalho**. O mais interessante, nessa seqüência, pensamos ser a observação

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

das predicações: **encontra-se** e **recentemente lá chegados,** que produzem, assim como **estar** (analisado no Cap.V.), o efeito de provisoriedade.

Retomaremos essa questão no Cap. VII., mas é importante adiantar que, para o migrante (posseiro), trabalho e terra se confundem, a terra para ele é um mediador do trabalho, então, **busca de trabalho,** em **9**, produz um deslocamento de sentido que se contrapõe a **busca de terra para trabalhar.** A relação terra/trabalho é, em **9**, enunciada de uma posição onde os migrantes **recentemente lá chegados** servirão de mão de obra na abertura das fazendas. Sob esse olhar, apaga-se para o migrante o desejo, esperança, objetivo em relação a Amazônia, que é a **busca de terra para trabalhar**.

No recorte abaixo, mostramos o deslocamento que se dá no processo enunciativo quando, ao invés de se dizer **busca de trabalho**, diz-se **busca de terra para trabalhar** .

> "Todas as terras desse imenso Nordeste mato-grossense - denuncia D. Pedro Casaldáliga - já estão vendidas. Mesmo as que pertencem ao Parque Nacional do Xingu. Por isso a esperança do posseiro que chega **em busca de terra para trabalhar** é quase nula". (*Jornal O Estado do Paraná,* Curitiba, *12/11/71*)

O sentido de provisoriedade produzido em relação a ocupação da terra, isto é, **estar** sempre recém chegado, aparece também na seqüência **24** (cf. Cap. VII), através do discurso direto que traz para a enunciação a voz de um fazendeiro:

> **24**. É sempre foi assim na história (...) há posseiros que **moram em uma área e a trabalham dentro de suas possibilidades mínimas**, por muitos anos. As companhias, **fazendas chegam** e em menos de dois, três anos **tomam a terra pela força do dinheiro ou por conchavos políticos**.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Não nos pode passar despercebida a relação de oposição que ocorre entre **morar em uma área** (posseiro), e **tomar a terra** (fazendeiro). Remontamos, a partir desta constatação, aos sentidos de provisoriedade, os quais analisamos pelo funcionamento do verbo **estar,** encontrar (**encontra-se**), e acrescentamos, agora, **morar**, no jogo com os sentidos de **área,** enquanto lugar mensurável e temporário para o posseiro, por um lado. Por outro, **tomar a terra** remete aos sentidos de ter, possuir, uma vez que na seqüência a tomada da terra se dá **pela força do dinheiro, ou por conchavos políticos,** determinantes da "compra" da **terra**, o que permite a expulsão do posseiro, interpretada por **tomam a terra**, e confirma, mais uma vez, nessa discursividade, a ocupação temporária do posseiro e a constituição do proprietário, dono (**tubarão dono da terra,** em **22**).

No Brasil, sabemos que quem trabalha na terra sem possuí-la, sem nenhum documento, título legal registrado em cartório, que o defina como proprietário é classificado como **ocupante da terra** nos censos oficiais, ou como **posseiro**, na linguagem corriqueira.

Há quem confunda o posseiro com o "grileiro", este é uma figura que ficou bastante conhecida na relação com a **terra** nos últimos 150 anos aproximadamente. O "grileiro" costuma assenhorear de uma terra que não é sua e através de meios escusos obtém os papéis oficiais, ou seja, **os títulos de propriedade** e depois a vende para **fazendeiros** e **empresários**, dessa forma ele funciona *como um traficante de terras* que, segundo Martins (1986), surge historicamente quando termina o tráfico negreiro para o Brasil.

Coincidentemente no mesmo ano que cessou o tráfico de negros africanos para o trabalho escravo, em 1850, foi promulgada a Lei de Terras, que proibia a livre ocupação das terras devolutas e a sua aquisição por outro meio que não fosse o da compra. Assim, "Abole-se o homem e escraviza-se a terra". (Martins, *op. cit.*)

Esse foi um recurso para impedir que os trabalhadores "livres" se

apossassem da terra.

O pequeno histórico tem como objetivo contextualizar a nossa observação sobre a seqüência **9**, pois o que ocorre na mesma é, sob o nosso olhar, a constituição discursiva do **posseiro (encontra-se, recentemente lá chegado, moram na área)**, ou como já verificamos, na primeira parte do trabalho, estes estão condicionados a desocupar a terra, são expulsos por não possuírem o **título**.

Do modo como vimos analisando, o **posseiro**, ou seja, o que **está na terra**, é dito como fora da lei, como quem está sempre provisório, no espaço errado, sem situação jurídica definida, portanto não é reconhecido nem pelo Estado, nem por outra autoridade.

Os que **estão** na terra, por não possuírem legalmente o título de propriedade, são tratados como bandidos sob ações de repressão, incluída a utilização da força **policial**, a **pistolagem**:

> **10**. Muitos **até doentes fogem** para sobreviver, na fuga são barrados por **pistoleiros pagos** para tanto. A **própria polícia local** é utilizada **com freqüência** para manter, ainda mais escravizados, os peões. (*Jornal do Brasil, 10/11/71*)

Observamos, no decorrer de nossas análises, que a questão de inserção do sujeito na terra está ligada à legalidade. Dessa forma o que é ilegal identifica-se com o banditismo, quem foge é o criminoso. Além disso, é importante verificar como isso funciona pelas marcas lingüísticas postas na seqüência: **muitos até doentes fogem.** O operador **até** orienta para o entendimento de que a fuga é pleiteada por todos os peões, uma vez que o estado de doença, que poderia ser um empecilho para a fuga é superado nessa construção.

É interessante, ainda, perceber que a partir da formulação **pistoleiros pagos,** há uma tentativa de apagamento do agente que paga, funciona ao contrário, por exemplo, de **pagam pistoleiros,** de onde poderíamos perguntar:

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

quem paga? E pela pergunta encontrar o sujeito pagador. Enquanto que o adjetivo **pagos,** qualifica o pistoleiro, mas encobre o sujeito que paga.

Na continuidade, verificamos que quando se determina, pela construção: a **própria polícia local** deixa pressuposto que outra polícia, além da local, também interfere na manutenção da escravidão dos peões.

Dada a condição de ilegalidade e o alto número de **posseiros**, **migrantes de vários lugares do país** que vieram **em busca de terra para trabalhar** (recorte do *Jornal do Paraná,* analisado anteriormente) é que se acirraram os conflitos pela posse da terra, baseados na covardia e na violência. Vejamos, em **15** do Cap.V: **(...)** muitas vezes os compradores exigem a terra **"limpa" de posseiros**, originando-se os **"despejos" à força de armas.**

Pelo funcionamento da determinação **terra "limpa" de posseiros,** seguida de "**despejo**", o posseiro é significado como algo indesejável, que se confirma pelos sentidos de "**despejo**", que desloca de um lugar relacionado à sujeira, retirada de entulho, sendo assim, o que se apresenta é a reescritura do posseiro enquanto entulho, coisa. Há por essa via uma transformação de gente em objeto, em algo que tem que ser retirado da terra, pelo comprador. As aspas, marcas de heterogeneidade no discurso, sinalizam a recusa dessa enunciação, por um lado. Por outro, também é despejado quem não paga para morar, aí continua significando o lugar provisório do posseiro.

Lembremos que a seqüência **15** foi retirada do *Jornal O Estado do Paraná* o qual reproduz, em discurso direto, alguns recortes da CP, se identificando com as palavras do bispo. Então a recusa à predicação **terra "limpa" de posseiros** e a "**despejos**" é da posição do bispo que se dá.

Assim podemos teoricamente registrar que a palavra **posseiro não** designa apenas um nome novo nessa história, mas determina o seu lugar social, não só no espaço geográfico como também na estrutura da sociedade, é a designação de um destino histórico.

Numa relação contraditória ao **posseiro**, vimos percebendo, ao longo do *corpus*, que fica o **latifundiário** e que este aparece designado de várias maneiras: **fazendeiros, empresários, gente importante, grandes comerciantes, compradores, tubarão**, dentre outras. Vamos nos ater à designação **tubarão** que aparece na seqüência **22**, para analisar essa relação de confronto:

> 22. Enquanto nessa porção de território nacional têm-se localizado a maior parte dos empreendimentos agropecuários (...) a **população primeira desbravadora** da região se acha no esquecimento mais completo, ocupando áreas das quais freqüentemente é expulsa, pois na hora menos pensada aparece o assim chamado **tubarão, dono das terras** que quer fazer valer o seu título de propriedade. (*Diário de Notícias,* Ribeirão Preto, SP, *11-11-71*)

Por que a designação **tubarão**? Sabemos que tubarão é um peixe perigoso que tem como característica comer gente, diz-se popularmente que se a presa é pequena ele devora por inteiro. Com base nessa designação é possível reconhecer o discurso conflituoso existente entre o **grande e o pequeno, o dominador e o dominado, o tubarão e o posseiro,** próprio das relações em uma sociedade capitalista.

Recorremos ao dicionário *Aurélio* e encontramos que **tubarão** significa *peixe grande e voraz e industrial ou comerciante ganancioso*. Ora, de início a nossa tendência é interpretar como sendo sinônimos**: latifundiário, fazendeiro, grande proprietário, tubarão**, porém a semelhança de sentidos que eles trazem em seu funcionamento, ultrapassa a noção de sinonímia, pois:

> *(...) são resultados de memórias discursivas, que confrontam na/pela língua, em espaços e tempos determinados, instaurando, no intervalo entre o real e o simbólico, isto que se*

tem chamado de diferentes objetos de referência ou objetos de discurso[19].

O que acontece é que as designações manifestam uma impressão da realidade a partir de um lugar discursivo.

Com base nessas colocações podemos dizer que a escolha da designação **tubarão** dentre as outras não é aleatória, principalmente quando ela é enunciada a partir de uma FD, onde se inscreve o **posseiro**, como é possível observar no título de um folheto de cordel, escrito por gente que está na região da Amazônia: *A peleja das **piaba** contra o **tubarão** besta fera* (Zé Diluca, 1981) , o qual nos levou a observar a designação **piaba,** que ao contrário de **tubarão,** refere a peixe pequeno e inofensivo. Nessa designação reconhecemos o **posseiro, o índio, o peão.**

O que possibilita a identificação da designação **piaba**, não está apenas na ordem da língua, conjuga a ordem da história que se estabelece com o interdiscurso.

Ora, como vimos analisando, a história do latifúndio, desde o começo é uma história trágica, então a designação **tubarão** faz sentido, não é fortuita, ele é o que engole a **piaba.**

Em outros versos de cordel[20], deixando soar, novamente, essa forma textual, observamos a voz do posseiro:

A todos peço licença
De a minha história contar
*Falando nos **tubarão***
Aqui do nosso lugar.

---

[19] Payer (1998)," A Nomeação do Homem do Campo. Aspectos Discursivos". Estudos lingüísticos XXVII, GEL. UNESP-IBILCE.

[20] In: SATU, *Lamento sobre o aperreio causado pelo **tubarão**,* 1967.

No ano de sessenta e sete
Eu cheguei neste sertão
Não achei um benefício
Feito pelo ***tubarão***

Aqui os rico ***tubarão***
Não deixa a gente ficar
Tão cercando a terra inteira
Para o pobre não morar.

Mas nóis vamos juntar força
Pra nossas posse ganhar
Vamos lutar na lei com o ***tubarão***
Pra libertar da pobreza
Da maldita escravidão

Aqui termina o meu verso
Falado de coração
Com a força do infinito
Nóis vencemo o ***tubarão***

A simplicidade dos versos do Satu enuncia mais uma das formas que representa, sob o nosso olhar, a constituição das relações de poder nessa sociedade.

Mais uma vez buscamos uma paráfrase da história nos versos, retirados do *Peleja das* ***piaba*** *com o* ***tubarão*** *besta fera* (*idem*).

*E o **posseiro** enganado,*

Da Bahia, do Maranhão,

***Troca a sina de posseiro** pela vida de **peão**,*

Nas promessa de melhora de sair da precisão

*Só encontra **cativeiro***

*A maleita, o **pistoleiro***

o malvado **tubarão.**

No arranjo do cordel o **peão** vem iludido com propostas irrecusáveis e cai na armadilha de um trabalho penoso na abertura das fazendas, onde muitas vezes fica inviabilizado de sair, ou porque o patrão o priva utilizando-se do **pistoleiro**, e até mesmo da **polícia**, ou porque é afetado pela malária. Mas mesmo nessas condições ele tenta, muitas vezes, a fuga, em **10**.

O que vamos percebendo a partir do momento em que recorremos aos cordéis, ou seja, a esta forma de manifestação do **posseiro** é que, antes da publicação da CP, já havia uma discursividade, própria daqueles que chegavam na região **em busca de terra para trabalhar**, que vinha se constituindo, na nossa interpretação, como uma forma de resistência, e que de certa maneira funda a CP e, nos jornais entra em jogo na relação com outros sentidos, com outras discursividades, seja com a rede de filiações evocada pelos sentidos favoráveis à denúncia, seja pelos sentidos contrários a ela.

Vamos retomar o confronto que se dá, nessa época de conflitos agudos, na Amazônia Legal, através do cordel que significou, significa, re-significa essa luta aqui e agora, i.e., a partir dessa forma singela de expressão histórico-discursiva, que mobiliza a memória daqueles que enfrentam o problema da falta de terra para trabalhar e que é muito significativo no Brasil e, nesse caso, na região amazônica.

Falamos do confronto de cordéis pensando, em primeiro lugar, na forma material significante, originada no nordeste e migrada, com esse povo, como instrumento para fortalecer os movimentos, ou mesmo para servir de desabafo e de resistência.

Num cordel (descaracterizado), pois, diferentemente do cordel nordestino, não apresenta defeitos de concordância, as palavras são escritas conforme a ortografia padrão, algumas não são de uso popular como geralmente acontece no cordel nordestino, com o Título: *Padres Satânicos*. Anônimo, em manuscrito, na contracapa aparece a Editora: Alerta Cristão, encontramos o seguinte:

(...) É uma ***gente daninha***
Chamada de progressista
Assaltou nossa igrejinha
Com seu jeito ***egoísta.***

Falando tanta mentira
Na casa de cada irmão
Trocaram as bênçãos por ira
Pregando a revolução.

(...) Não têm a bênção do papa
Com ***essa tal "Teologia"***
De santo só tem a capa
Satanás é sua magia.

Os demônios da maldade
Com a voz do Espírito Santo

Pregam os crimes da cidade
Trazendo a morte ao campo.

(...) As mentiras do Alvorada
Que nos chegam minha gente
São repentes, galopadas
De montaria indecente.

Romaria por ***bandido***
Comunista, satanás
Nosso povo sempre unido
Não apoiará jamais...

Então, não é nosso objetivo analisar os cordéis, mas mostrar que este era/é mais uma "arma" de luta, e ainda que do modo como analisamos na carta de leitores, publicada no *Jornal O Estado de São Paulo*, há uma retomada de termos do discurso religioso (***chamada de progressista, essa tal Teologia***) com um tom pejorativo e marcas de heterogeneidade enunciativa: **chamado de**, **esse tal** através das quais o sujeito da enunciação se distancia. Há ainda outras designações que demonstram aversão aos seguidores da Teologia da Libertação: ***gente daninha, egoísta, mentirosa (falando tanta mentira), Satanás, demônios da maldade, bandido, comunista*** e também dessa forma de expressão do **migrante nordestino** (o cordel), que desloca alguns dizeres e a tipologia textual, antes inscritos numa FD a favor do posseiro para outra contrária a ele e dessa forma cruza com sentidos outros em relação à CP.

Nesse ponto, trazemos a oposição que fizemos inicialmente sobre "homem brasileiro". Se estamos corretos em nossa reflexão, as designações apresentadas, neste cordel, correlacionam com a posição do discurso que coloca o bispo como quem tem como fim a desmoralização da Pátria e isso

emperra os propósitos dos empresários animados pelo progresso de integração pacífica dos nossos vazios geográficos que vimos confronta com o ser homem brasileiro enquanto aquele que ama e serve a Pátria.

Queremos ainda ressaltar que nas designações se encontra uma tentativa de dar conta dos sentidos, provocando uma ilusão de estabilização, quanto ao atravessamento de múltiplos discursos, sendo assim, conforme fala Mariani (*op.cit*):

> *ao mesmo tempo em que os sentidos podem vir a ser 'naturalizados', como pontos estáveis de um processo discursivo, podem vir a se desestabilizar, pois todo ponto estável é também um ponto de deriva*[21] *de processos afetados pelo interdiscurso.*

As designações que trabalhamos nos jornais co-existem e relacionam-se entre si. Ainda com as palavras de Mariani, elas dizem, trazem à memória e projetam um futuro, por isso significam.

O presente da enunciação das designações que analisamos materializa, no discurso jornalístico, a retomada de diferentes discursos simultaneamente: a significação contrária às denúncias feitas na CP, pelo discurso geo-político-econômico, pelo discurso da FUNAI, pelo discurso dos conselhos e associações de empresários, do governo que direcionam para o discurso do positivismo , da moral social e outros por um lado.

E por outro lado pelos discursos favoráveis à CP como é o caso da própria Igreja, CNBB, do posseiro, os quais apontam para outros sentidos, em outros lugares: por exemplo, o do nacionalismo deslocado do religioso (amor a Deus desliza para amor à Pátria), os cordéis dos posseiros ou para o discurso da CPT, ou para o do MST e outros.

---

[21] A palavra deriva deve ser tomada no sentido que lhe deu Pêcheux, 1983, em *Discurso, Estrutura ou Acontecimento*. Um sentido pode sempre tornar-se outro. (Nota retirada de Guimarães, In: Escritos nº 2).

Por tudo isso estamos de acordo com Orlandi (1996) quando ela diz que os *sentidos que podem ser lidos em um texto não estão necessariamente ali, nele. O(s) sentido(s) de um texto passa(m) pela relação dele com outros textos.*

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Capítulo VII

TRABALHO: deslocamento de liberdade para a prisão, no discurso

- *Eu compro Trabalho.*
- *Eu vendo meus braços,*

  Por ora
- *Eu pago.*
- *Eu vendo, por ora, o calo...*

  Ou já calo menos...

  E já estou falando!

No sentido de verificar o funcionamento discursivo relativo ao processo de reescritura do verbo trabalhar, do enunciado fundador, tomado como enunciado de referência para a análise do *corpus*, observamos, primeiramente, a manchete que a partir do título da CP: "*Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social*", cria uma situação real ao asseverar, pelo sentido que traz o verbo **haver,** que: ***"Há*** *Marginalização social e Exploração Latifundiária em MT",* e assim comenta os fatos:

> **23.** "(...) A situação dos antigos donos, primeiros povoadores daqueles rincões, os índios ali radicados é pelo denunciante taxada de **espoliação brutal** pelos

> **novos chefes** que **ali** tomam conta de **tudo**, após **tudo** comprarem por uma **tutaméia** e exibirem o **título** de posse. *(O Lutador, de* Manhumirim-*MG, 05-12-71)*

Analisamos, no item **V.4.,** que TERRA funciona discursivamente, no quadro do desenvolvimento do modo capitalista, como mercadoria, significando com isso que a sua obtenção está subordinada à compra e venda.

É interessante perceber na construção da seqüência **23** que o efeito de sentido gerado pelo pronome indefinido **tudo,** além do sentido de TERRA como mercadoria/negócio nos move a interpretar daí outros sentidos, inclui-se neste pronome não só a terra como também os animais, todas as riquezas naturais e inclusive os **antigos donos, os primeiros povoadores, os índios que ali estão radicados**, ou seja, o **tudo** estende e resume. Sendo assim os **novos chefes**, i.e., os que compram, compram **tudo** mesmo, TERRA e HOMEM.

De modo que ao tomarem conta de **tudo,** subordinam os que **estão na terra** (análise feita no **capítulo I**) ao trabalho forçado: **espoliação brutal** em **23**.

É importante refletir, ainda neste ponto, que em oposição aos **novos chefes,** pelo funcionamento da língua, existiram os **antigos chefes** e que essa oposição não eqüivale a **antigos donos** do modo como aparece na seqüência **23**, pois o que fica subentendido é que aqueles que são designados **antigos donos** não podem, por exemplo, ser os portugueses, mas os próprios índios.

O que acabamos de observar demonstra que os **novos chefes** ao comprarem a terra passam a ser proprietários, ou seja, comprar a terra significa ter direito ao título, ter o título é estar de acordo com a lei, é assumir o comando inclusive, sobre o trabalho.

Na nossa interpretação, **antigos donos** é destinada aos índios porque eles eram os verdadeiros **donos daqueles rincões**, **eram** os da Amazônia e que seguindo o caminho que vimos traçando, analiticamente, passam a fazer parte dos que **estão** na Amazônia, isto é, podem a qualquer momento ser removidos dali, somados ao sertanejo, posseiro, peão que no processo de tomada de posse da terra ficam excluídos, são **espoliados** como aparece na seqüência em pauta.

A seqüência **24** abaixo tem por fim confirmar como a TERRA vai sendo apropriada pela força, por meio da lei do mais forte, por diferentes artifícios "legais". É importante observar que as duas seqüências **23** e **24** falam do mesmo, ou seja, do modo bruto como vai se constituindo a estrutura da propriedade no/pelo discurso, demonstrando que o que a sustenta é a **força de trabalho** de quem não a possui, como podemos conferir na seqüência que tomamos como paráfrase da **23** antes e **24** depois:

> - As empreiteiras é que **esmagam, subempregam homens** para o desmatamento nas grandes fazendas, **mas** não podemos fazer nada porque se a política fica de um lado é chamada de subversiva e se permanece de outro é considerada vendida. Diz o governador José Fragelli. (*Jornal O Globo, 16/11/71*)

É interessante atentarmos para a forma como é construída a seqüência acima. Se de um modo o governador admite que há **esmagamento , subemprego** na construção das grandes fazendas, de outro modo, pela operação que faz na argumentação, através do uso do **mas,** percebemos que há uma tentativa de apagamento da **forma de trabalho** que é apresentada no recorte.

Adiante, tomemos a seqüência como paráfrase:

24. "Comentando esses problemas com um fazendeiro que tem fama de ser menos desonesto do que os outros, eu lhe dizia" também não adianta abrir grandes estradas ou fazendas, se é a custa da vida dos pobres sobre as ossadas dos peões". Ele me respondeu: **É, sempre foi assim na história.** (...) Há posseiros que moram em uma área e a **trabalham dentro de suas possibilidades mínimas, por muitos e muitos anos**. As companhias, fazendas chegam e em menos de dois, três anos tomam a terra pela força do dinheiro ou por conchavos políticos. Sem indenizar. (...) os próprios índios foram literalmente expulsos em vários pontos da região pela invasão das fazendas latifundiárias. É conhecida em todo o país a **condição mais ou menos fraudulenta da propriedade de muitas terras no MT**. (*Jornal do Brasil, 10-11-71).*

Ao estranhar a predicação, constituída por um advérbio e um adjetivo: **menos desonesto,** atribuída a um fazendeiro, averiguamos que esse tratamento deixa algo externo ao enunciado, ou seja, essa colocação pressupõe que **fazendeiros** em geral são desonestos, ainda que não esteja na ordem da língua é possível reconhecer essa característica do **fazendeiro**, pelo funcionamento discursivo, que se dá na ordem da história e se estabelece no interdiscurso. Paul Henry (1985) disse *que os discursos estabelecem uma história que não se define pela cronologia, nem por seus acidentes, nem é tampouco evolução, mas produção de sentidos.*

Também chama-nos a atenção o modo como é designada a condição da propriedade no país: **mais ou menos fraudulenta,** ora, deveria ser ou não fraudulenta, pois não costumamos dizer se houve mais fraude ou menos fraude, analisamos o caso como uma forma de encobertamento do real, pois ao se dizer assim cria-se a ilusão de que a fraude pode ser amena.

Verifiquemos que o ***mas*** não aparece na formulação da seqüência, no entanto isso não impossibilita que esse operador argumentativo, mesmo

ausente, signifique apagando o trabalho do posseiro: **trabalham dentro de suas possibilidades mínimas, por muitos e muitos anos.** O complemento modal: **dentro de suas possibilidades**, estreitado mais ainda pela restrição **mínimas,** como aparece na seqüência, opera contrariando os propósitos dos fazendeiros, para quem o trabalho significa grandes empreendimentos, como já tivemos oportunidade de mostrar.

Por aí compreendemos o porquê da ironia posta na determinação: **multidão densa e laboriosa** da seqüência **8**, ou como aparece na seqüência **20**:

> **20. Os empreendimentos na região têm que ser muito grandes para render**. "Nunca houve condições de sobrevivência para **o pequeno proprietário que produzia, mas não podia vender porque não tinha como nem por onde**. (*O Estado de São Paulo, da Sucursal do RJ.*).

Então, o que fica entendido nessa discursividade é que ao fazendeiro interessa a produtividade, terra enquanto renda, e que significa diferente de terra enquanto trabalho, para o posseiro.

No lugar de analista dos fenômenos da linguagem em funcionamento, vimos observando no deslize dos sentidos das designações, que o território pátrio é retalhado e re-significado de diversos modos ressaltando nesses modos de significar a exclusão da gente que não possui dinheiro/terra e consequentemente vive/sobrevive em busca de um lugar próprio, mas não consegue um pedaço de terra para plantar, ou seja, para trabalhar.

Como é o caso já analisado a partir da seqüência **15**: "(...) **prospera-se o coronelismo que exerce seu poder hereditário, formando oligarquias, domínio absoluto."**

O domínio sobre a TERRA que se deu na era colonial, atravessa o tempo Império/República e finca raízes no quadro brasileiro atual, nas bases da

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

dominação, **exploração.** A disputa pelos sentidos da ocupação da terra segue duas vertentes básicas: uma que fundamenta a propriedade capitalista, a qual se dá a partir do discurso que mobiliza os sentidos de **TERRA enquanto área, mercadoria**, trabalhados no item **V.4.,** que possibilita o jogo entre **compra e venda** e conseqüentemente o acúmulo da terra e com isso a **compra do trabalho**, uma vez que pessoas dos mais diversos lugares do país (**migrantes, posseiros**), como analisamos no Cap.VII, deslocam-se para a Amazônia em ***busca de terra para trabalhar*** e assim criam a segunda vertente da qual falamos ao iniciar este parágrafo, que é a que se encontra caracteristicamente na realidade do **posseiro**, que não valoriza a terra enquanto **negócio, propriedade**, pois ser proprietário da terra para ele não tem sentido, a terra é o lugar da possibilidade do **trabalho**, da sobrevivência, da liberdade como veremos adiante.

Pelo fato de ter convivido muito tempo em meio aos posseiros na região do Araguaia, pois meu companheiro ficou alguns anos numa gleba da Fazenda Santa Juliana, no município de Cascalheira, MT, com um grupo que plantava para subsistência, ouvimos, por diversas vezes, principalmente de um senhor, já na época, bem idoso, o Sr. Antônio Cícero, que para eles a **terra era a liberdade**, a possibilidade de trabalhar livremente, *sem a peia do patrão,* e isso era sua riqueza.

Um posseiro, depois que faz a limpeza de uma área para plantar, não abre mão dela, porque ali está o seu **trabalho**. O dinheiro e o acúmulo de terra não importa, mas sim, a comida. Ser pobre é não ter o que comer. Por isso designam o fazendeiro, latifundiário por **tubarão** "**besta fera**" porque a **"besta fera"**, figura do diabo no Antigo Testamento, significa dinheiro para o **posseiro**.

Portanto, o discurso que produz os efeitos de TERRA/mercadoria - **compra e venda** - oposto àquele que significa TERRA/trabalho - **busca de terra para trabalhar** - produz uma diferença significativa em relação às formas de apropriação da terra.

A memória insiste em mobilizar questões passadas e que re-significam agora, quando lemos, relemos os recortes de jornais, que selecionamos e vamos percebendo que ao contrário da visão de **trabalho** para o Sr. Cícero, que é igual a **liberdade**, nas seqüências abaixo, aparece como **exploração, espoliação, escravidão**..., ou como **questão irregular**, segundo as leis trabalhistas.

> **25.** "Pistoleiros e elementos armados ali fustigam **os peões e trabalhadores**, cometendo **barbaridades** para que não fujam, é muita **exploração e desumanidade",** registra a denúncia. *(O lutador, Manhumirim, M.G., 05-12-71)*
>
> **26.** Uma das preocupações dos religiosos é a **questão trabalhista irregular** e **quase sempre espoliativa** a que **submetem os trabalhadores** da região. *(O Estado de São* Paulo, *12-11-71).*
>
> **27.** As **condições de trabalho** - denuncia o documento - são **as mais precárias possíveis**. Na Codeara muitos tiveram que trabalhar com a água pela cintura. A incidência de malária é espantosa, na Codeara, Brasil Novo Tamacavy, poucos saem sem tê-la contraído. Até as amostras grátis de medicamentos são vendidas. Neste **trabalho** onde já **morreram milhares** encontram-se menores de 13,14 anos. **Não há contratos de trabalho**, tudo fica em simples combinação oral com os empreiteiros. Ao que consta, **bem poucos peões recebem salários. Recebem unicamente vales, que é uma forma de prender o peão até acabar o trabalho**. *(O Jornal, Rio de Janeiro., 12-11-71)*
>
> **28.** (...) no Pará foram libertados ontem , **mais de 150 trabalhadores** que eram mantidos em **regime de escravidão**, na fazenda Maciel II, em São Felix do Xingu.

Cerca de dez trabalhadores estão com malária outro caiu de uma árvore e quebrou o pé, **mas** há três dias não recebe qualquer atendimento médico.*(Correio Popular de Campinas, 18-03-99)*

29. Este é o terceiro ano que o MST realiza **manifestações** do governo para a reforma agrária, e também buscar uma luz no fim do túnel para **milhares de trabalhadores**, que vão poder ocupar **um pedaço de terra onde trabalhar e viver dignamente.** *(http:/www.terr/04/30/076.htma.com.br/brasil/2000)*

Há um elemento saliente no grupo de seqüências acima que nos faz considerá-las como um processo de reescritura, que é a relação apresentada entre **trabalhadores e trabalho.**

Apesar de enunciarem o mesmo, ou seja, que há uma relação de **exploração sobre os trabalhadores**, e a princípio entendermos como que enunciados de uma só posição, é importante notar que os jornais trazem marcas lingüísticas que mudam essa relação.

Na seqüência **25** o jornal repete a letra da CP e define como **exploração e desumanidade** o tratamento ao **trabalhador**, o que subtrai a possibilidade para outro gesto de interpretação.

Ainda em **25,** se os pistoleiros fustigam os **trabalhadores** para que não fujam, é sinal de que as **barbaridades** procedem e que o **trabalho** aí significa **prisão**. O funcionamento do verbo **fugir** desperta sentidos contrários, ou seja, quem foge busca a liberdade.

Entendemos, no movimento das análises que houve um deslocamento das designações: **posseiro/terra/liberdade para trabalhadores/terra/prisão** e que isso faz muita diferença.

Consideramos que o Jornal O Lutador, de Manhumirim, MG, na reprodução da CP, se inscreve numa posição favorável à denúncia pela determinação: **é muita exploração e desumanidade**, em discurso direto.

Na formulação da seqüência **26**, de início percebemos que o recorte está em discurso indireto e que apesar de colocar que a **questão trabalhista irregular** é uma preocupação dos religiosos, não determina que o **trabalho é espoliativo**, pois o operador **quase sempre**, ainda que direcione para **na maioria das vezes**, causa um amortecimento na enunciação. Ainda que essa forma de dizer cause a impressão da imparcialidade jornalística, é por ela que podemos constatar que *O Jornal O Estado de São Paulo* não é favorável à denúncia.

A seqüência **27** é organizada em discurso direto e heterogeneidade mostrada e reformula, sem polemizar, o conteúdo da CP, funciona assim no sentido de reproduzir e promover o consenso em relação a determinação **condições precárias de trabalho** na região amazônica. As características do *O Jornal* do RJ não diferem das do *O Lutador*, de Manhumirim, MG, portanto ele enuncia de uma posição em favor da CP.

Até aqui analisamos seqüências que, ou reproduziram ou polemizaram a CP em 1971.

O que nos chama a atenção nas seqüências **28** e **29** é o fato de que ainda que as notícias não sejam sobre a CP, e que sejam bem mais recentes, o processo discursivo nos parece ser o mesmo ressaltando uma diferença na designação, ou seja, os sentidos da designação **posseiro** deslocam para **trabalhador**, mas não possui terra nem trabalho, ou se trabalha a situação é irregular.

Em relação ao **trabalho**, na formulação da seqüência é como **prisão** que ele aparece, se interpretamos **escravidão** no sentido de **prisão**.

A seqüência **29** retoma questões que fizeram parte do discurso sobre a questão da terra, provocadas pela publicação da CP, com pequenos deslocamentos que, no nosso parecer, são efeitos das condições de produção atuais. Há efeitos de sentidos diferentes entre dizer**: buscar um pedaço de terra para trabalhar** em **9** e **poder ocupar um pedaço de terra onde trabalhar,** da seqüência em análise **29**. Compreendemos que **buscar** implica numa continuidade, bem própria do posseiro, que trabalha hoje aqui, amanhã

acolá, enquanto que **poder ocupar**, nas condições de produção recentes significa ter a segurança de um lugar próprio.

É importante acrescentar que o fato do MST ser uma organização legalizada produz a diferença no discurso. Por isso também **buscar** significa diferente de **poder ocupar** e, em conseqüência, aponta os sentidos de **terra para trabalhar** para um lugar provisório e **terra onde trabalhar** para um lugar fixo, seguro.

Verificar que os sentidos da CP re-significam, agora, no discurso do MST, mostra, mais uma vez, que a CP é fundante.

É por aí que os conceitos esbarram na vida e a vida explode em conflitos. TERRA, HOMEM, TRABALHO passam pelos processos discursivos da linguagem e marcam o nosso entendimento sobre a desigualdade nessa sociedade, que apagam essas relações entre HOMEM - "**Todos são iguais perante a lei**" - TERRA - "**a democracia garante a qualquer um ter suas terras, minifúndios ou latifúndios** "-TRABALHO - "**a todos são atribuídos direitos e deveres iguais", "Trabalho é dignidade", "Trabalho enobrece"...** e mostrando, mais uma vez, os efeitos do positivismo nessas relações.

É pertinente ainda dizer que as relações de força e as posições que os sujeitos ocupam quando dizem, já se encontram definidas por determinações institucionais e históricas que estão na base da construção do sistema em que vivemos.

Considerações Finais

Como qualquer outro discurso, o jornalístico é produzido em condições históricas de confrontos ou aproximações que orientam as interpretações realizadas.

O que propusemos como objetivo para esse trabalho pretendia contemplar a compreensão da CP enquanto um *acontecimento discursivo* que fundou a possibilidade de outros (novos sentidos) sobre a questão da terra no que tange à propriedade no Brasil, nos efeitos de reformulação e polêmica que ela provocou na imprensa em 1971.

Pois bem, ao serem reformulados os sentidos da CP, na/pela imprensa, percebemos que há uma tentativa de se manter uma posição em favor da denúncia e preservar a sua essência: *Há marginalização social provocada pelo latifúndio, na Amazônia Legal,* por um lado, porém se considerarmos as seqüências que estabeleceram, na sua formulação, uma relação de polêmica com a CP, observamos que os sentidos tomam um rumo contrário, ao que ela enuncia, apagando a sua força de denúncia

O que não se percebe, pois é ideológico, é o modo como se dá essa produção de sentidos, ou seja, a eficácia ideológica da transparência da informação interfere na produção discursiva dos jornais, que como vimos, se apresentam, muitas vezes, como expressão da realidade para o leitor. Assim, muitas pessoas que concebem a linguagem como transparente estão convencidas da imparcialidade jornalística.

Então no percurso de nossas análises observamos que na prática discursiva da imprensa, a CP, enquanto *acontecimento discursivo*, é significada na retomada de uma memória discursiva que confronta posições em relação a mesma.

Com o propósito de sistematizar as posições em relação a CP, dividimos os jornais que compõem o *corpus* em três blocos. No primeiro, retomamos algumas seqüências que favoreceram à CP, ou seja, as formulações produzidas a partir da mesma posição que a denúncia da CP, portanto inscritas na mesma FD.

No segundo bloco, concentramos as seqüências desfavoráveis à denúncia, portanto, inscritas em uma FD antagônica à CP.

No deslize dos sentidos sobre as designações de TERRA - HOMEM - TRABALHO, verificamos que vão sendo mobilizados 'saberes' que já estão na memória discursiva, é nesse sentido que o discurso jornalístico foi construindo uma orientação de leitura a respeito da CP que nos possibilitou recuperar a história de como vem sendo constituída a apropriação da terra na Amazônia Legal.

O terceiro bloco possui uma característica diferenciada dos dois primeiros. Essas seqüências funcionam como enunciados divididos estabelecendo o limite entre as duas FDs. Este funcionamento produz um efeito de neutralidade e imparcialidade, embora a posição dominante seja a contrária à CP e, portanto, os enunciados se inscrevem na FD desfavorável à CP.

Como pudemos conferir são diversos as marcas e funcionamentos lingüísticos que se apresentam na formulação do discurso jornalístico.

As relações que se dão no caso específico da disputa pela terra é tensa e origina-se de uma hierarquização que, no nosso modo de interpretar, a partir das análises histórico-lingüístico-discursivas que realizamos, é

materializada no discurso do jogo das relações de forças provocado pelo capitalismo.

Nos casos em que observamos isso acontece porque nessa sociedade há lugares definidos, autorizados, para se dizer, por exemplo, há o **lugar dos que possuem a terra e o dos que trabalham a terra,** sempre numa relação dialética que não escapa às questões da linguagem.

Nesse processo, também consideramos que, no espaço da disputa pela terra, os conflitos marcados discursivamente pelo confronto de forças entre as pessoas e/ou instituições representam o poder de dominação, próprio das sociedades **que defendem a qualquer custo o capital**.

Se bem observamos, a própria instituição jornalística enuncia os relatos de sujeitos que ocupam posições privilegiadas nas esferas políticas: O Governador do MT, José Fragelli; o Presidente da FUNAI, Gal. Bandeira de Melo; o Presidente da Associação dos Empresários Agropecuários, José Aparecido; o Presidente da República, Médici e outros, inclusive em número maior do que os sujeitos que se destacam no cenário religioso, que é a posição do confronto.

Apesar disso avaliamos que por mais que se apresente no discurso, a relação de dominação não acontece pacificamente como tivemos oportunidade de observar, pois no embate entre as diferentes FDs há uma luta do sujeito para não aceitar a coerção, ele resiste.

A exemplo dessa resistência tomamos a fuga do posseiro, que mesmo doente não se entrega (**até mesmo** doentes fogem para sobreviver em **11**; a incidência de malária **é espantosa** (...) **poucos** saem **sem** contraí-la). O que quer dizer que **muitos** resistem **com** malária. Mesmo em condições das mais precárias de trabalho (Cap.VII), há discursividades significativas de mobilização como o **dia 1º de maio é uma forma de protestar,** em **28**.

Ainda é importante considerar o discurso instituído pelo MST, como enuncia a seqüência **29**, que mesmo em outras condições de produção, e não fazendo referência direta à CP, segue movimentando e mobilizando sentidos de resistência: (...) **realiza manifestações frente ao governo para reivindicar a reforma agrária e também buscar uma luz no fim do túnel para milhares de trabalhadores, que vão poder ocupar um pedaço de terra onde trabalhar e viver dignamente.**

Em especial, naquilo que analisamos, podemos concluir que a mídia intervém nesse processo através da produção e/ou reprodução de discursos da/sobre a CP, a respeito dos quais se constroem as evidências de que, ainda que se resista, a propriedade é de quem tem o título e isto só é possível juridicamente (*ver pirâmide invertida*-Figura1).

Em termos de condições de produção do discurso, o da democracia propõe apagar as diferenças que constituem os diversos lugares sociais, pois é dessas diferenças que se constituem os diferentes sentidos. Isto nós conferimos no/pelo processo de designações. A palavra TERRA, por exemplo, não tem o mesmo sentido para o posseiro e para o latifundiário, no entanto, no funcionamento das designações **minifúndios** e **latifúndios** analisadas no item V.8., a diferença é apagada.

Talvez agora compreendamos porque Mariani (1999) situa o jornal como uma das instituições responsáveis, nas sociedades ocidentais, pela formação e difusão de modelos de verdade. Daí, ainda com base na autora, a importância em priorizarmos, na enunciação jornalística, sua relação com o interdiscurso. (Guimarães, 1995)

Verificamos, por fim, que se estivéssemos começando, hoje, este trabalho, era desse lugar que começaríamos, do "fim".

Aí são outros quinhentos...

Résumé

À partir de la répercussion et de la polémique crées dans la presse à travers la publication de la *Lettre de Mandement*:: "Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social" (*Une Église en Amazonie en lutte avec le latifundium et la marginalisation sociale*) de l'évêque D.Pedro Casaldáliga, de la juridiction de São Félix do Araguaia-MT, dans l'année de 1971, ce travail a comme thème: le choc pour la terre comme il est présenté au journal.

En trouvant la Lettre de Mandement comme un évênement discursif (Pêcheux, 1983), qui a bouleversé les filiations de mémoire que produissent les plusieurs sens que signifient la région amazonique du Brésil, nous nous sommes adressés à Pêcheux (op. cit.), pour dire que travailler avec l'évênement dans la mémoire discursive c'est être en observant des reprises et/ou des impositions.

Pour l'organization des découpages selectionnés aux journaux nous avons utilisé le mot d'ordre des mouvements populaires de la décennie de 70: TERRA PARA QUEM NELA TRABALHA (TERRE POUR AUXQUELS QUI TRAVAILLENT À LA TERRE).

Nous pouvons dire que l'énoncé en rôle fonctionne, dans l'histoire des conflits pour la terre, en se apuyant dans les effets d'évidence qui signifient dans le discours: terre, homme et travail. De cette façon nous montrons avec les analyses comme le discours fonde les interpretations que traversent les discours qu'interfèrent dans les chocs pour la terre.

Comment on défine TERRA (TERRE); comment se rempli l'espace significatif ouvert pour le pronom rélatif intérrogatif QUEM (QUI); comment se

caractérisent les activités appélées pour le verbe TRABALHAR (TRAVAILLER), se sont analisés comme des désignations, espace ouvert de signification, comme noeud sémanthique, dont un mot en glissent l'autre construit d'une manière métaphorique les sens à la série des substituitions.

Mots-clés: Analise du Discours, presse, Mémoire, Possession de la terre-Amazonie, Théologie de la Libertation

Bibliografia

AUTHIER-RÉVUZ, Jaqueline. *Palavras Incertas*. Campinas Editora da Unicamp, 1998.

BARTHES, Roland. (1978) *A aula*. São Paulo, Cultrix, 1997.

BENJAMIN, César (org.). *A opção brasileira*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1998.

BOFF, Leonardo. "Teologia da Libertação: o grito articulado do Oprimido". In: *O caminhar da Igreja com os oprimidos. Vozes, s/d.*

BRANDÃO, Helena N. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas, Editora da Unicamp, 1995.

Cadernos de Estudos Lingüísticos, 19. O discurso e suas análises. Campinas, IEL/UNICAMP, 1990.

CASALDÁLIGA, Pedro. *Cantigas Menores*, Goiânia, GO. PROJORNAL, 1979.

_____.TIERRA, Pedro. *Ameríndia: morte e vida*, Petrópolis, RJ, 2000.

DIAS, Luiz Francisco. *Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo lingüístico no Brasil*. Campinas, Pontes, 1996. (História das Idéias Lingüísticas).

DINES, Alberto, VOGT, Carlos, MELO, José Marques (orgs). *A imprensa em Questão*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1997.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas, Pontes, 1984.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

_____. "Semantique Linguistique et analyse de texto". Caderno de Estudos Lingüísticos, nº 35, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro, Graal, 1979.

_____. *A arqueologia do saber*, Campinas, Forense Universitária, 1997.

GUIMARÃES, Eduardo. "Texto e argumentação": um estudo de conjunções do Português, Campinas, SP, Pontes, 1987.

_____. "Independência e morte". In ORLANDI, Eni P.(org). *Discurso Fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional.* Campinas, Pontes, 1993.

_____. *Os limites do sentido.* Campinas, Pontes, 1995.

_____. "Texto e enunciação". In: *Organon, Revista do Instituto de Letras da UFRGS, 23.*1995. p.63-67.

_____. "Interdiscurso, textualidade e argumentação"In: *Signo y Seña. Revista del Instto de Lingüística de la Fac. de Filosofía y Letras.***9,** 1998. P.427-435.

_____. (org.) *História e Sentido na Linguagem*, Campinas, SP, Pontes, 1989.

_____. "Textualidade e enunciação".

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e outras vozes.*Campinas, SP. Ed. Da Unicamp, 1997.

_____& FERREIRA, Maria Cristina Leandro.(orgs.) *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso,* Porto Alegre, RS, Editora Sagra Luzzatto 1999.

LAGAZZI, Suzy. *O desafio de dizer não.* Campinas, Pontes, 1988.

_____. *A discussão do sujeito no movimento do discurso.* Tese de Doutoramento. Campinas, IEL/UNICAMP, 1998.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

LAGE, Nilson. *Linguagem jornalística.* São Paulo, Ática, 1990.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências da análise do discurso.* Campinas, Pontes, 1990.

MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. *O PCB e a Imprensa: As conquistas no imaginário dos jornais 1922-1989* .Campinas, SP. Ed. Da Unicamp, RJ, Ed. Revan, 1998.

MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.* Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1986.

ORLANDI, Eni Puccinelli. "O estatuto do liberal e a reforma da terra". In: *Religião e sociedade,* ***12/3***, 1983.p. 65-73.

_____. *A Linguagem e seu funcionamento; as formas do discurso.* SP, Brasiliense, 1988.

_____ ."A incompletude do sujeito. E quando o outro somos nós?" In: LANE, Silvia T. M. (apres.) *Sujeito e Texto.* S.P., Série Cadernos PVC – 31, Educ, 1988: 9-16.

_____. *Discurso e Leitura.* Campinas, Cortez, 1988.

_____.*Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo.* S.P., Cortez & Ed. da Unicamp, 1990.

_____.*As formas do silêncio no movimento dos sentidos.* Campinas. Ed. da Unicamp, 1992.

_____.*Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.*_Petrópolis, Vozes, 1996.

_____. "Um Sentido Positivo para o Cidadão Brasileiro", In: *Sociedade e Linguagem,* Campinas, Editora da UNICAMP, 1997.

_____, GUIMARÃES, Eduardo, TARALLO, Fernando. *Vozes e Contrastes: discurso na cidade e no campo*, São Paulo, Cortez, 1989.

ORLANDI, Eni Puccinelli (org.) *Discurso Fundador. A formação do país e a construção do país e a identidade nacional.* Campinas, Pontes, 1993.

_____. *A leitura e os leitores.* Campinas, Pontes, 1998.

PAYER, Maria Onice. *Educação Popular e Linguagem: Reprodução Confrontos e Deslocamento de Sentidos*, Campinas, SP, UNICAMP,1995.

PÊCHEUX, Michel. (1969) "Análise automática do discurso (AAD-69) ". In GADET, Françoise & HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso,* uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, Ed. Da Unicamp, 1990.

_____.(1975)*Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio.* Campinas, Ed. da Unicamp, 1988.

_____.(1982) "Ler o arquivo hoje". In ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Gestos de Leitura, da história no discurso.* Campinas, Ed. da Unicamp, 1994: 55-67.

_____.(1983) *O discurso, estrutura ou acontecimento.* Campinas, Pontes, 1990.

RUA, 4, Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp – NUDECRI – Março 1998.

SILVA, José Gomes. *A Reforma Agrária brasileira na virada do milênio.* Campinas, Ed. Abra, 1996.

SODRÉ, Muniz. *Reinventando @ cultura, a comunicação e seus produtos.* Petrópolis, Vozes. 1998.

ZOPPI-FONTANA, Mónica G. *Cidadãos Modernos, discurso e representação.* Campinas, Ed. da Unicamp, 1997.

_____. "Camelôs e o direito à cidade". In: *Anais do 7° Encontro da ANPUR: Novos recortes territoriais, novos sujeitos sociais: um desafio ao planejamento.* Recife, MDU/UFPE. 1997 p.1160-1179.

_____. "É o nome que faz fronteira". In: Indursky, F. (org) *Os Múltiplos territórios da Análise do Discurso.* Porto Alegre, Coleção Ensaios do CPG-Letras/UFRGS,1999, no prelo.

_____. "Ordem Jurídica, Ordem Política e (Des) ordem nas Ruas". Revista Iberoamericana de Discurso y Sociedade: language em contexto desde una perspectiva critica y multidisciplinaria. Editorial Gedisa. Barcelona. 1999.

Jornais	BLOCO 1- Paráfrases Seqüências favoráveis à CP	Marcas
O SÃO PAULO (20/11/71)	• *Tanto* ***a sinceridade*** *com que foram tratados os vários problemas, quanto a* ***gravidade*** *dos fatos que denuncia e documenta (...) mereceram a repercussão que vem tendo a CP.* (1) • *A leitura do documento (...)* ***nos deixou a clara impressão*** *de que os fatos denunciados,* ***infelizmente****, correspondem à realidade.* (2) • ***É lastimável*** *que certas áreas oficiais e alguns órgãos da imprensa, interessados, a qualquer custo na defesa do capital, continuem desconhecendo que a denúncia de injustiças (...) constitui,* ***de fato e inegavelmente, um verdadeiro*** *serviço prestado à Pátria.* (3) • *- Que é que serve mais ao Brasil: tomar consciência de seus problemas (...) ou continuar falando de* ***"Brasil grande"...*** (...) *a tomada de consciência dos problemas.* ***Esta sim é realmente*** *estimulante do progresso.* (4)	discurso indireto comparação advérbios modalização discurso indireto determinações advérbios aspas discurso direto
TRIBUNA DA IMPRENSA-RJ (12/11/71)	• *O Presidente da FUNAI, Gal. Bandeira de Melo afirmou ontem que não pretende abrir debate com as missões religiosas e negou-se,* ***terminantemente****, a comentar a Carta Pastoral, pois a considerou* ***"violenta"****.* (C)	discurso indireto aspas
O ESTADO DO PARANÁ (12/11/71)	• ***O bispo D. Pedro Casaldáliga denuncia injustiças e irregularidades dos latifúndios improdutivos (...). Explica que (...) "As terras foram compradas ou requeridas do governo de MT (...) os compradores exigem*** *a terra "limpa" de posseiros (...) "*despejos***"à força de armas." O livro descreve... (15)***	discurso indireto aspas predicação
DIÁRIO DE NOTÍCIAS - Ribeirão Preto- (11/11/71)	• ***- Enquanto que*** *nessa porção do território nacional têm-se localizado* ***a maior parte*** *dos empreendimentos agropecuários (...) a população primeira (...) se acha no mais completo abandono ocupando áreas das quais é expulsa...* (22)	discurso direto comparação

Quadro 1

	BLOCO 2-Polêmica	
Jornais	**Seqüências Desfavoráveis à Denúncia**	**Marcas**
ESTADO DE SÃO PAULO (13/11/71)	• *(...)* ***cujo autor*** *conhecido* ***é exatamente um bispo*** *(...)* ***daquele comunitarismo eclesial*** *(...)* ***se trata do produto de uma inteligência servida de acuidade*** *(...)* ***de quem tem por objetivo desmoralizar a pátria***... (5) • *A verdadeira dimensão do bispo de São Félix do Araguaia,* ***cujo único fim*** *é a agitação social* (6). • *(...) convém saber que* ***o microcosmos de sua experiência sociológica é a prelazia*** *de São Félix do Araguaia (...) quem lá fora lesse o panfleto do bispo* ***poderia imaginar*** *que nessa vasta superfície (...) se amontoasse uma multidão laboriosa. (8)* • *A delegacia regional* ***é o órgão administrativo*** *da FUNAI,* ***que executa as tarefas de assitência proteção ao índio*** *...(10)* • *(...) posto indígena* ***é a unidade básica*** *da FUNAI e o* ***verdadeiro executor*** *da política indigenista brasileira. (11)* • *As reservas indígenas se destinam a* ***abrigar*** *os grupos das compulsões inevitáveis. (12)*	Determinações Discurso indireto Restrição Determinação Verbo deslocado do discurso policial/protecionista Explicação/ didatismo/ determinação
Obs:	- Carta de leitores – retomada do discurso da **Igreja (justiça / paz)**. - Editorial: *A má fé e a demagogia desse bispo*.	

-Quadro 2-

	BLOCO 3- Efeito de imparcialidade e neutralidade	
Jornais	**Seqüências Divididas**	**Marcas**
O GLOBO (16/11/71)	• *O governador concorda com a existência de* ***algumas injustiças "não generalizadas"*** *(...)* ***acha que*** *a solução* ***pode estar*** *(...)* ***devia dar assistência também*** *aos trabalhadores* ***que estão em pequenas áreas.*** (16) • *O governador do MT, José Fragelli considera que* ***"existe exagero"*** *nas denúncias formuladas pelo bispo (17)* • ***Não*** *se deve considerar casos isolados (...)* ***pois*** *quem investe em bilhões num negócio* ***não*** *vai se preocupar em roubar alguns cruzeiros de empregados. (18)* • *O governador afirma que a região é selvagem,* ***não*** *tem nenhuma estrutura, é um far-west.* ***Mas*** *os homens são duros como é dura a terra,* ***como ele mesmo disse.*** *(19)*	Indeterminação Negação Indefinição Conjunção Aspas Explicação Advérbio
JORNAL DO BRASIL (11/11/71)	• *(...)"****nunca*** *houve condições de sobrevivência para o pequeno proprietário que produzia* ***mas não*** *podia tinha como* ***nem*** *por onde.* ***Não*** *se pode falar em esmagamento, porque eles* ***sempre*** *foram esmagados pelas condições da própria região. (20)* • *O documento do bispo surge num momento propício e fere um tema que está nas cogitações das autoridades empenhadas* ***em integrar um país*** *de proporções continentais como é o nosso.* ***Esta é a hora****, portanto do governo examinar a denúncia do bispo (...) que se sente no dever moral de contribuir para um regime de justiça social que* ***não é apenas*** *uma causa do governo,* ***mas*** *de todos os brasileiros.* (A) • ***Não*** *há dúvida,* ***porém****, de que o documento do Bispo (...),* ***não pode cair no vazio.*** *O país está motivado* ***nesta hora*** *para a grande tarefa da integração. (...) O Presidente da República anunciou mais uma medida de impacto, com a iniciativa do PRODOESTE (...) para incorporar-se à* ***gigantesca rede de frentes de trabalho*** *em que, com* ***inegável êxito****, vem operando o governo federal. (G)*	Conjunção Determinação Adjetivos
JORNAL DA TARDE-SP (12/11/71)	*Bandeira de Melo* ***só expôs*** *uma idéia geral da política indigenista do país.* ***Não*** *respondeu a perguntas relativas às denúncias do bispo de São Félix do Araguaia, que considerou "violenta". (E)*	Restrição Aspas

-Quadro3-